Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

**CONFLITOS E POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES CAMPONESAS:**

**UMA ANÁLISE DO PARQUE ESTADUAL INTERVALES E O BAIRRO DO
GUAPIRUVU (VALE DO RIBEIRA/SP)**

Maurício de Alcântara Marinho

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Geografia Física, do Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para
obtenção de título de Mestre**

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

São Paulo

2006

Resumo

O bairro do Guapiruvu está situado entre os municípios de Sete Barras e Eldorado Paulista, na região do Vale do Ribeira, atualmente com cerca de 150 famílias. Localiza-se limítrofe ao PEI (Parque Estadual Intervales), unidade de proteção integral com mais de 41.700 hectares, inserida no Contínuo [*Continuum*] Ecológico de Paranapiacaba, um dos principais remanescentes conservados da Mata Atlântica. Nos últimos dez anos se agravou o problema de extração clandestina da espécie *Euterpe edulis* - o palmito jicara como é conhecido na região - entre outros danos ambientais e patrimoniais. Trata-se de um conflito permanente e diretamente relacionado ao processo de exclusão social da região. Neste mesmo contexto surgiu, em 1997, a AGUA (Associação de amigos e moradores do bairro Guapiruvu) e que promoveu e estruturou políticas públicas para o bairro, por meio de parcerias, projetos e ações socioambientais e atos reivindicatórios ao poder público. Sua atuação envolve também a mediação de conflitos entre a comunidade e o Parque. A abordagem de um conflito permanente requer esforço permanente de cooperação. Mais do que possível diálogo [entre moradores-lideranças do bairro Guapiruvu e funcionários-gestores do PEI], faz-se necessário construir instrumentos de parceria mais duradouros entre as instituições envolvidas.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação (UCs), Mata Atlântica, Vale do Ribeira, Intervales, Guapiruvu, conflitos, comunidade, campesinato

MARINHO, Maurício A. Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo

Abstract

The neighborhood of the Guapiruvu is situated between the towns of Sete Barras and Eldorado Paulista, in the region of the Vale do Ribeira, nowadays, with around 150 families. It is next to the State Park Intervales (Parque Estadual Intervales - PEI), a protected area with more of 41.700 hectares, inside of "Continuum Ecológico de Paranapiacaba", one of the main areas remainders conserved of the Atlantic Forest. In the last ten years was aggravated the problem of clandestine extraction of the specie *Euterpe edulis*, the palm jiçara as is known in the region, among others patrimonial and environmental damages. It deals with a permanent conflict and straightly related to the process of social exclusion of the region. In this same context, arose, in 1997, AGUA (Association of friends and inhabitants of the neighborhood Guapiruvu) that promoted and structured public politics for the neighborhood, by means of partnerships, socioenvironmental projects and claimed acts to the public power. Its action involves also the mediation of conflicts between the community and the Park. The approach of a permanent conflict applies a permanent effort of cooperation. More than a possible dialogue [between inhabitants-leaderships of the neighborhood Guapiruvu and member of staff-administrative of the PEI], it is necessary build instruments of partnership more durable between the institutions involved.

Keywords: Protected Areas, Atlantic Forest, Vale do Ribeira, Intervales, Guapiruvu, conflicts, community, peasantry.

MARINHO, Maurício A. *Conflicts and possible dialogues between protected areas and peasant populations: An analysis of the parque estadual intervalles and the neighborhood of the Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo

Dedico esse trabalho:

*A todos os moradores, monitores ambientais e
pessoal das UCs, defensores da natureza e
cultura do Vale do Ribeira.*

À Cris, minha namorada e companheira.

Aos meus pais e irmãos.

*Aos amigos Roberto
Bürgi e Marcelo Sgarbi, in memoriam*

Agradecimentos

À Suca, orientadora, pela paciência, confiança e o aprendizado, transmitidos durante a graduação e o mestrado.

À Luiza Alonso da Silva, educadora do Vale do Ribeira e que me trouxe o sentido de respeito e reverência aos povos do Vale do Ribeira

À Maria Cecília Wey de Brito, diretora executiva da DE e companheira de luta em defesa da Mata Atlântica

À Antonia Pereira de Ávila Vio, diretora executiva da FF, entre 2001 e início de 2006, pela oportunidade de trabalho no PEI e pela dedicação na causa ambiental

A toda equipe da FF, especialmente a Sandra Leite, Wanda Maldonado, Wagner Portilho e Solange.Gomes.

À Carina Insera Bernini, pela amizade e apoio na realização desse trabalho.

Aos professores Júlio Suzuki (Geografia/USP) e Rinaldo Arruda (Antropologia/PU) pela contribuição conceitual durante a qualificação.

Ao Pedro Barbiere pelo apoio na confecção dos mapas do Guapiruvu.

À Lídia Jorge, pela dedicação e apoio na organização e dados do programa de Proteção do PEI

Ao Pedro Barbiere pelo apoio na confecção dos mapas da dissertação.

À Kátia Pisciotto, técnica do IF, pela amizade e dedicação de trabalho no PEI e UCs do Contínuo de Paranapiacaba

Às amigas da Geografia/USP, especialmente a Yamila, Simone, Lúcia Cavalieri, Márcia Nunes, Giorgia e Cati, mulheres guerreiras e dedicadas as causas sociais

Aos amigos Alessandro, Alezinha, Julia, Festa e todo pessoal da Ing-Ong e REMA-Vale, por esses anos todos de luta.

Índice

Apresentação	1
Introdução	3
• Desenvolvendo o Tema	
• Refazendo a Caminhada	
• A escolha da área de estudo	
• Os Objetivos da pesquisa	
• Hipóteses da pesquisa	
• Métodos de Trabalho	
• Referenciais teóricos: A contribuição de Geografia Cultural	
Capítulo 1 - Visões sobre a relação sociedade e natureza: Unidades de populações camponesas como foco	21
• Significado e Importância das unidades de conservação (ou áreas naturais protegidas)	
• UCs e ocupação humana: Contexto brasileiro	
• Populações Camponesas e Unidades de Conservação	
• Planejamento Participativo de UCs	
• O princípio da sustentabilidade	
Capítulo 2: O Vale do Ribeira, UCs e o debate entre conservação e sustentabilidade	37
Capítulo 3: Intervalos: De Fazenda a Parque Estadual	44
• A constituição da Fazenda Intervalos	
• A Fazenda Intervalos, nos tempos do Banespa	
• A Fazenda Intervalos, nos tempos da Fundação Florestal	
• A criação do Parque Estadual Intervalos	
• O Plano de Gestão Ambiental – Fase 1	
• Descompassos da Gestão	
• Estrutura administrativa e situação atual do PEI	
• Políticas de ordenamento territorial e projetos socioambientais em curso	
Capítulo 4: O Bairro Guapiruvu e sua organização social	61
• Breve histórico de ocupação e transformação do bairro	
• A construção da cidadania no bairro Guapiruvu	
• O surgimento da Agenda 21 e da AGUA	
• Princípios e estratégias de atuação da AGUA	
Capítulo 5: Relações entre o PEI e o bairro Guapiruvu: Conflitos e possíveis diálogos	73
• Relações de Conflito	
• Relações de cooperação: possíveis diálogos	
Considerações Finais	87
Bibliografia	90
Anexos	

Anexos

- 1. Mapa de Localização e Territórios Vizinhos: Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu (Sete Barras e Eldorado, SP)**
- 2. Entrevista realizada com Geraldo Xavier Oliveira – liderança da AGUA (junho de 2006)**
- 3. Relatório de Atividades da AGUA (2005)**
- 4. Plano de Utilização “Projeto de Desenvolvimento Sustentável PDS Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira & Pereira**
- 5. Tabela de parceria entre a AGUA e a Fundação Florestal**

Apresentação

O interesse em estudar a relação entre Unidades de Conservação (UCs) e populações camponesas, residentes ou vizinhas as UCs, surgiu no início de minha carreira profissional, em 1985, quando integrei equipe técnica do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), entre os municípios de Iporanga e Apiaí, na região do Vale do Ribeira/SP.

Desde então, tive a grata oportunidade de trabalhar, estudar e participar de projetos envolvendo UCs e populações do Vale do Ribeira (SP e PR), na região metropolitana de São Paulo (SP), na Chapada Diamantina (BA) e litoral sul de Paraty (RJ). Tais atividades ampliaram a vivência com diferentes realidades sócio-culturais e econômicas, tanto em espaços rurais como urbanos.

Mudam-se os lugares e territórios, culturas e ambientes, mas as necessidades vitais e políticas continuam muito semelhantes, demarcadas por um Estado neoliberal e autoritário e que atende em sua macro-estrutura aos interesses do capital monopolista, em detrimento das classes sociais menos favorecidas.

Esta ideologia está mudando. Os resultados do V Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, África do Sul, em 2003 e o recente Plano Nacional de Áreas Protegidas, lançado no corrente ano, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006) trazem uma série de diretrizes e objetivos, gerais e específicos, e que buscam envolver e incluir as populações residentes e vizinhas na discussão sobre o dia a dia e o futuro das UCs.

Entre o discurso e a prática ainda temos um longo caminho, demarcado pela necessidade de criar instrumentos técnico-jurídicos, espaços de participação e decisão efetiva [não meramente consultivos] e buscar o aprimoramento de gestores e lideranças.

Neste ínterim coexistem processos de mudança, cujas iniciativas são geradas por pressões e reivindicações de lideranças, associações comunitárias e movimentos sociais, podendo ou não ser fortalecidas por gestores públicos e de organizações da sociedade civil.

Assim é o bairro Guapiruvu, vizinho ao Parque Estadual Intervales (PEI), localizado no município de Sete Barras (Vale do Ribeira/SP). De um lado uma

unidade de proteção integral e de outro, um espaço de luta em defesa da terra e de intensa mobilização, por meio de projetos e ações socioambientais, estratégias de organização social e produtiva e forte articulação política. Guapiruvu também é palco de conflitos entre modelos de agricultura (agronegócio *versus* agroecologia) e as atividades de extrativismo ilegal no Parque, uma parte de moradores e não moradores, principalmente os jovens que encontram na comercialização do palmito jicara um modo de ganhar a vida.

A organização sócio-política e produtiva da AGUA, conciliada com a luta pela terra busca romper com a inércia das instituições, por meio da revisão das políticas públicas e as relações com diferentes instituições, inclusive os agentes financiadores.

Inicialmente a dissertação apresenta uma introdução, demarcando a trajetória que justifica e escolha do tema. Nesta parte são apresentados os objetivos, métodos de trabalho e base teórica de reflexão e análise.

No capítulo 1, são resgatados conceitos sobre a relação sociedade-natureza, áreas protegidas e relação com populações camponesas, de forma a contextualizar um pouco do universo da pesquisa.

No capítulo 2 fazemos um breve diagnóstico do Vale do Ribeira, contextualizando problemas socioambientais. Em seguida, nos capítulos 3 e 4, resgatamos o contexto histórico e político, do Parque Estadual Intervales e do bairro Guapiruvu. Os conflitos e estratégias de cooperação entre funcionários-gestores do PE Intervales e moradores-lideranças do bairro Guapiruvu são apresentados e discutidos no capítulo 5.

E por último apresentamos uma reflexão geral sobre a problemática da gestão de UCs e uma avaliação sobre a área de estudo, trazendo algumas propostas para intervenção e estudos posteriores.

.

Introdução

- **Desenvolvendo o Tema**

O projeto inicialmente apresentado e discutido com a orientadora tratava de avaliar a atuação da atividade de monitoria ambiental no Vale do Ribeira (SP-PR)¹, compreendendo resultados e impactos socioambientais na Estação Ecológica Juréia-Itatins e entorno. Com base na experiência da coordenação do Programa de Monitoria Ambiental, através do Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental, entre 1998 e 2002², o projeto buscava avaliar a participação dos monitores ambientais³ e moradores locais na gestão do seu lugar e o desempenho das políticas públicas locais e regionais. Foi apresentado e discutido no I Simpósio de Pesquisa em Geografia, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Física (prédio da História e Geografia/USP, 8 a 10 dezembro de 2003).

Em novembro de 2003, o orientando assumiu a direção do Parque Estadual Intervales, unidade de proteção integral com área de 41.704 ha e sob a administração da Fundação Florestal⁴, situado no Vale do Ribeira, região SW de SP. Esta mudança profissional resultou no distanciamento da área de estudo e objeto de investigação, inicialmente propostos.

A responsabilidade sobre a gestão do Parque Estadual Intervales possibilitou uma rica aprendizagem e trouxe o desafio de se delinear o recorte da pesquisa, em meio à diversidade, dimensão territorial e a complexidade das relações estabelecidas pelo Parque e seu entorno.

¹ A monitoria ambiental surge na década de 90 como uma estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda. No Vale do Ribeira resultou na formação de um movimento social de grande repercussão, a REMA-Vale (Rede de Monitoria Ambiental do Vale do Ribeira)

² O programa de monitoria ambiental capacitou monitores ambientais em 39 municípios e 18 UCs do Vale do Ribeira (SP e PR), região metropolitana de São Paulo e na Chapada Diamantina/BA, a partir de um processo pedagógico participativo, interativo e de construção da autonomia, em parceria com agentes e locais e instituições atuantes nas regiões atendidas.

³ "Além da atividade de guia de ecoturismo a capacitação procura ampliar o campo de atividades do monitor ambiental, transformando-o num agente propagador de ações socioambientais voltadas a sua comunidade e região; desta forma são criadas possibilidades efetivas de trabalho em diferentes segmentos como a educação ambiental, a pesquisa, a organização comunitária e o manejo sustentável" (ing-ong, 2002)

⁴ A Fundação Florestal, responsável pela administração do PEI, foi criada em 1986 e vincula-se a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Em maio de 2004 elaborou-se novo foco do projeto de mestrado na área de políticas públicas em Unidades de Conservação, voltando-se à discussão de processos de planejamento e gestão das UCs e seu entorno voltados às práticas sustentáveis e compatíveis com a conservação ambiental.

A reflexão entre o projeto inicial e a nova abordagem reforçou a escolha do foco de análise: camponeses moradores de UCs, residentes e vizinhos. Na primeira abordagem, tem-se a identificação de iniciativas e projetos voltados à gestão do lugar pelos próprios moradores e, na segunda, o ponto de vista do Estado e seus gestores e a responsabilidade inerente para estabelecer canais de participação e decisão, aumentando o empoderamento e as alianças necessárias à conservação de fato das UCs.

- **Refazendo a caminhada**

Uma breve retrospectiva, profissional e acadêmica, traz maior significado para a presente dissertação. O quadro 1 traz a lista dos artigos publicados com a participação do mestrando, entre 1988 e 2003.

O interesse em estudar a relação entre Unidades de Conservação (UCs) e populações residentes e vizinhas, surgiu no início de minha carreira profissional, em 1985, ao integrar a equipe técnica do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)⁵, região do Vale do Ribeira/SP. Com caráter multidisciplinar, tinha por objetivo a implantação e manejo do Parque, aprimorando procedimentos que considerassem fatores sócio-culturais e econômicos, ampliando a visão dos planos de manejo de UCs realizados naquela época.

Outras UCs também seguiram o mesmo rumo, o Núcleo Picinguaba/Parque Estadual da Serra do Mar e a Estação Ecológica Juréia-Itatins, localizados nos litorais norte e sul de SP, respectivamente. Juntamente com o PETAR, tais UCs integravam projetos do extinto DEPAN (Departamento de Proteção de Áreas

⁵ O PETAR, pertencente aos municípios de Iporanga e Apiaí (Vale do Ribeira, SP), possui área de 35.712 ha, sob a administração do Instituto Florestal/SMA

Naturais), vinculado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) criada Governo Montoro⁶

Como resultado de mudanças político-institucionais, profissionais que antes defendiam camponeses contra a expropriação da terra, passaram a defender a conservação ambiental.

Nos primeiros anos já se evidenciou o conflito de visões em torno da presença de populações residentes no Parque, com propostas, ora de permanência, ora de desafetação de áreas mais populosas. Surgiram acordos, tais como licenças para corte de capoeiras e projetos agroecológicos, e ao mesmo tempo intensificaram-se as ações fiscalizatórias, muitas vezes, executadas de forma arbitrária e autoritária. Tais embates contribuíram para demarcar os primeiros conflitos e rupturas na equipe do PETAR.

Naquela época tive a oportunidade de acompanhar o nascimento e ampliação da SMA e os conflitos inerentes a este processo, entre outros fatores que ocasionaram rupturas de equipes e descontinuidades de projetos. Trago daquele período o aprendizado de que um projeto não se sustenta apenas com profissionalismo e recursos financeiros. Prescinde, antes de tudo de atribuição de poder para as equipes técnicas e dos gestores que atuam diretamente nas UCs e comunidades locais.

Após ter trabalhado em outros campos profissionais e me dedicado, como graduando em geografia pela FFLCH/USP, nos estudos de geomorfologia cárstica e espeleologia, vivenciei uma experiência que trouxe um novo significado de vida. Tratou-se da realização do 1º Curso de Monitores Ambientais de Iporanga, SP, realizado em 1995, e que reafirmou a importância da educação como instrumento de inclusão social e geração de trabalho e renda.

A participação do processo inicial de recuo de limite e desafetação do PETAR (no bairro da Serra), o envolvimento com o programa de uso público do PETAR e a participação da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira⁷, foram fatores que

⁶ A matriz da SMA, criada em 1996, se deu através da composição de integrantes do Grupo da Terra, vinculado a extinta Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) e do Grupo de Parques e Reservas (GPR) que era subordinado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA)

⁷ A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, idealizada em 1995, foi criada com o objetivo de definir uma política pública para promoção do ecoturismo na região, por meio de um grupo de trabalho envolvendo

ampliaram meu envolvimento com a região e seus agentes sociais e contribuíram para o trabalho na mediação de conflitos entre Parque e comunidades.

De 1997 a 1999, duas atividades me trouxeram rico aprendizado, influenciando escolhas:

- a) A coordenação do Programa de Revitalização de Paranapiacaba, em Santo André, SP: Uma realidade diferente do Vale do Ribeira, mais complexa e dinâmica, com relações mais estreitas de poder e embates. O projeto da Prefeitura envolvia equipes de desenvolvimento urbano, gestão ambiental, serviços municipais, cultura e cidadania, num palco de conflitos instalados há décadas por segmentos e organizações em torno do patrimônio cultural e natural de Paranapiacaba.
- b) O envolvimento na organização de novo curso de monitores ambientais no Vale do Ribeira: Agora com moradores de três municípios e comunidades vizinhas ao PETAR e Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ). Ao formarmos uma equipe multidisciplinar com grande envolvimento na região do Vale do Ribeira e participação de consultores em pedagogia social, pudemos elaborar uma nova e revolucionária concepção de curso de monitoria ambiental⁸, por meio de um processo participativo e fundamentado na formação de parcerias locais e compromisso de agentes locais em todo o processo pedagógico.

Logo após o término do curso, iniciamos, com aval do Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, projeto que envolveu a capacitação de agentes locais e monitores ambientais em 12 municípios e 10 Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, culminando com um seminário em Cananéia, com cerca de 180 participantes. Nascia então a REMA-Vale (Rede de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira), movimento social que congregou associações de monitores ambientais, associações de bairro, cooperativas e entidades ecológicas da região, entre 1998 e 2002.

representantes de seis secretarias de Estado e o CODIVAR (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira), incluindo os 23 municípios do Vale do Ribeira e o município de Peruíbe.

⁸ "O Monitor Ambiental é um profissional local de ecoturismo que trabalha na região, sensibilizando e interagindo com os visitantes e a comunidade para promover a conservação ambiental, valorizando o patrimônio natural e cultural, com ênfase nas populações tradicionais. Apóia a pesquisa e a educação ambiental nas áreas protegidas, desenvolvendo uma rede de serviços e de cooperação, voltada para o turismo sustentável." (2º Curso Básico de Monitores Ambientais de Iporanga, SP - 1998)

O Programa de Monitoria ambiental foi ganhando identidade e amplitude territorial, justificando minha saída voluntária da Prefeitura de Santo André. Foram quatro anos de engajamento, na esfera de uma pequena organização da sociedade civil, o Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental, atuando diretamente com lideranças e os anseios da autonomia e inclusão social, demarcados pelos cursos de capacitação básica e continuada e as reuniões da REMA-Vale. Também iniciamos um trabalho de mobilização de agentes locais na Chapada Diamantina/BA, nos bairros do Bixiga (cidade de São Paulo) e outros bairros e UCs da região metropolitana de São Paulo. A abrangência territorial deste trabalho é apresentada na Figura 1.

Uma pergunta nos incomodava: De que adianta tamanho investimento público em infra-estrutura nas UCs, por meio da edificação de alojamentos, centros de visitantes, aquisição de veículos, mobiliário e equipamentos diversos se o Estado não conseguir operacionalizar isso tudo? E o pior, não perceber a capacidade latente das comunidades locais para cuidar e fazer funcionar todo esse aparato.

Um dos lemas defendidos pela REMA-Vale, incluindo residentes de UCs, era: “ocupar as UCs com projetos e ações socioambientais e educativas”, espelhado na luta do MST (Movimento Sem Terra). De fato muitos foram os desdobramentos resultantes da ação pedagógica e mobilizadora do Programa de Monitoria Ambiental e também os obstáculos, configurados especialmente pelas estruturas do poder vigente na região.

A criação do Comitê de Organização da Monitoria Ambiental da Estação Ecológica Juréia-Itatins (COMA-Juréia) que reunia seis entidades para diagnosticar as relações sociais, propor uma agenda de trabalho e realizar ações simultâneas e específicas em diferentes comunidades e núcleos de educação ambiental da Unidade, fora criado justamente para promover essa estratégia de “ocupação” referida.

Figura 1 – Municípios atendidos pelo Programa de Monitoria Ambiental (conforme ING-ONG, 2003 – desenho de Sergio Fiori)

Municípios atendidos pelo
Programa de Monitoria Ambiental
em SP e PR

Ing-Ong, 1998 a 2003

A opção da Ing-Ong em não buscar “padrinhos políticos”, uma prática comumente empregada nas organizações da sociedade civil, e o término do patrocínio do projeto (banco HSBC), resultaram na paralisação abrupta do Programa de Monitoria Ambiental, fator que prejudicou as iniciativas em curso. Mas a contribuição já estava posta e se refletiu na continuidade do trabalho de diversas entidades e lideranças, por meio de ações socioambientais e o trabalho de grande parte dos monitores ambientais e agentes locais em UCs, Prefeituras e setor privado, assim como o sonho latente de retomar a REMA-Vale.

Mais uma vez era chamado para contribuir com o PETAR, através do “Plano de Uso Recreativo do PETAR”, parceria entre o Instituto Ing-Ong e o WWF-Brasil e que resultou em diagnóstico e diretrizes para a Unidade e projeto de intervenção e manejo no Núcleo Caboclos/PETAR. Esta etapa do projeto foi realizada em uma oficina de planejamento participativo, envolvendo monitores ambientais, espeleólogos, pesquisadores, empresários de turismo e responsáveis pela gestão do Parque. Todas as propostas de intervenção da equipe técnica (no camping, Trilha do Chapéu e Gruta do Chapéu) foram submetidas à análise dos participantes e à luz da compreensão do manejo da visitação pública em áreas naturais. Essa opção participativa se demonstrou elemento-chave para uma intervenção de menor impacto e mobilização de interessados no Núcleo Caboclos.

Em 2003, assumi a função de gerente da Associação Cairuçu, organização governamental e que atua com projetos socioambientais na APA Cairuçu, litoral sul de Parati, RJ, entidade essa mantida por um grupo de empresários e familiares do Condomínio Laranjeiras (condomínio de alto padrão), preocupados com a responsabilidade social com as comunidades vizinhas ao condomínio. Desta vez, além da relação entre UCs e comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas e guaranis), me defrontava com os interesses do capital privado, dentro de um contexto mais adiantado de desmobilização social, especulação e expropriação de terras e exploração do turismo, em meio as restrições impostas pelas UCs. Tais fatores, conjugados, justificam os impactos sócio-culturais e econômicos sobre as populações locais, residentes ou vizinhas as UCs ao longo do litoral brasileiro.

Assumi a direção do Parque Estadual Intervales (PEI), em outubro de 2003, quando o Parque acabara de passar por conflitos e rupturas internas da equipe técnica e gerencial da Unidade. Se, por um lado, uma das limitações para que assumisse o cargo fosse o forte envolvimento com as comunidades e lideranças da região do Vale do Ribeira, incluindo o PEI, este fator também se constituía em mais um elemento de reconciliação. Falo desta contradição, pois na época me perguntaram em qual lado ficaria caso houvesse um conflito entre Parque e comunidade, exemplificado pela questão da ocupação guarani, da Aldeia Tekoa Peguaoty, nas adjacências da base Quilombo, a SE do Parque.⁹

Nesses últimos anos, trabalhando no PEI, fui algumas vezes julgado como muito “social”. O que posso interpretar desse estereótipo é que, embora tenhamos fortes convicções, ideológicas e políticas, sobre a conservação ambiental, diretamente associado ao desenvolvimento humano e social, estamos, muitas vezes, limitados pela ideologia hegemônica da conservação que tem dificuldade para compreender a dimensão social. A questão é como caminhar e construir novas relações, superando as limitações possíveis e, se necessário, rompendo com as estruturas vigentes.

⁹ A ocupação da aldeia *Tekoa Peguaoty*, em 1999, gerou um processo de reintegração de posse, movido pela Fundação Florestal e que ainda está em tramitação jurídica. Hoje vivem na aldeia cerca de vinte famílias, um total de oitenta pessoas, aproximadamente. A ausência de uma política pública articulada entre os diferentes setores da sociedade que trate da destinação de terras para os povos guarani e diminuição de impactos sobre as UCs, entre outros usos, justifica a postergação de medidas de resolução dos conflitos, incluindo o caso do PEI.

Quadro 1 - Artigos e publicações – período de 1988 a 2003 (em ordem cronológica)

- MARINHO, M. A. *A atuação da monitoria ambiental no Vale do Ribeira (SP-PR): O Caso da Estação Ecológica Juréia-Itatins e entorno*. In: Anais I Simpósio de Pesquisa em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Física. São Paulo: Depto. Geografia/FFLCH/USP, 2003
- WWF & Ing-Ong *Plano de Uso Recreativo do PETAR*, Iporanga e Apiaí: Relatórios Fase 1 e 2. São Paulo, 2002
- MARINHO, M. A. *Educação ambiental e turismo sustentável na Mata Atlântica: Estudo de caso: Caminho do Imperador – Estação Ecológica Juréia-Itatins*. Seminário de Investigação - UCI/Costa Rica, 2001.
- VIEIRA, J.M. & MARINHO, M.A. *Monitores Ambientais do Vale do Ribeira*. São Paulo: Revista do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Tema: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 1998
- VIEIRA, J.M. & MARINHO, M.A. *2º Curso Básico de Monitores Ambientais de Iporanga-SP*. São Paulo: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Programa MAB – UNESCO, 1998
- MARINHO, M.A. *et al. A Formação de Monitores Ambientais: Estratégia para a Conservação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável junto às Comunidades Vizinhas ao PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira)*. Curitiba-PR: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação vol.II:405-418. IAP:UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidade de Conservação, 1997
- BÜRGI, R. & MARINHO, M.A. *Grupo Voluntariado no PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira): Contribuição ao Ordenamento e Planejamento Ecoturístico*. Curitiba-PR: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação vol.II:198-206. IAP:UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidade de Conservação, 1997
- SANTOS, A.M.; TORRES, C.C.; MARINHO, M.A. *Guia do Museu Geológico Valdemar Lefèvre*. São Paulo: Instituto Geológico – SMA, 1993
- MARINHO, M. *Contribuição à Geomorfologia Cárstica do Vale do Betari, Iporanga e Apiaí/SP*. São Paulo: Trabalho de Graduação Individual Depto de Geografia – FFLCH – USP (orientadora: Dra. Rosely Pacheco Dias Ferreira), 1991
- MARINHO, M.A. & LOMBARDO, M.A. *Aspectos da Morfologia Cárstica em Região Tropical do Brasil*. Toluca - Mexico: Anais do III Encuentro de Geografos de America Latina. Escuela de Geografia – UAEM , 1991
- MARINHO, M.A. *Proposta de Zoneamento Turístico do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira)*. São Paulo: Divisão de Reservas e Parques Estaduais – Instituto Florestal/SMA, 1990 (relatório técnico)
- MARINHO, M.A. *Estudo Morfológico Preliminar do Sistema Cárstico Pérolas-Santana, Iporanga/SP*. São Paulo: Relatório de Iniciação Científica – CNPq 804.393/88-5 (orientadora: Magda Adelaide Lombardo) 1989
- LOMBARDO, M.A.; FONSECA, F.P.; MARINHO, M.A.; GONZAGA, M.C. e PESSOA, B. *Avaliação do uso de sensoriamento remoto nos estudos de geomorfologia, vegetação e uso do solo nos Vales do Rio Betari – PETAR*. São José do Barreiro-SP: Anais do Seminário da Mata Atlântica e Sensoriamento Remoto. SOS Mata Atlântica: SMA: INPE: MINC, 1988

- **A escolha da área de estudo**

O bairro do Guapiruvu, vizinho ao PEI foi selecionado diante do envolvimento anterior do pesquisador e a existência de um grau avançado de organização social e política, envolvendo lideranças e diversos projetos em andamento e iniciativas que vem de encontro com o foco da pesquisa. O mapa de situação geral da área de estudo é apresentado no Anexo 1.

Guapiruvu é um pequeno bairro, vizinho a face Nordeste do PEI, localizado entre os municípios de Sete Barras e Eldorado, no Vale do Ribeira/SP. O meu primeiro contato com os moradores e algumas lideranças do bairro Guapiruvu se deu em 1998, através do Programa de Monitoria Ambiental, quando realizamos um total de cursos na região do Vale do Ribeira, nesse curso sendo realizado em conjunto com técnicos da FF atuantes no PEI. Na ocasião fiquei muito impressionado com a organização da Associação de Amigos e Moradores do Bairro Guapiruvu (AGUA) e que, além de contar como uma Agenda 21¹⁰ do bairro que acabara de ser elaborada.¹¹

Posteriormente fizemos novo curso de monitores ambientais, em 2001, envolvendo pessoal do Guapiruvu, sendo um dos módulos realizado na sede da AGUA, fato que mobilizou diversas famílias para sua concretização, incluindo a hospedagem solidária dos participantes, nas casas de moradores. Naquela ocasião constatei os avanços dos projetos socioambientais da AGUA.

No início dos anos 1990 surgem a COOPERAGUA, uma cooperativa de comercialização de produtos e também o Clube Amigos da Mata, organização, apoiada pela AGUA e formada por crianças do bairro.

Além destas estratégias de mobilização e envolvimento social e produtivo do bairro, contando com uma série de projetos, havia a antiga reivindicação de posseiros em terras griladas no bairro. Como resultado desta resistência, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) declarou, em 2004, o assentamento denominado Alves, Teixeira & Pereira.

¹⁰ A Agenda 21 é um instrumento de planejamento participativo difundido a partir da conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, buscando efetivar planejamentos locais, regionais e nacionais através de ferramentas de simples aplicação.

As contradições entre a luta da terra e a proteção ambiental, e as transformações decorridas nos últimos quarenta anos no bairro Guapiruvu, foram tema de trabalho de graduação individual da geógrafa Carina Bernini (2005), trazendo subsídios significativos para a presente dissertação.

O envolvimento da FF em ações e projetos de manejo sustentável e ecoturismo no bairro do Guapiruvu, ainda que incipientes, e a reivindicação da AGUA para formalizar parceria com a FF¹², sendo também respaldada pela existência de uma base de apoio do PEI (também denominada Guapiruvu).

- **Os Objetivos da Pesquisa**

Esta pesquisa busca analisar a relação entre o Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (municípios de Sete Barras e Eldorado, SP), tendo como categorias de análise o conflito e a cooperação.

Tais parâmetros interferem sobre a dinâmica do lugar e dos territórios, Parque e comunidade, envolvendo os seguintes sujeitos sociais:

- ❖ Gestores, funcionários e prestadores de serviço do Parque Estadual Intervales, administrado pela Fundação Florestal, além de agentes de outros órgãos vinculados a Secretaria do Meio Ambiente que interferem indiretamente sobre a gestão do Parque.
- ❖ Moradores do bairro Guapiruvu, incluindo lideranças e organizações sócio-políticas existentes, pequenos e médios agricultores e ex-palmiteiros (extratores clandestinos de palmito juçara), e outros agentes que interferem diretamente sobre a gestão do bairro (Prefeitura, organizações não governamentais, etc).

¹¹ Resultou de atividades e projetos realizados em parceria da Fundação Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz e a AGUA, iniciados em 1997.

¹² Objeto do Processo FF nº 740/2001, datado de 22/08/2001.

- **Hipóteses da Pesquisa**

Relacionados ao objetivo proposto, surgiram as seguintes hipóteses de pesquisa:

- ✓ Os instrumentos técnico-jurídicos e políticas públicas, em vigor, são insuficientes para possibilitar o manejo efetivo das UCs, não existindo interação efetiva entre a UC e a dinâmica econômica e ecológica local e regional, o que aumentaria sua vulnerabilidade;
- ✓ A postura predominante dos órgãos e profissionais gestores de UCs, no Brasil, traduz-se numa ética de trabalho defensiva, consultiva, legalista e repressora. Alguns programas e ações socioambientais e educativos atuam no sentido inverso, demonstrando possíveis mudanças neste quadro.
- ✓ A gestão das UCs ainda está longe de criar espaços efetivos de decisão das populações locais sobre a gestão do lugar e território, nos quais se inserem. Algumas comunidades e UCs estariam mais próximas dessa conquista.

- **Métodos de Trabalho**

O estudo teve como parâmetros de análise as relações de conflito e cooperação entre Parque-comunidade, ou seja, entre o bairro do Guapiruvu e o Parque Estadual Intervales.

Foi efetuada a análise da documentação disponível sobre a área de estudo e consulta bibliográfica pertinente a temática abordada. Esta documentação envolveu a leitura crítica dos projetos, estudos, atas de reunião, relatórios, depoimentos e outros documentos, elaborados pelo poder público e a sociedade civil.

Conforme Pisciotta (2003), existe uma denominação para as documentações disponíveis, alguns destes, geralmente não são oficialmente considerados nos estudos.

Se os documentos internos, como relatórios administrativos e outros não são oficialmente considerados como publicações, como literatura, os documentos procedentes de eventos científicos e as teses/dissertações são denominados de “literaturas cinzentas”, em contraponto à “literatura branca”, representada pelos livros e periódicos (...) Segundo o Núcleo de Pesquisa de “Produção Científica” – NPC, da ECA/USP, a literatura cinzenta vem ganhando importância crescente nos últimos

anos, em função da demanda entre os pesquisadores por este tipo de literatura.
(p.40)

Os dados primários foram obtidos a partir de observações, conversas formais e informais, visitas técnicas e reuniões presenciais com a AGUA e conversas e reuniões com vigias¹³ do PEI, além de alguns dos protagonistas de ações e projetos socioambientais que atuam no bairro Guapiruvu.

❖ A Observação Participante

O papel de pesquisador/gestor restringe a adoção de alguns procedimentos de investigação e impõe cautela adicional para que a pesquisa possibilite interação, ao mesmo tempo evite criar falsas expectativas junto aos agentes sociais da área de estudo. Um fato que minimizou essa dificuldade inicial se refere ao envolvimento pessoal com as lideranças de Guapiruvu, desde 1998, através de projetos socioambientais no bairro e, posteriormente, quando assumi a direção do Parque.

A observação participante vem de encontro com esta preocupação inicial, conforme proposto pelo sociólogo Howard Becker, onde o sociólogo (ou pesquisador) ativo:

(...) não somente pode como deve improvisar as soluções (de método) que funcionem onde ele está e resolve os problemas que ele quer resolver. (Becker, 1994)

Ao mesmo tempo, o autor enfatiza o cuidado na aplicação dos os métodos a serem empregados, verificando-se o grau de confiabilidade do conhecimento a ser adquirido, onde o pesquisador precisa *“tentar aperfeiçoar estes métodos através da investigação fundamentada e da crítica das suas propriedades”* (Becker, *op cit*).

Para Foote Whhyte (2005), um dos principais reformuladores do método da observação participante, ao estudar grupos de rua do bairro de Cornerville/EUA, aborda um série de princípios de trabalho para a coleta e organização de dados de pesquisa e destaca:

¹³ Preferiu-se a utilização da nomenclatura vigia, correspondente ao cargo de funcionários que atuam no Programa de Proteção de UCs paulistas. Outra denominação comumente empregada é a de guarda-parque, no entanto, ainda não regulamentada em planos de cargos e salários de instituições gestoras.

[...] com frequência temos a sensação de estarmos imersos numa massa confusa de dados.

Ainda que o presente estudo estivesse muito longe da imersão e envolvimento propostos pelo método da observação participante, confesso que algumas vezes assim. Esta constatação, por outro lado, foi essencial para que buscasse encontrar a essência dos dados a serem analisados.

O autor destaca a contribuição de um colega de trabalho, ao discutirem uma nova abordagem para a os métodos de estudo da organização social:

[...] a importância de observar as pessoas em ação e escrever um relatório detalhado sobre os comportamentos concretos, totalmente isento de julgamentos morais. (Foote Whyte, 2005 p.290)

Mais uma vez aparecia a questão dicotômica de meu papel como gestor e pesquisador, em uma mesma área de trabalho e estudo. Portanto a análise se revestiu da observação dentro de certos limites advindos desta relação.

❖ O informante chave (IC)

Nunes (2003), ao estudar a relação entre moradores tradicionais e residentes da EEJI (Estação Ecológica Juréia-Itatins), enfatiza a importância do informante chave (IC) nas pesquisas e o quanto elas também influenciam o modo como o informante passa a ver seu grupo.

Foote-Whyte (2005) descreve como seu IC foi essencial

[...] A princípio ele era apenas um informante chave,,, Discutia com ele francamente o que estava tentando fazer, que problemas me confundiam e assim por diante (...) Na verdade, sem ter qualquer treino, era um observador a tal ponto perspicaz, que bastava um pequeno estímulo para ajudá-lo a tornar explícito muito da dinâmica da organização social de Cornerville. Algumas interpretações que fiz são mais dele do que minhas ainda que agora seja impossível distingui-las.

Por sua vez, Lacoste-Dujardin (1977 *apud* Nunes, 2003) nos fala como as relações entre pesquisador e interlocutores se transformam no decorrer da pesquisa e como o saber é produzido dentro do grupo pesquisado:

A transmissão do saber assim produzido, não se faz somente pelo pesquisador fora do grupo e ao término da pesquisa, ela se faz também no próprio seio da relação de pesquisa; dessa forma o pesquisador não pode atribuir parte de suas idéias somente à sua problemática inicial, ou à sua própria sagacidade, mas também àqueles que

foram mais que informante, pois foram seus” associados “. Estes em virtude da pesquisa, das conversas que mantiveram com o pesquisador, não verão mais da mesma forma o grupo em que vivem.

O presente trabalho pressupõe a escolha de mais de um IC do bairro Guapiruvu, considerando a existência de diferentes lideranças reunidas na AGUA, além de vigias, técnicos e gestores envolvidos com o Parque. Outros protagonistas sociais, como agentes de Prefeituras locais, técnicos de organizações não governamentais (ONGs) e técnicos de agências financiadoras de projetos na área de estudo não foram incluídos na presente análise. A análise para estes setores ficou restrita aos documentos e dados indiretos disponíveis.

❖ Entrevistas com protagonistas sociais

Com a finalidade de elucidar diferentes pontos de vista das relações entre o Parque e a comunidade, sob o prisma dos protagonistas sociais foram realizadas entrevistas para diferentes segmentos e informantes selecionados:

No segmento da sociedade civil, foram entrevistados moradores do Bairro do Guapiruvu (integrantes da AGUA e do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira), compreendendo: 03 (três) lideranças da AGUA, (4) quatro ex-palmeiros que trabalham no contrato de manutenção de guarita do PEI e (1) um monitor ambiental da AGUA.

Com relação aos funcionários e gestores de UCs, entrevistou-se (2) dois vigias do PEI e (1) gestor de Unidade, com histórico de atuação no PEI.

Procurou-se, em alguns casos, não identificar nominalmente os entrevistados, preservando-se, assim, os direitos de liberdade de expressão, e análise crítica e proativa sobre a gestão do PEI. Em outros casos, os entrevistados consentiram sobre a divulgação nominal de depoimentos, refletindo assim, o papel dos agentes políticos que reivindicam do Estado, ações e projetos no bairro, nesse caso, do Parque e a Fundação Florestal.

O quadro 2, apresentado a seguir, apresenta o esquema geral proposto para orientar as entrevistas e a coleta de dados.

Para cada grupo de informantes entrevistados elaborou-se perguntas gerais e específicas, de forma a compor os diferentes pontos de vista sobre a relação

Parque-Comunidade, ou Comunidade-Parque, duas faces de um mesmo problema.

Quadro 2 – Roteiro geral de entrevistas referente ao projeto de pesquisa

<p><i>Objetivo</i> Identificar visões de diferentes protagonistas e setores sociais.</p> <p><i>Quem?</i> - lideranças comunitárias e moradores do bairro (incluindo prestadores de serviço, ex palmiteiros/palmeiros) - funcionários do PEI (principalmente vigias) - técnicos e gestores da FF com interface com o bairro</p> <p><i>Como?</i> Entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas</p> <p><i>Porque?</i> - identificar e compor visões dos principais segmentos sociais na relação Parque – Comunidade</p> <p><i>Quem mais? – análise documental</i> - poder público local: Prefeituras de Sete Barras, Casas de Agricultura - Ongs com atuação no Guapiruvu - outras instituições públicas com atuação no bairro: programas do Ministério do meio Ambiente, Incra/MDA, ITESP</p>

Os diálogos entre o observador e os informantes buscaram, na medida do possível, possibilitar ao entrevistado que trouxesse novos elementos para a investigação, a partir da técnica do “escutar mais que falar”, sendo primordial para enriquecimento da análise. A título de exemplo, o Anexo 2, traz o conteúdo integral de uma das entrevistas, com o Sr. Geraldo.Xavier de Oliveira, agricultor com terra (pequena propriedade) e uma das lideranças mais ativas da AGUA.

• Referenciais teóricos: A contribuição da geografia cultural

O estudo da relação entre populações camponesas e Unidades de Conservação, temática explorada nesta pesquisa, teve como referencial teórico a geografia cultural, além de subsídios da antropologia, da geografia agrária e da biogeografia, buscando a compreensão mais ampla para responder aos objetivos propostos.

Assim, o modo de vida e de produção, a reconstrução da identidade cultural, a história dos conflitos de terra e do uso da terra, as restrições ambientais vigentes, o debate em torno da conservação da biodiversidade e sustentabilidade socioambiental, a importância ecológica e função social das UCs são alguns

aspectos que possuem relação com o referencial teórico e os métodos empregados na pesquisa.

Nas palavras de Furlan (2000)

É necessária uma linguagem para proceder à leitura espacial. Essa linguagem foi encontrada no momento em que se considerou a pluralidade teórico-metodológica (...) buscada como fundamento para lidar com o tema do trabalho que envolve a cultura e a natureza.

[...] a geografia cultural é a que mais se identifica com as análises da percepção e das vivências da população local com a natureza.

Conforme Claval (1997:89 *apud* Furlan, 2000: 26),

A geografia cultural está associada à experiência que os homens tem da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar.

A geografia cultural tem sua origem na geografia tradicional, conforme Moraes (1981), possuindo forte influência da antropologia ao abordar aspectos simbólicos e das identidades culturais dos povos e se inserindo conforme Claval (*op.cit*), no campo das Etnociências. Segundo o autor (Claval, 2002, *apud* Nunes, 2003: 27):

[...] a cultura é o principal elemento de identificação de um povo, porém esta não é estática, está em constante transformação.

Sobre reconstrução da identidade cultural destaca Calderón (1995):

A reconstrução da identidade cultural se dá no âmbito da vida cotidiana a partir do uso que as pessoas dão as referências culturais nas relações sociais (...) As mudanças que a modernização propicia e acarreta, fazem com que as pessoas recorram a um constante processo de identificação de referências culturais para adaptar o novo a seu mundo, a sua vida cotidiana e desta forma recriar sua identidade.

O pensamento historicista constitui a base da geografia cultural, “talvez em sua vertente idealista, uma vez que tem como referência a percepção e a subjetividade mais do que na vida material” (Furlan, *op cit*).

A partir da década de 1980 a geografia cultural é revista e difundida, assim como o historicismo, conforme destaca Soja (1993 *apud* Oliveira, 2005).

Novas possibilidades estão sendo geradas a partir desse entrelaçamento criativo, possibilidades de um materialismo simultaneamente histórico e geográfico; de uma dialética tríplice de espaço, tempo e ser social; e de uma re teorização transformadora das relações entre a história, a geografia e a modernidade.

Se por um lado a geografia cultural traz a tona aspectos pouco abordados pela vertente materialista, por outro a qualificação do espaço constitui o ponto convergente da geografia.

❖ **Alguns conceitos sobre espaço, lugar e território**

Para Milton Santos, espaço é o terreno onde se constroem as relações sociais, de trabalho, onde repousam os objetos naturais e materiais. O espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração. Nas palavras do autor:

[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. (Santos, 1996-2001:332).

Tuan (1983) diferencia espaço de lugar:

[...] o espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (Tuan, 1983)

Ou nas palavras de Furlan (2000: 40),

Os lugares na concepção aqui trabalhada são aquilo que atribuímos valor e onde é possível satisfazer as necessidades básicas (comer, dormir, tomar água, descansar, contemplar). Compreender o lugar é, portanto buscar de que maneira as pessoas atribuem valores.

Ao revisar as definições sobre território, Sanson (2005) argumenta:

Cabe destacar que, o conceito de território e de territorialidade para a Geografia está relacionado ao espaço geográfico humano. Por isso as noções de território são ampliadas para os sentidos da política, do cultural e do econômico.

E para Furlan (*op cit.*: 44),

[...] não é apenas o substrato material, os limites físicos, o espaço social, em si, mas sim um campo de forças e ações políticas.

Estas categorias de estudo, lugar e território, constituem o “pano-de-fundo” da pesquisa, tratando-se da relação de dois territórios distintos, bairro e Parque, por sua vez subdivididos em outros territórios. O Assentamento Alves, Teixeira e Pereira é um exemplo, com características e dinâmica própria e constituindo o “palco” das relações entre os órgãos ambientais [incluindo o PEI e Fundação Florestal], o INCRA, a AGUA e outras entidades.

Capítulo 1 – Visões sobre a relação sociedade e natureza:

Unidades de conservação e populações camponesas como foco

As formas com que diferentes sociedades vivenciam, definem e representam a natureza são distintas, assim como são as diferenças culturais presentes nestas sociedades.

Conforme Furlan (2000: 31),

Quando analisamos certos aspectos do modo como as sociedades se apropriaram e transformaram o mundo, pode parecer que é possível para o homem estar fora da natureza (...) Muitos chegam a propor que podemos nos afastar da natureza, como se ela não estivesse em nós mesmos. É como se a natureza pudesse existir num plano apenas ideal. Como se não fossemos natureza.

Segundo a autora esta concepção que enxerga homem e natureza como separados está enraizada nas políticas públicas de conservação, com pelo menos duas correntes distintas: a primeira denominada ecocêntrica ou biocêntrica e a segunda denominada antropocêntrica. E conclui:

Essa dicotomia filosófica está na origem do ambientalismo e na construção de ideários e condutas (...) Se as relações entre sistemas culturais são genocidas, as relações com a natureza também serão simplificadoras e destrutivas (...) Nossa premissa é de que ambas as relações estão diante da mesma lógica. Não separando homens e natureza. Por outro lado, consideramos importante recuperar o papel da representação simbólica e não material da natureza, que faz com que diferentes grupos sociais e sociedades culturalmente diferenciadas percebam essa relação entre a prática humana e a natureza (Furlan, op cit.: 39).

Diegues (2000) ao analisar os modelos da conservação ambiental, calcado pelo biocentrismo, define os seguintes princípios, julgados universais:

- a) A Natureza, para ser conservada, deve estar separada das sociedades humanas;
- b) A noção do mundo selvagem (*wilderness*) estabelece que a natureza selvagem pode ser protegida quando separada do convívio humano.

E conclui nesta análise, citando Colchester (1997):

O que é claro é que a visão de “mundo natural” dos conservacionistas ocidentais é uma construção cultural não necessariamente partilhada por outros povos e civilizações que têm visões muito diferentes de sua relação com o que chamamos de natureza.

Esta visão que separa o homem da natureza é freqüentemente relacionada às escolas da ecologia profunda e a biologia da conservação.

Na biologia da conservação, surgida na década de 1970, a preservação da integridade da comunidade biológica é considerada como fator primordial aos fatores de ordem econômica, diante da tendência global a extinção de espécies, incluindo a sobrevivência do próprio homem. Os autores que trabalham com esta vertente, geralmente empregam dados estatísticos para demonstrar a vulnerabilidade de ambientes naturais, determinando taxas de extinção e fatores que ameaçam a preservação de espécies animais e florestais. A criação de áreas protegidas e corredores ecológicos, em diferentes ecossistemas, constituem estratégias centrais da disciplina.

Foi Soulé (1985) quem denominou a biologia da conservação como uma *disciplina de crise*, argumentando que os conhecimentos disponíveis sobre a biodiversidade são insuficientes para responder às ações de preservação das espécies, fato que exige esforço redobrado por parte desta disciplina, fundamentada pelo autor com os seguintes pressupostos básicos:

- a) A diversidade de organismos é positiva;
- b) A extinção prematura de populações e espécies é negativa;
- c) A complexidade ecológica é positiva;
- d) A evolução é positiva;
- e) A diversidade biológica tem valor em si.

Dentre as correntes conservacionistas, fundamentadas no antropocentrismo, tem-se a ecologia humana que vê os *seres humanos, primeiramente como seres sociais; não como uma espécie diferenciada, como é o caso da ecologia social de Bookchin (1964 apud Diegues, 2000:19) ou no caso do ecossocialismo (ou ecomarxismo), onde:*

[...] a visão da natureza é tida como estática, pois considera apenas em função da ação transformadora do homem, por meio do processo do trabalho, proporcionando-lhe as condições naturais desse trabalho e o arsenal dos meios de subsistência.

No Brasil, como resultado da resistência histórica de camponeses, especialmente na região amazônica, ao avanço de latifúndios e devastação ambiental, justificadas pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, surge o ecologismo social, também conhecido como “ambientalismo camponês”, segundo Viola (1991). É nesta vertente que muitos movimentos, como o dos seringueiros que

motivou a demarcação das Reservas Extrativistas e mais recentemente as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, reunindo a luta de pescadores artesanais, dos atingidos por barragens e dos povos indígenas. De acordo com Diegues (2000: 20),

Para esses movimentos, de conotação social e ambientalista, há necessidade de se repensar a função dos parques nacionais e reservas, incluindo aí os interesses e os modos de vida de seus moradores tradicionais.

Na Europa surge novo naturalismo, onde “*a natureza tem uma historia que, por sua vez, está cada vez mais ligada com a história das sociedades (...) o humano como a parte da natureza e vice-versa*”. (Diegues, 2000:22). Esta corrente está fundamentada em três princípios, conforme Moscovici (1974 *apud* Diegues, 2000:22):

- a) O homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto;
- b) A natureza como parte da história;
- c) A coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza.

É do estudo com as populações camponesas, especialmente as chamadas populações tradicionais (povos indígenas, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, etc) – com forte vínculo com áreas naturais - é que vai nascer a etnoconservação, parte das etnociências e que vem ganhando terreno no campo da conservação ambiental.

A etnoconservação valoriza o saber das populações tradicionais, em busca de uma *nova aliança entre o homem e a natureza*.

Nas palavras de Diegues (op cit.: 41):

Esse novo conservacionismo deve estar ancorado, de um lado, no ecologismo social e dos movimentos sociais do Terceiro Mundo que começam a surgir em vários países como a Índia, o Zimbábue, o Brasil, entre outros. Esses movimentos enfatizam, como faz o novo naturalismo, a necessidade de se construir uma nova aliança entre o homem e a natureza, baseada, entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam. A valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria ser uma das pilstras de um novo conservacionismo nos países do Sul.

De uma forma mais geral, o embate presente entre as escolas de conservação da natureza está mais presente em países emergentes da América Latina e Caribe, da África e da Ásia e que, muitas vezes tem que administrar receitas prontas de agentes financeiros e ONGs transnacionais, por meio de acordos bilaterais, ou seja, adotar uma determinada linha de trabalho pré-definida. Neste caso evidencia-se a predominância da visão biocêntrica e ecossistêmica e que pressupõe uma base de trabalho legalista e que, na maioria dos casos, não reconhece direitos humanos quando o assunto são UCs de proteção integral, como parques e estações ecológicas.

Uma análise preliminar a respeito deste acarreta em prejuízo significativo para a sociedade como um todo e nesse caso a brasileira. A abertura para o diálogo e a busca de acordos, aceitáveis, constituem premissas de trabalho que busquem identificar e resgatar a contribuição específica e mais ampla de cada corrente. Conforme afirma Diegues (*op cit.*: 42):

Essa nova aliança deverá se fazer também na separação das divergências que hoje separam os ecologistas sociais e os preservacionistas, uma vez que uma das principais ameaças está vindo das instituições neoliberais que acham que a conservação pode ser atingida por mecanismos de mercado (Diegues, 2000 p. 42).

Furlan (2000) discute a importância de construção de uma nova base para os estudos geográficos que envolvam a relação sociedade e natureza, indo além do campo da dicotomia de correntes teóricas que norteiam vertentes da conservação ambiental.

Este parece ser um dos nós mais difíceis de desatar quando discutimos Geografia. Ao humanizarmos demais o conceito de natureza, estamos antropomorfizando a natureza. Ao adotarmos uma postura animista, estamos naturalizando a sociedade. Porque caminhar pelos extremos?

• Significado e importância das unidades de conservação (ou áreas naturais protegidas)

As unidades de conservação da natureza, denominadas simplesmente unidades de conservação (UCs) são internacionalmente reconhecidas como “áreas protegidas”, cobrindo, conforme Chape (2003 citado por IUCN, 2006), cerca de 11,5% da superfície terrestre.

As UCs representam para a sociedade contemporânea, territórios de salvaguarda do patrimônio ambiental, incluindo a biodiversidade e as paisagens e seus atributos naturais e os espaços designados para atividades educacionais, recreativas e de pesquisa¹⁴. Possuem significados distintos para determinadas culturas e classes sociais e seus objetivos variam no decorrer do tempo, *porque mudanças sociais se processaram, o que leva a novos arranjos espaciais* (Sanson, 2001).

Sobre essa mudança de significados do espaço geográfico aborda Milton Santos, em seu livro *a Natureza do Espaço* (Santos, 1996-2001):

[...] o mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação. Se as suas proporções internas podem ser as mesmas, as relações externas estão sempre mudando. Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando-se uma nova geografia.

Como territórios identificados e (re)significados que são, as UCs apresentam vasto campo de pesquisa e estreita interface com a Geografia, em suas múltiplas vertentes teóricas, entre outras disciplinas das ciências humanas e da natureza.

A Criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos é considerado um marco estratégico, voltado a preservação de valores morais, espirituais e cênicos, a herança histórica e a vida selvagem para o benefício e desfrute do povo, das gerações futuras (Tilden, 1983)

No Brasil, somente a partir da década de 1980 e especialmente após a conferência da Rio 92 é que aumentou a preocupação quanto a importância da conservação da biodiversidade e o papel das UCs nas políticas públicas. Neste sentido, a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), resultante da Conferência de Estocolmo, em 1972, constitui um marco orientador para esta mudança.

Para Brito (2003),

¹⁴ A título de exemplo, a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) define os seguintes propósitos das áreas protegidas: (i) pesquisa científica; (ii) proteção ambiental; (iii) preservação de espécies; (iv) manutenção de serviços ambientais; (v) proteção de feições específicas, naturais e culturais; (vi) turismo e recreação; (vii) educação; (viii) uso sustentável dos recursos de ecossistemas naturais; (ix) manutenção da cultura e atributos tradicionais (UNEP, 2004).

Talvez o maior legado da Conferência de Estocolmo tenha sido a inserção definitiva das questões ambientais na agenda mundial e o estabelecimento do conceito de que os problemas ambientais transcendiam fronteiras, e que estavam relacionados a questões de ordem política, econômica, social e cultural.

Após longo debate envolvendo diferentes setores da sociedade, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que define a UC como: *“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”*.¹⁵

O SNUC estabelece em seu artigo 7º, dois grupos de unidades: as de proteção integral e as de uso sustentável, reunindo uma série de categorias em cada grupo.

No grupo I, de proteção integral, com objetivo de preservação da natureza é admitido o uso indireto dos seus recursos naturais (Ex. visitação pública), reunindo categorias de manejo de menor a maior grau de restrição: estação ecológica; reserva biológica; parque nacional (Parna); monumento natural e refúgio da vida silvestre.

No grupo II, de uso sustentável, com objetivo de conciliar conservação da natureza e uso sustentável de recursos, foram criadas as seguintes categorias: as áreas de proteção ambiental (APAs); área de relevante interesse ecológico (ARIE); reserva de fauna; floresta nacional, estadual ou municipal; reserva extrativista (RESEX); reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Estas categorias, conforme apresentado no Quadro 2, possuem equivalência relativa com as categorias denominadas pela IUCN (União Internacional de Conservação da Natureza) no documento *Diretrizes para as Categorias de Manejo das Áreas Protegidas* (IUCN, 1994), resultantes das discussões e propostas apresentadas durante o IV Congresso Mundial de Parques, realizado em Caracas, Venezuela, em 1992.

¹⁵ Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, artigo 2º Inciso I.

Tabela 1 – Classificação Internacional de Categorias de Manejo de Áreas Protegidas (IUCN, 1994) – adaptado de Maretti (2001) e Oliveira (2004)

Categorias IUCN		Recomendação de Manejo	Comparação com UCs brasileiras (mais comuns)
I – Proteção Estrita	Ia: Reserva Natural Estrita	Pesquisa Científica e/ou monitoramento ambiental	Reserva Biológica e Estação Ecológica (Federal e estadual)
	IIb: Área natural silvestre	Preservação das condições naturais	Sem correspondência clara e específica (recomenda-se evitar correlação)
II - Parque Nacional		Conservação de ecossistemas, turismo e recreação	Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, RPPNs, refúgio de vida silvestre
III - Monumento Natural		Conservação de características naturais ou culturais específicas	Monumentos naturais
IV - Áreas para manejo de habitats/espécies		Conservação por meio de manejo ativo	Sem correspondentes diretos no Brasil
V - Paisagens protegidas		Conservação de paisagens (continentais e marinhas) e recreação (significativo valor estético e/ou cultural)	Áreas de Proteção Ambiental (APAs)
VI - Área conservada para manejo de recursos		Uso sustentável de recursos naturais (fluxo sustentável de produtos e serviços para necessidades de comunidades)	Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas nacionais, estaduais e municipais
Sem correspondência na IUCN Não UCs; outras			Parque Ecológico, área de proteção de mananciais, área natural tombada, reserva indígena, área de preservação permanente, reserva legal, áreas verdes

• UCs e Ocupação Humana: Contexto brasileiro

Ao abordarmos a relação entre populações e Unidades de Conservação (UCs), no caso brasileiro, tratamos fundamentalmente das relações entre a sociedade civil e Estado, e a crise socioambiental vigente. Nas palavras de Neder (2002):

Nenhum dos sujeitos sociais e políticos relevantes na era contemporânea está isento de participar, bem ou mal, da divisão política, técnica e ética de responsabilidades que determina a crise socioambiental no Brasil.

O pesquisador não está isento desta ética da responsabilidade, muito pelo contrário, os resultados de sua atividade se fazem não somente nas esferas da Universidade, mas no campo de sua vida, de sua opção ideológica e política, e nas relações que estabelece com os sujeitos e objetos de investigação.

Conforme afirma Furlan (2000):

É nesse contexto que a Geografia se defronta com um espaço que se mostra complexo nas relações socioculturais e socioambientais, diante do neoliberalismo

atual e da globalização. As forças da lógica da sociedade informacional estão presentes em quase todos os lugares (...) Interação com a cultura e no modo como esta informa a natureza. Influência no modo como as pessoas participam do mundo, no modo como constroem valores materiais e imateriais.

De acordo com Arruda (2000), cerca de 35% das UCs da Amazônia se sobrepõem a Áreas Indígenas e segundo pesquisas do NUPAUB, 39% do conjunto das UCs do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná existem moradores. No Estado de SP, dados do IF mostram que existem populações tradicionais em 73% das UCs restritivas de grande porte.

A questão da ocupação humana em UCs foi um dos principais temas debatidos no IV Congresso Nacional de Parques, realizado em Caracas Venezuela, em 1992, sinalizando uma mudança no tratamento da problemática das populações humanas em UCs, sendo constatado na época que 86% dos parques nacionais da América do Sul abrigam populações residentes. (Bensusan, 2006). O referido congresso avançou no tratamento da problemática da ocupação humana em UCs, recomendando respeito pelas populações tradicionais, evitando-se adotar estratégia de reassentamento dessas populações (Diegues, 1994)

Esta problemática também foi debatida na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), entre outros temas relevantes como a Agenda 21 e a Convenção sobre Biodiversidade (Brito, 2000). O tema é complexo e polêmico, configurando conflitos ideológicos e políticos, advindos de diferentes escolas e pontos de vista da conservação ambiental.

Para Vianna, Adams e Diegues (1994):

A discussão sobre os conflitos advindos da relação entre populações e unidades de conservação é recente no Brasil. Historicamente, essas populações (principalmente aquelas localizadas no interior das unidades) têm sido tratadas como “empecilhos” aos objetivos da conservação da natureza (...) a análise das populações habitantes de UCs deve considerar sua heterogeneidade face a: seu grau de isolamento, adensamento, seus aspectos culturais, suas atividades econômicas, sua situação fundiária e seu histórico de ocupação (Viana et al, 1994).

Em diferentes países, especialmente os de cultura ocidental, ainda predominam os gestores de UCs que trabalham na visão biocentrista e que vêem o homem como um destruidor, e *a natureza tem que ser protegida do homem*. Como

exemplo desta vertente tem-se o trabalho de Terborgh & Peres (2002) que simplesmente ignora o fato de que muitas das UCs possuem ocupações pretéritas, bem antes da criação destas áreas e não aborda o papel desempenhado por estas populações no tocante a conservação ambiental. Segundo os autores:

Um dos problemas mais intratáveis enfrentados pelos administradores dos parques é a presença de residentes humanos dentro das áreas protegidas. A questão é exacerbada quando os ocupantes são populações indígenas cujos direitos de ocupação da área são legal ou tacitamente reconhecidas pelo governo. (Terborgh & Peres, 2002)

Um dos exemplos mais concretos que espelham esta visão, no caso brasileiro, provavelmente esteja representado pela Rede Pró Unidades de Conservação¹⁶ que reúne instituições em vários estados brasileiros e é responsável pela organização dos Congressos Brasileiros de Unidades de Conservação e publicações sobre UCs. Em dois congressos que pude participar, constatei o caráter tendencioso dos organizadores, explicitamente contrários a presença de ocupações humanas em UCs e também o fato de valorizarem trabalhos nas UCs de proteção integral, especialmente a categoria dos Parques. A publicação *Tornando os Parques Eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*, organizada por John Terborgh *et al.* (2002), reúne artigos de diversos autores que se inserem na vertente biocentrista.

É necessário cautela quando tratamos do assunto que envolve a relação entre populações e UCs. Não se trata aqui de desqualificar os estudos realizados pelos autores adeptos do biocentrismo ou mesmo do antropocentrismo, mas avançar no diálogo entre os diferentes agentes sociais envolvidos nesta problemática e mais que tudo, aperfeiçoar os instrumentos técnico-jurídicos que busquem equacionar os conflitos.

De acordo com Amend & Amend (1992), citado por Brito (2000:42)

Dentre todas as categorias de áreas naturais protegidas propostas até hoje, as únicas que possuem uma política internacional delineada são o parque nacional e a reserva da biosfera. Entretanto, essa política, no caso dos parques, não é totalmente clara.

¹⁶ A Rede Pró Unidades de Conservação, criada em 1996, tem como missão proteger, aprimorar e ampliar o conjunto de UCs, especialmente as de proteção integral, visando conservar a biodiversidade e outros valores destas áreas, através de mobilização, da ação política coordenada e do apoio mútuo entre organizações não governamentais (Fonte: www.redeprouc.org.br)

Nessa falta de clareza, o ponto que continua insatisfatoriamente explicitado é o da ocupação humana. As alternativas de manejo recomendadas continuam centradas no impedimento de toda exploração ou ocupação da área.

A definição de categorias de manejo não resolve, ainda, o problema da ocupação humana em UCs, muito pelo contrário, sacramenta uma visão excludente. Em casos especiais, a saída seria a revisão do desenho e reclassificação do território compreendido pelas UCs, estabelecendo, por exemplo, classes ou zonas de manejo mais e menos restritivas. Esta permissão de uso, planejado, possivelmente seja uma das saídas para a efetividade na conservação, por meio de formação de alianças e parcerias estratégicas.

Mas quais populações seriam beneficiárias desta modalidade de conservação?

• Populações Camponesas e Unidades de Conservação

As populações camponesas, segundo Marques (1994: 6) possuem um modo de vida singular:

O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apóiam num conjunto de valores que lhe dá sentido.

O modo de vida camponês é direta ou indiretamente influenciado e recriado pelo avanço do modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento é contraditório e combinado. Esta tese de Marx é defendida por alguns autores como Oliveira (2000 e 2001), Shanin (1993) e Martins (1996).

Nas palavras de Oliveira, A. (2001),

[...] ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo e relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pelo aumento do trabalho familiar no campo).

É interessante registrar a afirmação de Bernini quando resgata alguns dos princípios que norteiam a criação das Unidades de Conservação e a relação destes territórios com as populações camponesas.

[...] percebemos que o Estado, em nome da defesa do que se entende por público, cria territórios que devem ser intocados para que se constituam uma reserva de recursos naturais. Mas o faz para proteger a natureza de um modo de

desenvolvimento econômico destruidor que este mesmo Estado incentiva e legitima. Então, a necessidade de criação de UCs e da legislação ambiental como um todo, surge como consequência da ação destruidora da mesma sociedade para qual a preservação se destina. Sociedade esta que, apesar de incluir o campesinato, não o representa já que este se relaciona com a natureza de outra forma..

A chamada população tradicional, cunho específico de determinadas populações camponesas, constitui um capítulo a parte no que se refere a ocupação humana em UCs. O termo é amplamente utilizado, de forma genérica e ambígua e sem o rigor científico necessário, portanto um conceito ainda não consolidado (Vianna, 1996).

Esta constatação é enfatizada por Cavalieri (2003) quando analisa os termos e definições sobre *comunidades e populações tradicionais*:

O termo apresenta polissemia ainda não contornada, o que enriquece o debate. Para fins legais, porém, essa problemática ainda é um entrave à proteção dessas comunidades. Na ausência de um conceito mais consensual, os órgãos que legislam sobre as unidades de conservação encontram brechas para não reconhecê-las como sujeitos de direitos.

O termo *população tradicional* foi adaptado, no Brasil, do conceito de *indigenous people*, utilizado para designar, os povos nativos e seus descendentes, desde o período de expansão colonial e fundamentado por “estudos sobre populações étnicas e não sobre sociedades rústicas” (Vianna, *op. cit.*).

O termo “sociedade rústica” ou “cultura rústica” foi empregado por Antônio Cândido, em seu célebre trabalho “*Os parceiros do rio Bonito*”, ao estudar populações camponesas “caipiras”¹⁷ do interior do estado de São Paulo (Cândido, 1954). Embora marginalizadas estas culturas integram a sociedade dominante, “pois seus sistemas de valores estão ligados aos das pessoas que moram nas cidades, afinal estes correspondem a outra dimensão de suas vidas”. (Resende, 2000).

O viés étnico e o princípio do multiculturalismo foram, sem dúvida, os critérios centrais que asseguraram os direitos territoriais dos *povos quilombolas e povos indígenas*, na Constituição Federal Brasileira, aprovada em 1988. De acordo com Santilli (2005: 85):

Por um lado, os povos indígenas e quilombolas têm o direito a continuar existindo enquanto tais, e à garantia de seus territórios, recursos naturais e conhecimentos, e, por outro, toda a sociedade brasileira tem o direito à diversidade cultural e à preservação das manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos e sociais que a integram.

[...] Os quilombolas gozam de um regime jurídico privilegiado em relação às demais populações tradicionais – seringueiros, castanheiros, etc. -, que tem direitos expressamente assegurados pela Constituição.

O SNUC em seu artigo 42 define que “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes”. No entanto, esta Lei é altamente contraditória, pois, justamente a definição de população tradicional, correspondente ao inciso XV do artigo 2º foi vetada quando da aprovação do SNUC¹⁸.

Posteriormente, através do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2000 (regulamentação parcial do SNUC), em seu capítulo XV (Do Reassentamento das Populações Tradicionais) apresenta em seu artigo 39: “Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação”.

Em outras palavras, os direitos imemorais de grande parte das populações residentes em UCs foram neste momento histórico, sumariamente desconsiderados, fazendo cumprir ao Estado o papel de assegurar as condições de sobrevivência destas populações, portanto efetivar medidas meramente paleativas, longe de medidas que buscassem o desenvolvimento humano e social e a conquista da cidadania por parte das populações residentes em UCs.

¹⁷ Antônio Candido denomina os caipiras como uma variação regional e circunscrita a “influência histórica paulista”, diferente de Darcy Ribeiro que emprega o termo para outras terras do centro-sul do Brasil “ocupada por uma população extremamente dispersa e desarticulada” (Ribeiro, 1998 p. 383).

¹⁸ Art. 2º Inciso XI (vetado) - “população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável”.

Mas se estamos analisando, no presente estudo, a relação entre uma UC de proteção integral com uma população camponesa vizinha, porque discorrer sobre populações residentes?

A resposta nos parece óbvia, porém não está internalizada nas políticas públicas em UCs. Ora, se o Estado não consegue sequer efetivar o trabalho de assistência social às populações residentes, quanto mais o faria para as populações vizinhas. De fato, as necessidades básicas das populações do entorno das UCs são muito semelhantes aos das residentes, pois as restrições ambientais são praticamente as mesmas. Conforme afirma Resende (*op cit.*: 122), ao analisar os pequenos agricultores do Vale do Ribeira:

Os efeitos mais restritivos se concentram nos pequenos agricultores (geralmente posseiros), que apresentam, com maior ou menor intensidade, características de produção camponesa.

O recente Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, além de reforçar o direito das populações indígenas e quilombolas, define em seu inciso XX, nos *Princípios e Diretrizes do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP*, a “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas” (grifo nosso).

Ainda estamos muito distantes de assegurar os princípios, objetivos e estratégias para o SNUC, apresentados pelo PNAP, mas certamente o referido Plano está no caminho certo quando propõe assegurar o devido tratamento dos direitos socioambientais das populações camponesas, residentes e vizinhas às UCs (com ênfase às populações chamadas tradicionais).

Conforme afirma Juliana Santilli (2005: 49):

A atuação do Estado na promoção dos direitos socioambientais já encontra sólida base jurídico-institucional. Não é suficiente, entretanto, que o Estado se limite a reconhecer os direitos socioambientais e adotar medidas repressivas quando são desrespeitados. Mais do que isso, a efetividade dos direitos socioambientais exige um papel pró-ativo do Estado na sua promoção, por meio de políticas públicas apropriadas e específicas. Distinguem-se, portanto, dos direitos “clássicos”, em que o papel do Estado se dá apenas na garantia, por meio de instrumentos repressivos

quando são violados. Os direitos socioambientais só se efetivam mediante a ativa promoção de políticas públicas.

• Planejamento Participativo de UCs

Ao abordar efeitos do tombamento da Vila de Picinguaba e criação do Parque Estadual da Serra do Mar¹⁹, comunidade caiçara do litoral norte de São Paulo (município de Ubatuba), Furlan (1990) enfatiza que a política de tombamento fracassou ao não contar com a participação dos diretamente envolvidos e conclui:

O tombamento, ainda que original na conceituação ampliada pela consideração da cultura e do ambiente como patrimônios da humanidade, foi mal definido e aplicado e precariamente gerenciado pelo poder público. A rigor nenhum instrumento de proteção ambiental abordou, até o momento, com determinação política as questões centrais, tais como o problema fundiário, as políticas públicas, o modelo de desenvolvimento, centrais na questão ambiental.

De fato, os instrumentos de participação na gestão de UCs e outras modalidades de proteção de áreas naturais, ganharam atenção somente na década de 1990. A Agenda 21, lançado na conferência da Rio 92, constitui um marco nesse processo de planejamento participativo.

No tocante as UCs, o documento publicado pela UICN (Borrini-Feyerabend, 1997), intitulado *“Manejo Participativo de Áreas Protegida: Adaptando o Método ao Contexto.”*, traz experiências concretas e uma série de princípios para o que denomina manejo participativo de áreas protegidas²⁰, conforme enunciado no documento:

Há aqueles que falam disso em termos amplos como um processo que envolve desde a consulta ativa dos interessados até a entrega completa de autoridade. Outras restringem o termo manejo participativo para situações em que se buscou compartilhar eficazmente o poder sobre a tomada das decisões. Sem dúvida isso é mais fácil dizê-lo do que fazê-lo.

¹⁹ A Vila de Picinguaba e as ilhas da baía de mesmo nome foram tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de São Paulo (CONEPHAAT), em 1983, e posteriormente inserida no Parque Estadual da Serra do Mar, em 1976.

²⁰ “O termo ‘manejo participativo’ de unidades de conservação se refere a uma aliança estabelecida em comum acordo entre os interessados de um território ou conjunto de recursos amparados sob o estado de proteção para compartilhar com eles as funções do manejo, direitos e responsabilidades. Dentre os interessados se incluem principalmente a instituição responsável e várias associações de residentes locais e usuários de recursos, mas também podem ser envolvidas organizações não governamentais, administrações locais, autoridades tradicionais, instituições de pesquisa, comerciantes e outros”. (Borrini-Feyerabend, 1997)

No Brasil, pouco se avançou na construção de um diálogo e efetivo planejamento participativo nas UCs. O trabalho de Carmen Lúcia Rodrigues (2001), ao analisar o processo de elaboração dos Planos de Gestão Ambiental (PGAs) de UCs do litoral de São Paulo, tece algumas críticas sobre a ineficácia dos métodos de planejamento adotados e que não respeitaram aspectos da linguagem e o tempo das comunidades envolvidas. Nas palavras de Rodrigues (2001),

Até hoje, é o imaginário de um grupo específico de profissionais – a maioria formado nas ciências naturais – que tem expressado e, ao mesmo tempo, orientado a grande maioria dos programas de proteção da natureza no Brasil, desconsiderando-se saberes e práticas locais [...] A compreensão das relações dos moradores locais com o meio onde vivem – seu lugar – é fundamental para apontar pressupostos de um ordenamento territorial, efetivamente participativo.

Ao investigar a percepção e interpretação das políticas de conservação ambiental no Parque Estadual da Ilha Bela (PEIC), sob o ponto de vista dos moradores, Furlan (2000) afirma:

[...] a conquista da cidadania não é uma questão de reconhecer ou conceder a alguém direitos. Mas efetivamente uma apropriação civil de direitos e liberdade democrática num processo construtivo de um novo modelo de sociedade civil.

Esta visão traz profunda necessidade de mudança de perfil da gestão e dos gestores públicos e nesse caso os profissionais que atuam na gestão de UCs.

Como afirmam Pimbert & Pretty (2001):

A participação comunitária na definição da área protegida em como deveria ser manejada, e no interesse de quais atores, implica mudança de uma participação mais interativa e mais atribuidora de poder. A participação genuína das comunidades na concepção, desenho, manejo e avaliação de áreas protegidas supõe novos papéis para os profissionais da conservação e outras pessoas de fora.

Ou nas palavras de Cernea (1991 apud Brandon, 1999)

[...] dar às pessoas maiores oportunidades de participação efetiva nas atividades de desenvolvimento Isso significa proporcionar condições para que elas mobilizem seu próprio potencial, sejam agentes sociais em vez de sujeitos passivos, gerenciem os recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam suas vidas.

• O princípio da Sustentabilidade

A sustentabilidade constitui, sem dúvida o principal desafio para o século XXI, a promoção de um *“desenvolvimento com bases amplas e de caráter participativo, envolvendo dimensões sociais, econômicas, ecológicas, políticas, culturais e espirituais”* (Consejo de la Tierra, 2000).

Ainda segundo Primack (1993),

Quando as necessidades básicas das pessoas forem atendidas, elas terão mais tempo e energia para dedicar em grandes causas. As pessoas, provavelmente, passarão a assumir responsabilidade pela proteção da biodiversidade quando cidadãos de todos os países tiverem direitos políticos plenos, um modo de sustento seguro e a consciência das questões ambientais.

Um primeiro contato com as lideranças do bairro Guapiruvu traz ideologias a respeito das opções de desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental, baseadas, por exemplo, em princípios da economia solidária, da agroecologia, dos sistemas agroflorestais da Mata Atlântica (SAFs) e das ações de educação e educação ambiental com base comunitária.

Do ponto de vista do Estado e das políticas públicas ambientais, buscam-se significados e práticas, presentes na definição no processo de definição dos planos de manejo e zonas de Amortecimento [previstos no SNUC]. O termo “desenvolvimento sustentável” é ainda é comumente empregado pelas esferas públicas. Faz-se necessário aprofundar conceitos e práticas para a construção de políticas públicas mais eficazes, inserindo o debate entre Parque e Comunidade.

Em 2005 foi elaborado o projeto “Conservação e Sustentabilidade no *Continuum* Ecológico de Paranapiacaba”²¹, tendo como objetivo estimular e implementar práticas sustentáveis em comunidades vizinhas aos PEs (PETAR, Carlos Botelho e Intervalos) e EE Xitué. Entretanto, mudanças nos rumos do FUNBIO estão comprometendo a aprovação e liberação de recursos, ou seja, a viabilidade do projeto em si. Como então responder às expectativas das lideranças e comunidades beneficiárias. Como então falar de sustentabilidade?

²¹ Sob a coordenação executiva da Fundação Florestal (SMA), faz parte do Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável (PICUS), vinculado ao Fundo Brasileiro de Biodiversidade (FUNBIO). Sua realização está condicionada ao estabelecimento de uma rede de parcerias e alianças estratégicas [incluindo a AGUA], com horizonte de trabalho de no mínimo dez anos de duração.

Capítulo 2 - O Vale do Ribeira:

UCs e o debate entre conservação e sustentabilidade

Existem vários “vales” no Vale do Ribeira e esta afirmação não vale apenas de um ponto de vista rigorosamente geográfico. Ela vale também quando se considera a diversidade de maneira através das quais uma região complexa como o Vale, pode ser percebida, pode ser descrita e pode ser intencionalmente interpretada. (ISA, 1998).

Cerca de 1/3 do território do Vale do Ribeira se encontra no Estado do PR, incluindo as nascentes do rio Ribeira de Iguape, sub-região em processo avançado de degradação ambiental. No estado de SP a situação é outra, pois 60% de seu território se constitui por UCs de proteção integral e de uso sustentável.

Tanto no litoral quanto no médio e alto curso do rio Ribeira de Iguape, são encontrados os “sambaquis”, sítios arqueológicos com idade média de 2.000 a 2.500 anos e tradições mais recentes de populações indígenas de diferentes etnias que ocuparam a região antes e durante o período de colonização européia²².

O Vale do Ribeira foi palco do ciclo de ouro de aluvião (presente em sedimentos fluviais), entre os séculos XVI e XVIII, sendo o principal fator de ocupação e formação de núcleos de colonização e que deu origem a maioria das cidades, a montante do Ribeira e seus principais tributários.

No início do século XIX, o cultivo de arroz (rizicultura) se torna a principal atividade econômica da região e que, de acordo com Zan (1986), assumiu grande importância na Província. É deste período a origem dos grandes casarões de Iguape, um dos principais portos de comercialização do produto e também de geração de riqueza da oligarquia do Vale, já no período imperial. A atividade entra num período de crise uma vez que a política econômica do Estado se volta para a cultura cafeeira. A região não apresenta condições de solo favoráveis para a

²² A região da Baixada do Ribeira está entre as principais frentes de colonização do litoral brasileiro, do início do século XVI, sendo palco de conflitos entre colonizadores portugueses, espanhóis e franceses, com a participação de populações indígenas de diferentes etnias e que foram escravizados e dominados pela cultura européia.

lavora do café e ao mesmo tempo também ficou excluída da grande expansão de rede de estradas e ferrovias. Os projetos de colonização através da imigração não receberam apoio público, permaneceram isolados e não prosperaram (Petrone, 1966 p. 96).

Um dos fatores que merece atenção quando se abordam os problemas socioambientais do Vale do Ribeira se refere ao assoreamento do porto de Iguape, principal ramal de comercialização de produtos da região até fins do século XIX, após obras pública iniciada em 1856, causadora de um dos mais antigos impactos ambientais registrados da história brasileira, o chamado “Valo Grande”²³

Nas primeiras décadas do século XX tem início a expansão das lavouras de chá e de banana e o aumento da infra-estrutura. Para Muller (apud Resende, 2002: 98),

Nesta fase é reforçado o processo de reincorporação capitalista da região, ou seja, a definição de seu papel na economia paulista como fornecedor de alimentos a baixo custo para as cidades (inicialmente arroz e depois banana) e também como reserva de terras e de mão-de-obra. A imigração japonesa veio se inserir nesse quadro, definindo o relativo sucesso dessa experiência de imigração em contraste com as anteriores.

O avanço do capitalismo moderno na região ganha mais força a partir da década de 1950 e principalmente após a conclusão da rodovia BR – 116, a “Régis Bittencourt”, obra essa concluída no início dos anos 1960 e que favoreceu a implantação de indústrias para exploração de minérios em Cajati e o acesso da produção agrícola e do pescado ao planalto paulista e ao Paraná (Santos, 2004).

Para Bernini (2005:20),

O processo de incorporação econômica do Vale do Ribeira está intimamente relacionado com o processo mais amplo de desenvolvimento, baseado na maximização de lucro, por meio da aceleração da industrialização, do investimento em

²³ O Valo Grande consistiu na abertura de canal artificial para encurtar o trajeto fluvial e favorecer o escoamento da produção de arroz, obra que causou impacto ambiental devido a alteração do fluxo principal do rio Ribeira e que passou a desaguar diretamente no Mar de Dentro, faixa de água mista entre o oceano e o sistema flúvio-lacustre do Lagamar (entre o continente e a Ilha Comprida) e com menor vazão na Barra do Ribeira, foz natural do rio Ribeira de Iguape. Estava comprometido a manutenção do delicado ecossistema da região estuarino-lagunar, um dos principais fatores devidos assoreamento do porto de Iguape (início do século XX). A edificação da barragem do Vale Grande, nos anos 1970, e a cheia de 1983 (atingindo plantações e bairros periféricos da cidade de Iguape), provocaram perdas significativas da produção agrícola, afora os danos patrimoniais. A questão constitui um dos maiores conflitos socioambientais e políticos do Vale até hoje.

projetos de infra-estrutura e de agropecuária para exportação, que ganha força a partir de 1950 e perdura durante todo o governo militar.

Entre as décadas de 1950 e 1980 ocorreu o aumento da especulação e “grilagem” de terras e conseqüentemente da concentração fundiária e formação de latifúndios²⁴, para a maior parte de empresários paulistas, causando tensão e conflitos no campo.

De acordo com Resende (2002)

[...] diversos estudos sobre o Ribeira apontam a coexistência de formas arcaicas e modernas de agricultura e a intensificação do processo de incorporação de terras por empresários.

Ao mesmo tempo que se constitui a mola-motor da expansão urbano-industrial e êxodo rural, este capitalismo moderno produz “(...) igual e contraditoriamente relações não capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc.; todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento”. (Oliveira, 2001b)

Este processo contribui para deflagrar mudanças dos modos de produção e de vida do campesinato e que segundo Petrone (1961) teve na expansão da agricultura comercial, as culturas de banana e do chá, como fatores de crise no modo caipira da “Baixada do Ribeira”, sub-região do Vale, onde se insere a área de estudo.

A tabela 2 apresenta a situação dominial das terras na porção paulista do Vale do Ribeira²⁵, demonstrando que a maior parte deste território ainda necessita de legitimação.

Os dados apresentados demonstram a complexidade da situação fundiária na região, sem contar a alta concentração das terras em mãos de médios e grandes proprietários de terra da região.

²⁴ “A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente (...) E o Estado brasileiro baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as de clientelismo e da dominação tradicional de base tradicional de base patrimonial, do oligarquismo”.(Martins, 1994:13)

²⁵ Inclui os municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Sete Barras e Tapiraí.

Tabela 2 – Situação dominial das terras na região do Vale do Ribeira, na porção paulista
(Fonte: ITESP, 1998, adaptado de Resende, 2005: 113)

Classificação	Área (em ha)	% no território
Devolutas	135.800	9
▪ Plano de legitimação por iniciar	18.300	1
▪ Áreas remanescentes	105.500	7
▪ Terras de quilombos	12.000	1
Tituladas pelo ATRA	218.000	15
Não discriminadas	604.000	40
▪ Ações em andamento	170.000	11
▪ Ação não iniciada	434.000	29
Particulares	542.200	36
▪ Legitimadas	230.000	15
▪ Julgadas particulares	312.200	21
Área Total	1.500.000	100

Do ponto de vista socioeconômico, a região é classificada como de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁶ do Estado de São Paulo. De acordo com Nunes (2003), esse desempenho repete os resultados das edições anteriores do IDH e demonstram que a região necessita de políticas públicas sérias e determinadas a transformar essa realidade.

Ao analisar o IDH do Vale do Ribeira na década de 1990, Tayra (1998 citada por Santos, 2004) comenta:

[...] apesar do indicador educacional ser o mais baixo do Estado e o indicador de longevidade superar apenas os índices da região metropolitana de São Paulo e a região de Sorocaba, é no indicador de renda que o Vale alcança seu nível mais baixo, sendo menos de ¼ do índice estadual e metade da penúltima região, Presidente Prudente (...). Analisando as contas da região, o que se vê é sua baixa arrecadação, decorrente de sua pouca expressividade econômica. Apenas 3 municípios, Registro, Jacupiranga e Cajati, possuem arrecadação no nível de suas respectivas transferências. Nos demais municípios, a manutenção da estrutura pública se dá por meio de transferências estaduais e federais.

²⁶ O IDH é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990, composto dos indicadores de saúde (esperança de vida ao nascer); educação (alfabetização e escolarização) e renda (PIB – produto interno bruto) de cada município.

A situação econômica do Vale do Ribeira prevalece, mesmo nos municípios que possuem parte do território com presença de unidades de conservação, recebendo o ICMS ecológico.²⁷

O quadro 4 apresenta os dados estimados para o ano de 2003, para os municípios abrangidos pelo projeto “Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba”.

Tabela 3 - ICMS Ecológico – Dados estimados para 2003

(Fonte: SMA – SP – Assessoria Técnica de Gabinete)

Município	Total
Apiaí	300.796,71
Capão Bonito	405.272,03
Eldorado	1.919.357,28
Guapiara	55.354,16
Iporanga	1.750.190,79
Ribeirão Grande	191.589,52
São Miguel Arcanjo	222.591,80
Sete Barras	974.112,24
Tapiraí	708.813,95
TOTAL	6.528.078,48

Como os números atestam, somente os municípios de Sete Barras e Eldorado, onde se localiza o bairro Guapiruvu, perfazem um total de 44,3 % do ICMS ecológico arrecadado nos nove municípios abrangidos pelo referido projeto. É notória a falta de transparência quanto a destinação do ICMS ecológico nos orçamentos municipais, havendo desconhecimento por parte da população. Este desconhecimento favorece manobras políticas em torno do debate desenvolvimento *versus* conservação ambiental.

De fato, esta desinformação se reveste pela ideologia do atraso, presente em discursos de muitos vereadores e prefeitos da região, contribuindo, assim, para a manutenção do sistema do clientelismo político e de poder, vigentes.

Conforme São Paulo. Fundação Florestal (2005),

²⁷ O Estado de SP adotou o ICMS Ecológico a partir da lei nº 8.510/93 que estabelece 0,5% para os municípios com UCs e mais 0,5% para os municípios que possuem reservatórios de água destinados a geração de energia elétrica.

Há discurso corrente entre os políticos da região de que a conservação é empecilho ao desenvolvimento e, muitas vezes, o repasse do ICMS ecológico é deliberadamente ignorado.

Na segunda metade da década de 1980 é que se fortalece a política ambiental do Estado, especialmente durante o governo Montoro. Tal fato, inserido dentro da complexa situação fundiária do Vale, se juntou a outros fatores, tais como a predominância do plantio convencional e queda dos preços de venda [especialmente a banana-nanica], dificuldades para acesso a crédito por pequenos e médios produtores e a ausência de políticas públicas voltadas às necessidades básicas dos cidadãos do Vale. Formava-se, então, o “pano-de-fundo” que acentuou a crise econômica e sociocultural dos bairros rurais do Vale do Ribeira e aumento de pressão sobre áreas naturais.

As políticas ambientais, pela vertente repressora do Estado, constituem agravante para a situação de exclusão social do campesinato no Vale, uma vez que as medidas disciplinares recaem, na maioria das vezes, para os pequenos agricultores do Ribeira.

Conforme relatório não publicado do Proter/Rebraf (1996 apud Resende, 2003)

Diversas análises de entidades de assessoria aos pequenos agricultores do Ribeira reforçam que a proibição do desmatamento, ou o fato desse ser dificultado, compromete a sustentabilidade dos sistemas agrícolas tradicionais. Isso, associado às restrições ao extrativismo, a má inserção no mercado e aos problemas fundiários, faz com que os moradores tradicionais fiquem acuados economicamente, implicando no êxodo rural e exploração predatória dos recursos naturais.

Os “atravessadores”, que compram e revendem produtos agrícolas, de pesca e oriundos do extrativismo clandestino, acabam ficando com os lucros da comercialização e não com o ônus das penas legais devidas por infrações. Este fator contribui para consolidar as redes clandestinas existentes na região, respaldadas pelo fornecimento de insumos e equipamentos de apoio, além de esquemas que favorecem a continuidade das atividades predatórias, como é o caso da extração clandestina do palmito jicara, o *Euterpe edulis*.

De acordo com Santos (2004):

Os governos Estadual e Federal têm intensificado as ações na região visando o desenvolvimento econômico. Dentre essas ações convém destacar a formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira e do Fundo de Desenvolvimento do Vale

do Ribeira. Mas os avanços ainda são lentos em relação ao nível de atenção exigido pela região.

Conforme Resende (*op cit.: 107*)

O Comitê da Bacia do Ribeira foi instalado em janeiro de 1996, constituindo uma experiência importante de institucionalizar a gestão participativa. Mas sua margem de manobra é ainda bastante limitada. Em grande parte por não ter definido um plano de ação que realmente articulasse os vários atores e seus interesses e potencialidades, tem se posicionado pontualmente, principalmente nos casos de grandes projetos.

Um dos exemplos é o Macrozoneamento do Vale do Ribeira [ou Zoneamento Ecológico-Econômico] que pretende definir as principais diretrizes de ordenamento territorial e que há quase duas décadas tramita nas esferas públicas, plano que vem sendo elaborado e coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Existem divergências quanto as categorias propostas no zoneamento e aspectos fundiários [relativos a processos indenizatórios de propriedades particulares afetadas por restrições] e que refletem as estruturas do poder hegemônico presente na região.

Apesar da forte presença do Estado na região, evidencia-se a ausência de políticas públicas integradas, pelas diferentes esferas do poder público. Talvez o maior desafio esteja em se buscar maior convergência dos esforços setoriais com as características socioambientais, locais e regionais, condicionando, assim, medidas alternativas ao sistema hegemônico do desenvolvimento paulista.

Uma das medidas que vem ganhando espaço nos últimos meses se refera a Agenda 21 Regional, uma iniciativa dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, com recursos do FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente) e tendo como executor local o IDESC (Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania para o Vale do Ribeira). Através de um programa de formação de agentes locais, representantes dos municípios do Vale do Ribeira, em São Paulo e no Paraná, o governo federal vem promovendo encontros por micro-regiões e conferências regionais. A idéia é elaborar diretrizes e planos de ação, tendo o “desenvolvimento territorial sustentável” como objetivo central, propondo a elaboração de uma Agenda 21 para o Vale do Ribeira.

Capítulo 3 – Intervalos: De Fazenda a Parque Estadual

O PEI (Parque Estadual Intervalos) foi criado no dia 8 de junho de 2005 (Decreto nº 40.135), composto inicialmente pela Fazenda Intervalos, com 38.356 ha e pelas glebas de terras devolutas chamadas Xiririca A e B, com 11.532 ha, totalizando 49.888 ha. Posteriormente, através da Lei nº 10.850, de 06/07/2001, ocorreu a desafetação de parte destas glebas Xiririca²⁸, formando o atual território do Parque com cerca de 41.700 ha.

O Parque abrange os municípios de Eldorado Paulista, Guapiara, Iporanga, Ribeirão Grande e Sete Barras, limitando-se na porção NE com o município de Capão Bonito. Integra o contínuo ecológico de Paranapiacaba, um mosaico de UCs com mais de 150.000 hectares de florestas em bom estado de conservação. Delimitada pela Serra de Paranapiacaba, ao norte, o Parque se insere entre o Vale do Ribeira e o Alto Parapanema, regiões com contextos sócio-econômicos e históricos distintos.

Figura 2– O PEI no Continuum Ecológico de Paranapiacaba – SP (GCA/FF, 2005)

²⁸ Tal medida se justifica pelo reconhecimento de terras em comunidades remanescentes quilombolas (Pilões, Maria Rosa, São Pedro, Ivaporunduva e Pedro Cubas), a partir de laudos antropológicos e estudos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), com respaldo do artigo 68 da Constituição Federal.

• A constituição da Fazenda Intervales

O contexto histórico da criação do PEI (Parque Estadual Intervales) é bastante peculiar, um território que pertencia há vinte anos ao Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), transferido em 1987 para administração da Fundação Florestal (autarquia vinculada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente) e transformado em Parque Estadual, em 1995.

De acordo com Castanho Filho (1998), na década de 1950, a empresa denominada Companhia do Incremento Rural do Altiplano Paulista (CIRAP) instalou-se na região da Serra de Paranapiacaba, com o objetivo de implantar projeto agro-pecuário em propriedade de cerca de 10.000 ha na gleba conhecida como “Usucapião Giani”. O projeto foi mal sucedido e a empresa perdeu suas terras para o BANESPA demarcando a formação da Fazenda Intervales. Estas informações são confirmadas por um dos vigias do Parque e que foi responsável pela proteção desde a época do Banespa e ainda atua no programa de proteção:

A Altiplano Paulista fez um empréstimo no banco, montou uma serraria e uma olaria, de 49 a 56. Aí eles não conseguiram pagar e perderam as terras para o banco (depoimento de vigia do Parque, 2006)

Posteriormente, em 1960 é anexada área de mais 9.000 ha por outorga de título de domínio público (gleba do 18º perímetro de Eldorado), com compra e anexação, ainda na década de 50, de posses e propriedades, somando 28 áreas distintas e compondo área de 39.744,17 ha da Fazenda Intervales.

O contexto da formação e consolidação da Fazenda Intervales não difere da maior parte dos latifúndios formados em território paulista e brasileiro, especialmente entre as décadas de 50 e 70.

Aqui tinha umas pessoas da família Gravi, Joaquim Honorato Gravi era o dono das terras e tinha uma pequena escritura e veio um cidadão de São Paulo e comprou as terras. Esse cidadão usou de ma fé, o cara não sabia assinar, não sabia nada, fez ele assinar com o dedo a escritura, vendendo, mas não recebendo sobre a área, se não me falha uns 150 alqueires. Esse cidadão vendeu a terra para uma firma chamada Altiplano Paulista, a tal CIRAP, lá por 48,49. Vendeu com tamanho maior, grilou, pegou mais terras, tanto é que se você vê no mapa tem dois córregos do Inferno, um aqui em cima e outro lá embaixo perto do Alecrim, então isso tudo já é malandragem (...) A história dessa Intervales é bem complicada, teve gente aqui que foi expulsa na época que esse cidadão vendeu pra CIRAP e tirou as pessoas daqui e teve muito conflito. (Paulo Ursulino da Mota, 2006)

O Banespa continuou a ampliar o latifúndio, consolidando, assim, a chamada “Fazenda Intervalles”.

Tinha umas pessoas do lugar aqui que conheciam bem a região e começou a comprar partes pro banco [...] Naquela época você comprava uma posse que dava direito no máximo 10 alqueires, mas se você tivesse dinheiro botava o engenheiro pra medir confrontando lá até onde fosse, o quanto você queria, pegando rios, serras [...] Naquela época era liberado fazer isso [...] O banco foi comprando posses e medindo e encontrando com outros posseiros e comprando e fechando tudo [...] O banco comprou e colocou posseiros em diversos locais, esse sistema acabou em 70, o pessoal recebia salário e não era registrado em carteira [...] O posseiro tinha a vida como se fosse dono de sítio, podia plantar, colher, ter porco, criação, a única coisa que não podia é ter direito de posse, assinava o contra recibo [...] Em 72 tiraram os posseiros e alguns viraram funcionários do banco. (Paulo Ursulino da Mota, 2006)

Um exemplo da prática de grilagem, nos tempos do BANESPA, se refere a aquisição de posses situadas no médio Ribeira, onde se localizam as bases Quilombo, Saibadela, Guapiruvu e Funil, municípios de Sete Barras e Eldorado.²⁹

Para você ter uma idéia o Banco comprou três posses no Vale do Ribeira, uma média de 3 alqueires cada, no Quilombo, Guapiruvu e Funil e encontraram aqui na Barra Grande, pois não tinha mais posseiro nenhum nesse meio entre Sete Barras e Eldorado [...] Tem uma história do banco quando abriu as divisas e a Metropolitana achou de medir o banco perdeu uma área recuando a linha de 15 pra 2800 metros pra norte, pois não tinha documento mais antigo pra confrontar³⁰

A incorporação, ampliação e, enfim, consolidação da Fazenda Intervalles possui relação com o caráter rentista da propriedade privada, dentro da lógica do capitalismo monopolista. Conforme afirma Oliveira (2001):

As grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais.

²⁹ De uma forma ou de outra, as terras da Fazenda Intervalles acabaram retornando para domínio do Estado, fato bem diferenciado do que aconteceu com a maior parte das UCs da região que apresentam sérios problemas fundiários, a exemplo do PETAR, vizinho ao PEI, com mais de 2/3 do território sob domínio particular. – ver texto Joaquim I CBUCs

³⁰ Uma área equivalente a 4.200 ha, inserida na propriedade conhecida como Fazenda Nova Trieste – com 30.000 ha – situada a sudeste do PEI. De acordo com o advogado Antonio Teleginsky, corresponde a antigo projeto de colonização italiana, firmado com o governo federal, em terras públicas, e não instalado. A área teria sido titulada irregularmente, após a transferência das terras devolutas para o Estado de São Paulo.

• A Fazenda Intervalles, nos tempos do Banespa

Em 1967, o banco contratou estudo técnico do antigo Instituto de Planejamento Agrícola Regional – Fundação Thomaz Alberto Whately, na gleba denominada Fazenda Oriente, resultando em três propostas de uso econômico: mineração, reflorestamento e colonização. A partir deste estudo, já no final da década de 60 o Banespa amplia sua atuação na Fazenda Intervalles.

[...] a operação extrativista (madeira, calcário) é a mais recomendável, pois as condições adversas do meio físico reservam à agricultura somente 16,7% da área [...] é rica em essências florestais, com inúmeras espécies e variedades, o que vale concluir que a exploração desse potencial vegetal já é economicamente viável.³¹

Além do aspecto da renda da terra que poderia advir da exploração ordenada da Fazenda, um dos prováveis fatores que justificam a atuação do BANESPA é apontado por Castanho Filho (*op cit.*)

Nessa década, talvez até como forma de contribuir para o controle da guerrilha que ameaçava instalar-se na região comandada pelo tenente do exército Carlos Lamarca, a partir de uma estratégia do governo de São Paulo que propugnava a “interiorização do desenvolvimento”, na qual o Banespa engajou-se.

As décadas de 60 e 70 são marcadas pelo regime da ditadura militar no Brasil e o período desenvolvimentista que impulsionou o Estado, as empresas privadas e grande parte da sociedade para a ocupação do território e expansão de fronteiras agropecuárias, urbano-industriais e estratégicas do país.

De acordo com Castanho Filho (*op cit.*), no início da década de 70, sob a direção do general Reinaldo Saldanha e tenente Paul Brandt, de origem suíça, foram abertas as estradas de acesso até a sede da Fazenda, por Ribeirão Grande (na época município de Capão Bonito) e Guapiara. Datam-se desta época a construção do escritório, a capela, as sedes 1 e 2 (atuais pousadas do Esquilo e Pica-Pau), o início das obras do hospital, o heliponto e o traçado da rede viária que circunda toda a área da sede. A proposta dos administradores da época

³¹ “Relatório dos estudos elaborados na área da Fazenda Oriente para determinação das possibilidades de exploração agrícola e mineral”, Banespa, 1967 (documento interno FF)

previa a construção de uma cidade com desmembramento de lotes e venda para funcionários do Banco, além da criação de um povoado na região do São Pedro³².

Conforme depoimento do Seu Paulinho:

Até 1970 o banco tinha essa área aqui e não fazia nada, tinha os posseiros [...] Ai o banco resolveu fazer alguma coisa, foi quando começou a fazer as casas, o tanque, a estrada que sai por Guapiara, pagou gente de enxidão pra abrir a estrada de Ribeirão Grande [...] Veio o general Luiz Reinaldo Saldanha da Gama, de São Paulo que comandava e tinha o tenente da força aérea, Paulo Alberto Brandt aqui na sede e o tenente Afonso no Vale do Ribeira [...] A idéia do general era formar uma cidade aqui em Intervalles [...] tinha uma avenida onde está o restaurante hoje, inclusive uma vez recebi uma advertência dele pois entrei na contramão [...] aí ele falou: “Aqui vai ser uma cidade, pra vocês que não conhecem cidade, se vocês verem lá tem duas mãos, quem desce desce quem sobe sobe” [...] Eles ficaram de 70 a 76. Em 17 de julho de 75 teve aquela neve que caiu, chegou a ter 15 cm de gelo e morreu o palmito³³. Naquele dia o governador Paulo Egydio esteve por aqui, vieram três helicópteros e ficaram três dias sem poder sair por causa da neve.

Ainda na década de 70 é feita uma tentativa de exploração de minério de ouro de antiga mina abandonada, na Serra do Cavalo Magro, com acesso pelas bases Guapiruvu ou Saibadela, ao sul do PEI (município de Eldorado). Foram retirados em lombo de muares, cerca de seis toneladas de minério e encaminhadas ao IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e que indicou alto teor de ouro (43 g/ton.), sendo sua extração considerada antieconômica. (Castanho Filho, *op cit*)

Naquele período é que se iniciou o sistema de fiscalização, com adoção dos “vigilantes-moradores” em diferentes bases de apoio da Fazenda, sendo duas principais, na Sede e outra no Funil (Castanho Filho, *op cit*).

Depois do general Saldanha vieram outros administradores, trazendo novas idéias e projetos quanto a destinação e ampliação da infra-estrutura da Fazenda e também novas formas de relação patronais com os trabalhadores da Fazenda. Tais aspectos explicam um pouco do jeito de ser dos que trabalham e moram em Intervalles e nos arredores. Este estudo comportamental se reveste de importante

³² A base de vigilância de São Pedro, pequeno alojamento de madeira, se localiza distante 34 km da sede, alcançada por estrada que cruza o PEI de oeste a leste, nos contrafortes da Serra de Paranapiacaba até a proximidade da escarpa. Foi queimada por grupos de palmiteiros em 2004.

³³ Este raro evento climático atingiu toda a região do chamado Planalto Guapiara, entre Capão Bonito e Apiaí. No estado de São Paulo, foi responsável pela mortandade de diversas espécies animais e vegetais, incluindo o palmito jicara (*Euterpe edulis*), com posterior ocorrência de queimadas em extensas áreas florestadas e também ocupadas, o que pode ter favorecido a colonização pelo taquaruçu e a criciúma, espécies nativa de bambu e que são objeto de pesquisas científicas em ecologia vegetal e conservação.

significado para quaisquer propostas de desenvolvimento humano e social que venham a ser implantados no futuro e que prescinde da análise das diferentes identidades socioculturais dos funcionários, prestadores de serviço e familiares que moram no Parque e arredores.

O projeto de exploração do jicara como é conhecido o palmito nativo da mata atlântica na região, o *Euterpe edulis*, foi na época do BANESPA, a principal atividade econômica realizada na Fazenda Intervales, como forma de gerar receita e minimizar as despesas da Fazenda.

A atividade de exploração do palmito teve início em 1978 e durou até 1986, com a construção da fábrica de beneficiamento. A proposta, segundo Castanho Filho (*op cit.*) foi elaborada pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), oficializado junto ao IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), para uma área de 2.500 ha.

Quando foi em 76 veio um engenheiro agrônomo, o Mauricio de Aquino e criou esse projeto de reflorestar o palmito essa parte que a geada tinha matado e logo em seguida veio o abate das palmeiras, em 78. Essa estrada descendo o Alecrim, do Carmo para lá foi nessa época para efeito do reflorestamento e abate do palmito e pensando também na vigilância [...] Começou a cortar na época que a semente estava madura, em finzinho de 78, a gente cortava o palmito, tirava a semente e vendia para as fábricas de Iporanga, Eldorado, Bertioga [...] Era só palmito grande, com mais de 2,5 cm de creme [...] O sistema era de 100 metros cada quadra e tinha que deixar quatro palmeiras matrizes [...] Era fiscalizado pelo antigo IBDF que autorizava cortar 15.000, 20.000 dúzias [...] O palmito foi vendido de 79 a 82. Quando foi em outubro de 82 foi inaugurada a fábrica que funcionou até novembro de 86. (Paulo Ursulino da Mota, 2005).

De acordo com Castanho Filho (*op cit.*), a fábrica tinha tecnologia de ponta e *“produziu durante quase dois anos, entre 10 e 15 mil latas de 500 g por mês. No início, essa produção era vendida por meio de licitações e o vencedor fornecia as latas e os rótulos”* (São Paulo, 2005).

Juntamente com a exploração do palmito, funcionou na sede da Fazenda Intervales uma pedreira de exploração de calcário, destinada ao cascalhamento das estradas internas, além de uma fábrica de blocos. A população residente chegou a mais de 300 pessoas, sendo construída a vila de moradores chamada Monte Rosa e também atividades de cunho social, como o CCI (Centro de Convivência Infantil) e a escola estadual do Alecrim.

O plantio das mudas de jicara era feito de forma bastante heterodoxa, conforme afirma Castanho Filho (op cit.), a partir do reconhecimento das áreas com maior densidade de palmito com uso do helicóptero. Posteriormente o plantio era feito manualmente, de metro em metro, ao longo de 54 km de estradas, numa faixa de 250 m de largura de cada lado da estrada. Tempos depois foi feito repovoamento do palmito através do lançamento de sementes³⁴.

Figura 3 – Rótulo do palmito em conserva, em lata, produzido pelo BANESPA na Fazenda Intervalles, na década de 1980

Desse projeto participou o Dr. Cyro Braga, através da CAIC (hoje CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo), vinculada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e que tornou-se administrador da Fazenda Intervalles, nos tempos da Fundação Florestal.

Foi na década de 80 que os administradores resolveram valorizar a opção de lazer para os funcionários do BANESPA, com novos usos para as edificações da sede. Conforme São Paulo (2004)

[...] as obras do hospital deram lugar à hospedaria e foi construída a cantina, hoje restaurante [...] O posto de saúde, a escola e o centro de convivência infantil foram projetos desenvolvidos nesse período, em atendimento às necessidades da comunidade local. Tais projetos, entretanto, não chegaram aos dias atuais.

³⁴ De acordo com Castanho Filho (1998) esta técnica seria utilizada, anos mais tarde, na Serra do Mar, em Cubatão – para recuperação florestal de vertentes da Serra do Mar degradadas pela poluição da vila industrial.

• A Fazenda Intervalles, nos tempos da Fundação Florestal

Em 1986 são criadas, no estado de São Paulo: a Secretaria do Meio Ambiente – SMA (Decreto nº 24.923) e uma autarquia vinculada, a Fundação Florestal – FF (Lei nº 5.208), no governo André Franco Montoro.

De acordo com Castanho Filho (1998), a passagem da administração da Fazenda Intervalles para a Fundação Florestal foi resultado de um processo de mudança para uma visão conservacionista em relação a natureza. Após aprovação pelo Conselho Curador da Fundação Florestal efetivou-se a sua compra, na época por 3,3 milhões de dólares.

O processo de transferência patrimonial para a FF, efetivado no início de 1987, foi complexo e moroso. O imóvel pertencia ao BANESPA, já o patrimônio móvel (veículos, materiais e equipamentos) eram de propriedade da empresa Banespa SA Mineração e Empreendimentos³⁵. Quanto ao quadro de funcionários as negociações foram bem sucedidas, sendo contratados 65 funcionários, em julho de 87. O mesmo não ocorreu com os materiais e equipamentos que acabaram sendo leiloados (Castanho Filho, *op cit.*).

Para São Paulo (2005:4), “a transação não é descontextualizada: foi nessa década que a proteção da Serra de Paranapiacaba estava se consolidando. Em 1982 é criado o Parque Estadual de Carlos Botelho; em 1984, a APA Serra do Mar; em 1987, a Estação Ecológica de Xitué. A única Unidade protegida até então era o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, criado em 1958”.

Uma grande mudança dos rumos da Fazenda Intervalles sobreveio quando a FF assumiu sua administração. De acordo com o Plano de Gestão Ambiental do PEI (São Paulo, 1998: 11),

A Fundação Florestal assumiu a Fazenda Intervalles em 1987, integrando-se aos mapas das áreas protegidas do Estado. Foi uma fase de transformação estética e conceitual, onde o desenvolvimento sustentável passa a ser o norte de todo o trabalho. Nesta fase a infra-estrutura se transforma, o patrimônio natural valoriza-se, os funcionários vivenciam a nova proposta e correspondem com uma postura de cooperação diante de cada desafio. A Fazenda Intervalles torna-se um local conhecido pelos moradores locais e visitantes da capital, divulgado pela imprensa e procurado por pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras.

³⁵ A empresa Banespa Mineração, originária de empresa coligada do BANESPA, a CIGEBRAS SA Min. Ind. e Comércio Ltda. Na época da negociação com a FF, transformou-se na empresa denominada PAULISTUR.

A partir do convívio com funcionários do Parque, nos últimos três anos, constatei o cuidado que os gestores tiveram na época de transferência administrativa da Fazenda a FF, tanto na busca e adaptação do trabalho de cada funcionário, como no desenvolvimento cauteloso das atividades e projetos. O trabalho de formação dos “monitores de campo” acompanhando pesquisadores e orientando os visitantes elucida um pouco desse trabalho de adaptação funcional.

A gente fazia reuniões e eles colocavam o que eles viam, o que eles queriam saber melhor. Tinha uma época que era muito bacana porque uma limitação deles era e continua sendo, a leitura e escrita. A gente fazia esse exercício de ler [...] eles tinham caderno de caligrafia, eles faziam lições, escreviam e daí voltavam [...] Eles ficavam muito satisfeitos. Eles começaram a falar latim também e acabaram entendendo plenamente a importância da classificação, de uma linguagem mais universal (depoimento de técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente).

Um dos primeiros documentos para a reformulação estratégica da Fazenda Intervales refere-se ao aproveitamento da sede para o ecoturismo:

[...] realização de turismo orientado, voltado para atividades educativas e de educação ambiental [...] utilização imediata de infra-estrutura física e de recursos humanos já existente e disponível na Fazenda, garantindo um aproveitamento parcial, auto suficiente desses recursos”.³⁶

Além do ecoturismo e da educação ambiental, definiu-se que o palmito, os cogumelos comestíveis, o bambu, as plantas medicinais e ornamentais seriam, conforme Castanho Filho (*op cit.*) a base para os primeiros projetos de uso sustentável.

Segundo o autor, a localização da Fazenda Intervales na APA Serra do Mar condicionou uma legislação menos restritiva do que as demais UCs estaduais, criando possibilidades de projetos com “*outras características que não apenas de preservação*”

[...] Nesse contexto as atividades a serem desenvolvidas deveriam levar à transformação da Intervales num centro gerador e difusor de conhecimentos e tecnologias em conservação e utilização sustentável dos recursos naturais, ou, como constava num documento da época, Pólo Regional de Difusão de Tecnologia de Uso Alternativo de Florestas”. Na prática houve grande dificuldade para cumprir esse objetivo e segundo o autor: “não havia experiências concretas que servissem de base a projetos e os estudos técnicos eram, na maioria dos casos, insuficientes para propor formas seguras de manejo da Floresta Atlântica. (Castanho Filho, *op cit*)

Sobre esta preocupação central de se garantir a sustentabilidade econômica da Fazenda Intervales, relata técnico da SMA.

Comecei a trabalhar na Fazenda Intervalles em 91, na sede em Ribeirão Grande, investindo na produção local para fornecimento e abastecimento do restaurante para atender a demanda de turismo que já se projetava ali, no projeto “Fazendinha” [...] A gente pensava na produção de hortaliças e pequenos animais [...] A idéia era que a Fazenda Intervalles tinha que buscar ser modelo de sustentabilidade... tem muita mata, não vai mexer mais na mata para fazer exploração mineral ou agrícola então vamos ter que achar outras alternativas [...] Eu acabei saindo de lá por conta do manejo do palmito dentro dessa visão de busca da sustentabilidade.

As principais atividades implantadas na Fazenda Intervalles, depois Parque Estadual Intervalles, sob administração da FF foram: o ecoturismo, a educação ambiental, a pesquisa, a proteção e o manejo sustentável do palmito jicara. Estas linhas de ação formaram a matriz de identidade dos projetos da instituição e seus parceiros na região do Parque e seu entorno.

A nossa responsabilidade no início era implantar um projeto de visitação pública ou de ecoturismo como a gente chamava [...] Uma coisa que a gente fazia era estabelecer conceitos, que tipo de visitação se pode fazer nesses espaços naturais ou protegidos? [...] Nós tínhamos o privilégio de fazer uma discussão conceitual, ao mesmo tempo que tínhamos um campo de experimentação enorme [...] Por isso também que o programa de pesquisa passou a ser tão importante em Intervalles.

• A criação do Parque Estadual Intervalles

A criação do PEI está diretamente relacionada ao aumento da pressão econômica advinda das atividades minero-industriais, especialmente das atividades⁷³ de exploração de rochas carbonáticas para fabricação de cimento.

A FF, já no início da aquisição da Fazenda Intervalles, solicitou a suspensão judicial de direitos minerários, apoiada também pelo fato que integrava a zona de vida silvestre da APA Serra do Mar. Muitos processos foram suspensos, com exceção dos direitos de concessão de lavra. (São Paulo, 2005:6)

O projeto que mais comprometia a salvaguarda ambiental da região da sede da Fazenda Intervalles era oriundo do grupo Votorantim. Com 12 processos minerários, em área de cerca de 3.500 ha, solicitou à SMA a licença ambiental para exploração em quatro áreas, sendo uma em área da Fazenda (a oeste da sede) onde se localiza a gruta da Santa e outra em área limítrofe da Fazenda, nas proximidades da caverna dos Paiva, principal atrativo turístico da região e 3ª maior caverna do Estado. O processo de licenciamento ambiental deu entrada na SMA no dia de 05 de junho de 1995 (Dia Mundial do Meio Ambiente) e o Parque é

³⁶ São Paulo. Fundação Florestal. “Fazenda Oriente – Intervalles: Análise Emergencial para exploração do turismo”, elaborado em 10 de junho de 1987 por Luiz Henrique D. C. L. Oliveira (relatório interno)

então criado no dia 08 de junho do mesmo ano, cuja proposta e respectivo decreto já estavam sendo elaborados há alguns meses por grupo de trabalho restrito de dirigentes da Secretaria.

Este contexto de surgimento está de acordo com uma das características das UCs no Brasil, definidas por Brito (2003): a criação de muitas das unidades surgiu de situações de “emergência” e “resistência”, frente ao rápido desenvolvimento econômico. (Brito, 2003)

Se por um lado, a definição da Fazenda como Parque Estadual, afirmou a função de conservação da natureza, por outro limitou as possibilidades de pesquisa em manejo sustentável da floresta que também é considerada uma estratégia de conservação.

Estávamos empenhados em buscar a sustentabilidade de Intervales, com ecoturismo e o manejo, sem medir esforços, fazendo um serviço público interessante [...] gerando dados técnico-científicos, criando normas e regulamentos que hoje estão na pauta de discussão sobre florestas. Nós estávamos caminhando muito bem e aí a decretação do Parque veio para nós como um “banho de água fria” [...] A gente pode até entender o fato que havia essa frente legal que se faz quanto a ameaça da mineração, mas talvez não fosse o caso de decretar toda a área como Parque.

Este embate ideológico em torno do destino e função da Fazenda Intervales é abordado por Pires (2001:16):

A criação do Parque Estadual Intervales consolidou um “status” maior de conservação e encerrou uma dimensão técnica velada, que fazia as decisões oscilarem entre ser esta área caracterizada como uma fazenda experimental, voltada para o carente Vale do Ribeira, ou uma unidade natural que privilegiasse a proteção, o ecoturismo e a pesquisa em biodiversidade, mantendo a devida relação com o entorno.

Entretanto, não é o fato de transformação da Fazenda em Parque Estadual que vai encerrar o assunto referente ao manejo sustentável, pois o perímetro do Parque abrangia agora terras devolutas, nos municípios de Iporanga e Eldorado, historicamente utilizadas por diferentes populações de remanescentes quilombolas, suscitando novos debates, além de propostas específicas de continuidade de pesquisas experimentais como formas de minimizar pressão sobre setores mais conservados do Parque. Estas propostas são apresentadas no Plano de Gestão Ambiental, concluído em 1997.

• O Plano de Gestão Ambiental do PEI – Fase 1

Logo após a criação do PEI, em 8 de junho de 2005, é formado um grupo de trabalho, por meio da resolução SMA 38/95, com atribuição de elaborar proposição de plano de gestão do parque, contando com representantes de órgão da SMA e convidados de outras instituições.

Os planos de gestão ambiental (PGAs) representaram uma mudança conceitual e de procedimentos de trabalho no que se refere ao planejamento de UCs do estado de São Paulo. Além do PEI, foram realizados PGAs nas UCs contempladas pela fase 1 do PPMA³⁷, “o qual forneceu as bases para estes” (Maretti et al, 1997).

Os PGAs daquele período tinham como procedimentos, conforme Maretti (*op cit.* p.237):

- a) O caráter mais participativo, pelo envolvimento dos “atores sociais interessados”;
- b) buscar a aproximação entre “planejamento e implementação”;
- c) “aproximação à administração da unidade”
- d) cumprir com os objetivos de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sustentável regional, buscando a “integração das UCs nos processos socioeconômicos regionais”

De acordo com Pisciotta & Maretti (1997), o PGA do Parque Estadual Intervales teve como premissas:

[...] a busca da intensificação da relação do parque com a sociedade regional, inclusive as prefeituras e por consequência, a busca do apoio político e econômico para sua viabilização e conservação. Por outro lado, procurou-se manter sempre em vista a melhoria e o crescimento dos serviços prestados por esta unidade de conservação às regiões com as quais está envolvida, sem esquecer a importância da harmonização das atividades dentro da unidade, transformada em Parque Estadual e por isso submetida a uma legislação específica.

Outro fator estratégico do PGA do PEI refere-se a integração do PEI ao contínuo ecológico de Paranapiacaba (São Paulo. Fundação Florestal, 1998:12)

³⁷ Integra a cooperação financeira Brasil-Alemanha no estado de São Paulo, através da SMA (Secretaria do Meio Ambiente) e o banco KFW (Kreditanstalt für Wiederaufbau)

A definição do PGA do PEI – fase 1, elaborado na gestão Fábio Feldmann e Marcos Egydio Martins³⁸ foi desenvolvida em etapas, através da atuação de grupos de trabalho temáticos, levantamentos de informação disponíveis, realização de seminários e reuniões públicas. Sua construção precedeu segundo Maretti *et al.* (1997), a elaboração de outros PGAs que integravam o PPMA, mais especificamente as linhas de ação de “consolidação de nove unidades de conservação”.

O plano destaca três problemas de difícil resolução, denominados “*conflitos*” (Pisciotta & Maretti, 1997):

- a) Regularização Fundiária - relativo a incorporação das glebas Xiririca A e B, terras devolutas ocupadas na maior parte por comunidades remanescentes de quilombos (ou quilombolas);
- b) Extração do palmito jicara (ou juçara), o *Euterpe edulis* - um dos principais conflitos em UCs do Vale do Ribeira e litoral do estado;
- c) Interesses minerários no entorno da Unidade - relacionados aos impactos de maior ou menor intensidade dependendo da aproximação ou não das atividades com a Unidade

Para fins de análise do presente estudo, será abordado no capítulo 5, o conflito envolvendo a extração clandestina do palmito jicara e o Programa de Proteção do PEI, assim como a alternativa do manejo sustentável da espécie, assuntos que possuem estreito vínculo com as atividades dos bairros vizinhos do PEI, especialmente o bairro Guapiruvu e arredores, na porção sul e sudeste do Parque (Vale do Ribeira).

• Descompassos da Gestão

Após a edição do PGA e sua publicação no Diário Oficial do Estado, em 1998, ocorreu mais uma mudança de gestão da Secretaria do Meio Ambiente e também da Fundação Florestal, a partir de 1999. Uma nova equipe técnica foi formada, tendo como consequência direta a interrupção de ações e mudança de prioridades estabelecidas no PGA do PEI.

³⁸ Secretário do Meio Ambiente e Diretor Executivo da Fundação Florestal, respectivamente, no período 1995 a 1998.

Talvez, em parte, algumas das ações propostas no PGA fossem desafiadoras ou muito ousadas para a época, uma vez que a aprovação do SNUC (Decreto nº 9.985, de 18 de julho de 2000), não avançou muito na relação sociedade-natureza, definindo uma postura mais preservacionista. Por exemplo, algumas propostas inseridas no zoneamento do Parque, em especial na Zona III (de Uso Especial), distinguem as seguintes classes:

- Classe IIIa: Possibilidade de manejo agro-silvo-pastoril podendo conter animais domésticos destinados a atender aos serviços do Parque, com base no artigo 16 do Decreto Estadual de Parques (Decreto nº 25.341, de 04/07/86)
- Classe IIIb: Possibilidade de pesquisas com manejo florestal, incluindo o manejo sustentado experimental e demonstrativo do palmito e de outros recursos, se possível com as comunidades rurais. Esta classe está presente na faixa vizinha ao bairro Guapiruvu e o assentamento Alves, Teixeira & Pereira.
- Classe IIIc: Presença de comunidades remanescentes de quilombos, onde predominam áreas de capoeira e de uso antrópico, sendo permitidos os projetos de “extensão ambiental” junto às comunidades. O PGA não deixa claro o significado do termo extensão ambiental.

Ressalta-se que o SNUC limitou, mais ainda, qualquer possibilidade de manejo florestal, mesmo se tratando, por exemplo, da coleta de sementes para recuperação florestal, quanto mais das pesquisas de manejo do palmito.

No caso das comunidades quilombolas, como visto, foi efetuada a demarcação de terras com direitos destas populações e desafetadas do Parque, áreas devolutas incorporadas anteriormente no Parque, em 2001, através da Lei nº 10.850, de 06/07/2001.

É importante ressaltar que o PGA para o PEI foi praticamente desconsiderado nos trabalhos posteriores da FF, inclusive não sendo mencionado no livro “Intervalos” (São Paulo. FF, 2001), publicação essa que foi fruto de trabalho iniciado em 2004 por técnicos e pesquisadores atuantes no PEI. Este fato vai de encontro com uma

das características indicadas por Brito (2003) no tocante às políticas públicas em unidades de conservação.

[...] há muita morosidade na realização das ações públicas – ações demoram a acontecer, não tem continuidade, tem de ser repetidas, criam expectativas não cumpridas para com as populações afetadas.

Ou como afirma Resende (2002),

O Estado freqüentemente estimula a criação e a arregimentação das organizações, mas a descontinuidade e a ineficácia de ações muitas vezes tem efeito desagregador e desanimador. As experiências de gestão participativa para elaboração.

• Estrutura administrativa e situação atual do PEI

Atualmente o Parque conta com 53 funcionários³⁹, com uma sede administrativa (em Ribeirão Grande) e mais 11 bases de apoio à fiscalização e uso múltiplo, sendo 4 destas com novos alojamentos de alvenaria implantados com recursos do Projeto de Preservação da Mata Atlântica⁴⁰, uma delas é a base do Guapiruvu.

A gestão do PEI é atualmente executada através de cinco programas de Manejo: Administração, Pesquisa e Monitoramento Ambiental, Uso Público e Interação Socioambiental e Zona de Amortecimento. Neste último programa é que inserem, enquanto ações de rotina, as relações com comunidades vizinhas ao PEI, incluindo Guapiruvu e outros segmentos da sociedade envolvidos com o Parque.

O PEI conta com um conselho consultivo, conforme determina o artigo 30 da lei do SNUC, regulamentado pelos artigos 17 a 20 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e o Decreto Estadual nº, contando com 24 membros de diferentes segmentos da sociedade, sua composição atual foi definida na 9ª Assembléia.

As demandas técnico-administrativas são canalizadas através do programa de apoio à gestão do PEI, dentro da Gerência de Conservação Ambiental e Diretoria

³⁹ Dentre os funcionários tem-se 02 técnicos, 14 vigias do programa de proteção, 12 agentes envolvidos no programa uso público (monitores ambientais, recepção e hospedagens) e ... agentes que atuam em setores estratégicos de manutenção geral das edificações, frota, estradas, áreas externas, almoxarifado, patrimônio e outras de cunho operacional, parte do programa de Administração.

⁴⁰ O PPMA, iniciado em 1989, faz parte de cooperação financeira entre o governo brasileiro e o governo alemão, financiado pelo Banco Mundial através do banco gestor dos recursos, KfW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*) e tendo como ações prioritárias: (i) melhoria do licenciamento ambiental e do controle ambiental florestal na região do Vale do Ribeira e Litoral Paulista e Consolidação de Unidades de Conservação.

Executiva. Além dos programas de manejo e o Conselho Consultivo, referidos, tem-se os planos e projetos Específicos, incluindo:

- Projeto de Preservação da Mata Atlântica: Atualmente inclui custeio parcial do Parque e realização do POC (Programa Operacional de Controle) que reúne os órgãos responsáveis pela gestão de UCs (IF e FF) e de controle e licenciamento florestal (Pamb e DEPRN), definindo macroestratégias de proteção ambiental das UCs a partir de reuniões mensais.
- Plano de Revitalização da Sede: Inclui zoneamento e diretrizes de obras de intervenção na sede, de forma melhorar e adaptar a infra-estrutura da Unidade [a serem incorporadas no Plano de Manejo];
- Projeto de Ecoturismo da Mata Atlântica: Com recursos de empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do governo do estado de São Paulo, prevê a capacitação, infra-estrutura e realização de estudos voltados à estruturação do ecoturismo no PEI e outras cinco Parques Estaduais (Carlos Botelho, PETAR, Jacupiranga, Ilha do Cardoso e Ilhabela);
- Projeto de Conservação e Sustentabilidade do Continuum Ecológico de Paranapiacaba – SP, apresentado ao FUNBIO (Fundo Brasileiro da Biodiversidade); prevê o fortalecimento de projetos socioambientais e práticas sustentáveis em comunidades vizinhas as UCs do *continuum* (PETAR, PEI, PE Jacupiranga, E.E. Xitue e RPPN Parque do Zizo). O projeto foi, em princípio reprovado e a rede formada de parceiros discute sua viabilidade.

E por fim, tem-se a elaboração do Plano de Manejo do PEI que está sendo executado pela Fundação Florestal, em parceria com o Departamento de Geografia da USP, custeado com recursos de compensação ambiental [aprovação EIA/RIMA da empresa de cimento CCRG - ampliação da Mina Limeira]. Este documento constitui o principal instrumento de planejamento e gestão do PEI [previsto pelo SNUC]. Os procedimentos e métodos do plano seguem o roteiro do IBAMA e a elaboração de “unidades ambientais”, método desenvolvido por professores do Depto. De Geografia/USP. O zoneamento do Parque e a definição da Zona de Amortecimento serão realizados a partir de

consultas públicas e oficinas de trabalho com segmentos da sociedade envolvidos com o Parque.

É premente a necessidade de concurso público para ampliação do quadro de funcionários do PEI, com ênfase aos guardas-parque, pessoal da área de uso público e equipe técnica.

Além dos programas de Administração que dá sustentação financeira e operacional da Unidade, tem-se atualmente quatro programas de manejo da Unidade: Pesquisa, Proteção, Uso Público e Interação Socioambiental. As atividades específicas dos programas e também do Conselho Consultivo do PEI somam-se a estas ações, os projetos desenvolvidos pela equipe técnica de São Paulo [Gerência de Conservação Ambiental] e Registro [Gerência de Desenvolvimento Sustentável].

Entre as ações da GDS estão os projetos de apoio ao manejo sustentável e comercialização do palmito juçara (*Euterpe edulis*), ervas medicinais e plantas ornamentais e outras ações de base, direcionadas as comunidades vizinhas ao PEI, PETAR e Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), destacando-se o projeto de manejo da juçara nos bairros do Rio Preto e Guapiruvu (vizinhos ao PECB e PEI, respectivamente) e projetos de manejo e comercialização em comunidades quilombolas de Eldorado e Iporanga (vizinhas ao PEI e PEJ).

Com relação a GCA, através do programa de apoio ao PEI, a Unidade conta com acompanhamento permanente e contínuo do suporte administrativo e técnico para o desenvolvimento das atividades, orientadas por um plano de trabalho anual, previamente aprovado pelo Conselho Curador da Fundação Florestal.

Capítulo 4 - O Bairro Guapiruvu e sua organização social

• Breve histórico de ocupação e transformação do Bairro

O bairro Guapiruvu⁴¹ está localizado no município de Sete Barras e também ocupa parte do município de Eldorado, na região do médio curso do rio Ribeira de Iguape, distante 30 quilômetros da cidade de Sete Barras (Figura 5).

Figura 5 – Mapa de localização da área de estudo (conforme Bernini, 2005)

⁴¹ “...os mais antigos chamavam a região por Palmital. O nome Guapiruvu teria sido cunhado a partir de uma grande enchente que trouxe para um dos afluentes do Etá um enorme tronco de Guapiruvu, uma árvore típica da Mata Atlântica. O rio ficou conhecido por Guapiruvu e a

Conforme Bernini (2005: 24),

São cerca de 150 famílias situadas ao longo dos rios Etá e Felipe. O bairro é dividido entre baixo e alto Guapiruvu.

Com a decadência do sistema produtivo do arroz e da mineração e marginalização do Vale do Ribeira em relação a economia cafeeira, a região ganhou atributos próprios. De acordo com Zan (1987), a busca de terras com solo mais fértil, após a crise de produção do arroz, condicionou a ocupação de tributários do rio Ribeira de Iguape, por parte de famílias de pequenos agricultores e nesse caso pelo bairro Guapiruvu.

De acordo com Bernini (op cit.: 16),

Os relatos de moradores mais antigos do Guapiruvu indicam que a origem do bairro está provavelmente ligada a esse processo regional já que na década de 1870 três famílias, os Alves, os Pereira e os Teixeira, originárias de Iguape e Cananéia, teriam formado o primeiro núcleo populacional do bairro [...] Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX os habitantes do Guapiruvu formaram uma comunidade rural que vivia dos recursos da mata e do cultivo de gêneros alimentícios para sobrevivência.

É interessante ressaltar a origem cultural *caiçara* dos primeiros moradores de Guapiruvu, provenientes de Iguape e Cananéia, litoral sul do Estado. Para Silva (2004:40),

O morador do litoral paulista, fruto da miscigenação de brancos, índios e negros, que herdou destes, costumes, conhecimentos, mitos, tecnologias, técnicas, que num contexto ímpar de contato com o mar e a Mata Atlântica, desenvolveu características próprias.

Nesse período, ainda predominava a cultura tradicional de roça (arroz, feijão e milho), com acesso livre às terras e as formas de ajuda mútua como o mutirão e a troca do dia⁴². Sobre a prática de mutirão, Antônio Candido em sua obra “Os Parceiros do Rio Bonito” explica que constitui uma estratégia para superar as limitações do trabalho familiar e individual, em geral associado a atividades lúdicas e religiosas que caracterizam as “sociedades rústicas”. (Candido, 1954)

comunidade que morava próximo a ela passou a chamar o lugar também pelo mesmo nome” (Bernini, 2005 p.25)

⁴² Os sistemas de troca de dia e mutirão (ou “poxirão”, denominação no Vale do Ribeira) constituem práticas do campesinato de apoio entre as famílias, em parte substituídos pelo trabalho assalariado e que ainda estão presentes, ainda que em menor magnitude, em algumas comunidades tradicionais da região.

Já na década de 40 esse sistema econômico começa a se modificar, através da incorporação econômica da Baixada do Ribeira aos fluxos urbano-industriais (Muller, 1980 *apud* Zan, 1986).

Provavelmente esse período coincida com a formação da Fazenda Palmital que pertencia a família tradicional dos Alves, após a venda de uma área de 525 alqueires, segundo depoimento colhido por Bernini (*op cit*: 24), junto a morador mais antigos do bairro.

Junto com a duplicação de BR 116 - Rodovia Régis Bittencourt, na década de 1960 [interligação dos centros urbano-industriais de São Paulo e Curitiba], intensificou-se a especulação imobiliária e concentração de terra na região. Aumentam os sistemas tecnificados de exploração agropecuária, tendo como base as culturas de chá e banana na região. (Petrone, 1966).

Conforme destaca Bernini (*op cit.*)

Com a chegada de médios e grandes produtores de banana, a partir da década de 60, a territorialidade dos camponeses sofre transformações. A lógica da propriedade privada da terra e da agricultura comercial entra em choque com o modo tradicional de ocupar e cultivar a terra. Muitos moradores perdem suas terras seja através da compra efetuada por produtores que se dirigem ao bairro, seja pela grilagem de terra.

Como visto no capítulo 3, o Banespa, nas décadas de 1960 e 1970, também adquiriu posses na região do Alto Guapiruvu, entre outras áreas dos municípios de Sete Barras, Eldorado e Iporanga, ampliando seu território original. Foi naquela época três grandes madeireiras se instalaram no bairro e proximidades, conforme relata liderança da AGUA:

[...] podia carvão e madeira, tinha três madeireiras grandes, uma na Formosa e duas aqui no Guapiruvu, os catarinenses fizeram riqueza, “todo mundo se achava” (Gilberto Ohta, junho de 2006).

A coleta de palmito jicara já era praticada nas florestas remanescentes do próprio bairro, mas tal atividade não ameaçava, naquele momento histórico, a Fazenda Intervales, pertencente ao Banespa.

No final da década de 1970, o cultivo do gengibre representou o incremento de capital entre pequenos e médios produtores, causando rápido crescimento econômico e populacional do bairro. A oferta de trabalho e renda no bairro tem relação direta com o Parque.

Eu lembro que o Parque era a coisa mais linda, porque quando você melhora economicamente diminui a pressão sobre o Parque (Gilberto Ohta, junho de 2006).

O ganho em produtividade do gengibre estava associado diretamente à mecanização do solo, causando sua compactação e contaminação. Vieram os problemas ambientais e de saúde pública, associados a utilização intensa de defensivos agrícolas [os agrotóxicos], sistema esse que foi estimulado por empresas do ramo e pelo próprio Estado.

Em 1978 entrou o gengibre aqui e deu uma guinada do ponto de vista sócio-econômico. Todo mundo tinha carro [...] O gengibre entrou em colapso, porque aqui a área é muita pequena, ele tem que ter muita rotação de cultura pois deteriora muito o solo e aparece muita doença. Com a doença vem o veneno [...] A gente não jogava veneno só porque tinha doença, jogava para prevenir [...] Pra vender veneno, a Bayer vinha aqui e fazia aquele churrascão. Tinha 1.000 kg de carbofuran guardado, 200 tambores de óleo, sabe que é isso? Tinha Audrex, um “puta” dum organoclorado [...] Os exportadores vinham aqui, brigavam um com outro pra comprar e era tudo em dólar. O cara queria comprar um carro ele falava assim: “Te dou 4 toneladas de gengibre, você quer?” O gengibre virou moeda corrente, por um período de 12 a 15 anos foi uma febre, mas aí nós não soubemos economicamente aproveitar isso e perdemos tudo (Gilberto Ohta, junho de 2006)

Com a crise do gengibre, no início da década de 1990, veio a descapitalização dos moradores, agravando os problemas socioambientais do bairro.

Com a queda do gengibre, aí entrou a lei ambiental em 91, acabaram as carvoarias, as madeiras, o gengibre [...] Aí entrou a banana de novo e o palmito (Gilberto Ohta, junho de 2006).

Foi nessa época de crise que o bairro foi visitado por técnica da SMA que na época trabalhava na Fazenda Intervalles/FF e assim relatou:

Quando a gente começou a implantar o Saibadela, visitamos também as outras áreas, o Guapiruvu, o Quilombo e o Funil⁴³ [...] A gente ia lá na vila pra telefonar... Tinha que caminhar horas a fio ou seguir por uma estrada que dava mil voltas [...] A lembrança que tenho de Guapiruvu era de uma área extremamente pobre e desarticulada... Uma vila “esquecida no tempo”.

Outro agravante do bairro foi a luta de mais de 40 anos pela terra, na área que hoje é denominada “Assentamento Alves, Teixeira e Pereira”, envolvendo total de 72 assentados (entre famílias e solteiros), cerca de 50% da população do bairro. O quadro 3 traz um breve cronograma do “Assentamento”.

Quadro 3 – Cronologia do Assentamento Alves, Teixeira e Pereira

(adaptado de Bernini (2005) e informações constantes nos Processos da FF nºs 547/2002 e 436/1998)

1860: Data provável do início da ocupação e formação de roças, pelas famílias Alves, Teixeira e Pereira, de origem caiçara, provenientes de Iguape e Cananéia;

1943: Área julgada devoluta do Estado de São Paulo;

1966: Sentença de ação discriminatória julgando a área como particular do Dr. Marcelo Penteado, chamada então “Fazenda Boa Vista”; processo de usucapião pleiteado por moradores; expulsão de moradores por jagunços que permanecem um ano na fazenda;

1973: A empresa Villares se apresenta como dona da área: Plantio durante 12 anos de banana e arrendamento de parte da floresta para extração de palmito e madeira, por grupo de catarinenenses. Em 1985 a empresa deixa a área;

1989: Reocupação da área por moradores do bairro para plantio de gengibre; abertura de processo de reintegração de posse contra os moradores em nome de Heribaldo Siciliano Villares, com liminar aprovada em 1991, causando “clima de medo e revolta no bairro”.

1992 a 1994: ação de despejo judicial, inicialmente com atuação de jagunços; acampamento dos posseiros do Guapiruvu na praça matriz da cidade de Eldorado, por mais de um mês, apoiados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra); reuniões posteriores com INCRA e ITESP;

1995: solicitação formal ao INCRA para destinação de terras para “posseiros”, a partir da desapropriação da Fazenda ara fins de reforma agrária, “quer sejam devolutas do Estado de SP, quer sejam particulares”

1996: solicitação para desmatamento, pelo Sr. Adroaldo Tavarres, novo proprietário da “Fazenda Boa Vista”, com visita de técnicos do DEPRN e constatação da presença de 20 posseiros no imóvel (3 fixos e o restante ainda em acordo judicial);

1997: Parecer da FF sugerindo que parte da “Fazenda Boa Vista” (área sem ocupação humana) seja anexada ao PEI;

1998: segundo despejo judicial, ajuizado por Adroaldo Tavarres; divisão da área em 43 lotes para comercialização e venda para Paulo Hamada e Shigeo (produtores regionais de banana), com derrubadas de floresta (denunciadas pelos posseiros ao Incra e ao Ministério Público); Adroaldo traz 34 imigrantes de Bom Jesus da Lapa para morarem na área mas retornam, em seguida, após denúncia à promotoria da justiça, por “maus tratos”; INCRA assume a necessidade de desapropriar a área; DEPRN encaminha propostas de resolução de conflito fundiário, “definindo a situação de setenta famílias através de assentamento”, reforçando a incorporação de parte da área no PEI

1999 a 2001: Manifestações e visitas técnicas do INCRA, tendo como princípio que a área somente poderia ser desapropriada caso haja “uma compreensão clara e o comprometimento formal da Diretoria de Assentamento quanto as possibilidades e perspectivas do uso racional e economicamente sustentável dos recursos naturais existentes nesta propriedade”, culminando com propostas reiterando parecer do DEPRN de 1998;

2002 a 2003: Formação de grupo técnico com integrante da FF; parecer da FF definindo que “A Fazenda Boa Vista tem potencial para o desenvolvimento sustentado das comunidades locais através do reordenamento da ocupação, da introdução de práticas agrícolas alternativas e da conservação e preservação das áreas naturais nela presentes”; Reuniões entre FF, INCRA e AGUA que começa a apoiar a causa dos “posseiros” do Guapiruvu.

2004 a 2006: Desapropriação da “Fazenda Boa Vista” e início do projeto do “Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira”, coordenado pelo INCRA e a AGUA: legitimação de 72 famílias e detalhamento das bases para o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) – em fase de licenciamento ambiental. Alguns estudos e levantamentos estão sendo executados, incluindo a produção de mudas de pupunha, demarcação de lotes e definição de plantas de casas moradia.

⁴³ As bases Saibadela, Quilombo, Guapiruvu e Funil são, historicamente, núcleos de apoio à proteção e pesquisa do PEI, algumas destas com visitação pública. A função de cada base e integração com o entorno serão redefinidas no plano de manejo do Parque.

Em meados da década de 90 a situação que se colocava para o Guapiruvu era como conciliar a reprodução da vida das cerca de 150 famílias do bairro com a falta de terra e de trabalho [...] A maioria, com pouca terra, dedica-se exclusivamente ao cultivo de gêneros para comercialização, principalmente a banana, pupunha e palmeira real. Àqueles que nem a roça comercial conseguem ter, resta a extração de palmito e a venda da força de trabalho para os produtores médios e grandes.

Uma parte significativa das famílias do bairro ainda passa por extremas dificuldades econômicas, principalmente os moradores do “Alto Guapiruvu”, localidade também conhecida como “Prainha” ou “Taquarinha” e que possuem resistência na participação de projetos com a AGUA. Muitas dessas famílias sobrevivem, ainda hoje, exclusivamente da atividade de extração clandestina do jicara e poucas ingressaram no projeto do “Assentamento”.

De forma contraditória [dialética] o rápido crescimento econômico e posterior empobrecimento do bairro, entre as décadas de 1980 e 1990, contribuíram para deflagrar o processo de organização social e formação de lideranças comunitárias no bairro Guapiruvu, tendo como consequência a mudança progressiva dos sistemas de produção agrícola e do modo de vida de uma parte significativa das famílias do bairro. Conforme relata Bernini (*op cit.*: 44),

Na década de 80, em que o Guapiruvu estava no auge da produção de gengibre, nascia um embrião da organização comunitária que iria se consolidar nos anos 90.

• A construção da cidadania no bairro Guapiruvu

Bernini (2005) insere o processo de organização social do bairro Guapiruvu dentro de uma matriz de cunho ambientalista [proteção da natureza]. Destaca também “as dimensões econômica, política e social assumida pela associação, além da ambiental” (p. 48).

De fato, foi um longo caminho de reflexão e aprendizagem dos moradores que buscaram compreender e interferir nos rumos do bairro. A contribuição dos jovens do Guapiruvu, neste sentido, foi determinante, conforme relata Gilberto Ohta.

[...] depois que as escolas comunitárias acabaram a gente criou o JUGUA (Juventude Unida do Guapiruvu), Isso foi em 80 até 90, nem sempre uma coisa muito formal. O JUGUA trabalhava mais essa coisa de esporte e lazer e depois tentamos ligar com esporte, lazer e a questão ambiental. Em 83, 84 nós trouxemos a Maria Cornélia Herculiano, o pessoal do Quinzinho de Barros, para falar do mono-carvoeiro que tinha

que proteger. Organizamos uma exposição aqui na escola, fizemos até um adesivo “Proteja o mono-carvoeiro”.

A diversidade de formação das lideranças do bairro contribuiu, sem dúvida, para o fortalecimento organizacional e político no bairro Guapiruvu, tendo a Associação dos amigos e moradores do bairro Guapiruvu - AGUA como espaço de construção da cidadania.

Conforme destaca Bernini (*op cit.*: 48),

As principais lideranças do bairro possuem uma história de vida bastante peculiar e com alguns pontos em comum. Com a exceção de Alceu, filho de Seu Altino Alves, um dos representantes da família mais antiga do Guapiruvu, as demais lideranças não nasceram no bairro.

Evidencia-se o forte vínculo de identidade e compromisso das lideranças já consolidadas, a exemplo de Geraldo Xavier de Oliveira:

[...] foi um bairro que eu cheguei e hoje é o bairro como se eu nascesse aqui...Onde estou construindo minha vida, realizando meu sonho, fazendo um trabalho comunitário e social . A gente também trabalha na comunidade católica [...] eu tenho muito carinho pelo Guapiruvu, até porque é um manancial de água... É onde resta alguma coisa ainda. Temos o parque agora e precisamos cuidar disso. Hoje me sinto um membro do Guapiruvu, sou do Guapiruvu e assumi a responsabilidade de carregar o Guapiruvu (Geraldo Xavier de Oliveira, junho de 2006).

Por um lado, o viés ambientalista da Associação, explica em parte uma certa “desconfiança”, entre alguns moradores e lideranças.

[...] eu tinha um melhor relacionamento antes da Associação. O que eu percebo hoje é assim: Aqueles que eram mais colegas, mais amigos olham a gente com outro olhar, a gente percebe isso. Há uma certa desconfiança. Como a gente luta com a questão ambiental, de preservar a juçara, os animais. Como o povo tradicional daqui ainda tem esse costume da caça, da pesca, da extração, eles vivem disso, dependem disso, então a gente sempre tá falando. Apesar de que a gente diz que nós não queremos prejudicar eles, nós queremos ajudá-los, mas mesmo assim eles têm desconfiança (Geraldo, junho de 2006)

Estes conflitos também estão presentes no “Assentamento Alves, Teixeira e Pereira”, conforme Bernini (*op cit.*: 67)

O que vale dizer que o mesmo ambientalismo que contribuiu para um desfecho favorável aos moradores no processo de luta pela terra, poderá ser foco desencadeador de conflitos durante a concretização do assentamento.

Por outro lado, é esse mesmo viés que faz aproximar entidades que desenvolvem projetos socioambientais na região, contribuindo, assim, para viabilizar recursos técnicos, políticos e financeiros que respaldam as iniciativas em curso.

Esta conquista de direitos civis [cidadania] concilia a estratégia de reivindicação e, ao mesmo tempo propõe a independência política da AGUA, tanto do poder público quanto das organizações não governamentais (ONGs).

• O surgimento da Agenda 21 local e da AGUA

A crise econômica e social do bairro Guapiruvu, acentuada no início da década de 1990, justificou a organização sócio-política dos moradores, processo apoiado,, inicialmente, por uma ONG ambientalista, o “Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz”⁴⁴.

Segundo depoimento de Gilberto Ohta:

Em 97 montamos oficialmente a Associação. A Vitae Civilis deu apoio técnico e nós já tínhamos uma cultura de organização social e de trabalho. As pessoas acham que é fácil ir lá e fazer essa parte burocrática [...] Essa visão de auto-gestão, gestão participativa foi o Márcio Halla que trouxe. Daí também tem o meu interesse nos cursos, fiz um ano de biologia na Scelisul, mas o curso é muito específico. Percebi que a comunidade estava precisando mais de administrador (Gilberto Ohta, junho/2006).

De acordo com Bernini (*op. cit*),

Essa organização pré-existente no bairro facilitou a escolha da comunidade para atuação de atores ambientalistas na década de 90. O principal ator foi a organização não governamental Vitae Civilis (VC) que em 1997 trouxe para o Guapiruvu o projeto “Da Mata à Casa”, tendo como objetivo conciliar a conservação da Mata Atlântica e o uso sustentável dos seus recursos naturais tendo como mote o manejo de plantas medicinais.

Criada em 27 de setembro de 1997, a AGUA conta hoje com mais de 120 (cento e vinte) associados, sendo 50% ativos⁴⁵, tendo realizado um total de 127 (cento e

⁴⁴ Criada em 1998, tem como objetivo “contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, expressão que abrange três pilares básicos: justiça social, proteção ambiental e viabilidade econômica” (www.vitaecivilis.org.br)

⁴⁵ É cobrada uma taxa mensal de 1,5% do salário mínimo (familiar) e 1% (individual)

vingte e sete) assembléias gerais, registradas em livro ata⁴⁶ e beneficiando hoje cerca de cem famílias do bairro.

A criação da AGUA e a construção da “Agenda 21 local” foram os principais resultados do encontro entre moradores/lideranças bairro com técnicos/dirigentes da “Vitae Civilis”. Este documento, publicado em 1998⁴⁷, foi elaborado dentro de processo de trabalho participativo, resultando em uma publicação especial e que contribuir para nortear as atividades e projetos da Associação.

Além de um diagnóstico [Onde vivemos e quem somos?], são estabelecidos princípios e objetivos [Como gostaríamos de viver?] e um Plano de Ações [As nossas ações e Estratégias] e que podem ser assim resumidas:

- a) Comercialização e diversificação de produtos agrícolas (incluindo plantas medicinais);
- b) Destinação e tratamento do lixo, esgoto e água;
- c) Saúde preventiva e curativa;
- d) Melhoria do ensino (unindo as escolas do Alto e Baixo Guapiruvu);
- e) Melhorias na comunicação, estradas e transporte coletivo; inclusão social dos palmeiros;
- f) Fixação dos jovens na comunidade
- g) Organização de atividades de turismo do bairro.

Sobre esta última estratégia, o documento registra o documento (p. 34):

Gostaríamos de ter visitantes no bairro, para que as pessoas viessem conhecer nosso modo de vida, comprar artesanatos das mulheres do Guapiruvu e conhecer a Fazenda Intervalles, com suas matas e cachoeiras.

Esta frase denota a forte imagem da “Fazenda”, mas também o distanciamento entre o PEI e o bairro Guapiruvu, pois mesmo com sua criação dois anos antes da execução da Agenda 21 local, os moradores do bairro ainda o reconheciam o Parque como Fazenda Intervalles.

⁴⁶ A AGUA tem por finalidade promover a atividade conjunta entre seus sócios na agricultura, pecuária e utilização sustentável dos recursos naturais renováveis; promover e incentivar mutirões, atividades esportivas, culturais e de lazer, melhoramentos do bairro e das condições de vida de seus moradores; incentivar a alfabetização e a conscientização socioambiental, bem como defender os interesses civis da comunidade e as condições de cidadania de seus moradores (Fonte: Estatuto Social da AGUA – Art. 2º).

⁴⁷ VITAE CIVILIS e AGUA (1998: 41p.)

A leitura minuciosa das atas de assembléias da AGUA evidencia o processo reivindicatório junto ao poder público municipal [Prefeitura de Sete Barras] e influenciado pelo diagnóstico e ações propostos na “Agenda 21 local”. Trata-se de garantir para os moradores/famílias do bairro, a melhoria de infra-estrutura e serviços básicos, tais como: educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, melhoria dos acessos, transporte público e escolar, telefonia.

Desse processo, fiz a seguinte constatação:

A Associação discute problemas relativos a políticas públicas, exercendo em seu cotidiano a responsabilidade do poder público municipal e que está distante do bairro (Mauricio Marinho, caderneta de campo – abril/06).

E sobre os avanços da AGUA, nitidamente demarcados no início de 2002 registrei:

Nota-se no início de 2002 uma preocupação maior na reavaliação de projetos e no aperfeiçoamento e desenvolvimento organizacional da AGUA o que trará mudanças. Evidencia-se, no final do semestre, a forte articulação política da Associação, com projeção de resultados na mídia (Repórter Eco/TV Cultura) e organismos nacionais e internacionais, recebendo convites para participar de cursos e eventos em outros Estados (Rio de Janeiro, Santa Catarina e Amazonas) e receber visitas (Ex. produtores de Juquiá, revisa suecos interessados na Agenda 21 local, Universidades Unesp Botucatu e UFRJ), certificação de produtos orgânico e evidenciando resultados e especificidades de projetos, assim como perspectivas e parcerias concretas [...] Para cada projeto, para cada atividade, equipamento são definidas normas, coordenadores, garantindo o compromisso individual dentro da coletividade.

• Princípios e estratégias de atuação da AGUA

A AGUA tem como meta o “desenvolvimento econômico solidário e sustentável da comunidade do Guapiruvu” (AGUA, 2005), a Associação está estruturada em 04 programas: (i) Organização Social; (ii) Economia Solidária e Negócios Sustentáveis; (iii) Políticas Públicas e (iv) Ecocidadania.

Cada programa, por sua vez, contempla atividades, produtos e resultados específicos, conforme o Anexo 3. (Relatório de Atividades da AGUA – 2005).

Um dos objetivos centrais da atuação da AGUA se refere ao Assentamento Alves, Teixeira e Pereira que envolve a regularização de lotes para 72 famílias cadastradas, cerca de 50% das famílias do bairro. Trata-se de um PDS (Projeto

de Desenvolvimento Sustentável), projeto supervisionado pelo INCRA e realizado conjuntamente com a AGUA.

Outras duas entidades compõem a matriz organizacional [e sócio-política] presente no bairro, em estreita cooperação e co-responsabilidade com a AGUA:

- 1) A COOPERAGUA (fundada em 2002), com cerca de 45 cooperados, produtores de banana orgânica, com certificação transitória do Imaflora⁴⁸, tendo como objetivo estimular a comercialização de produtos.
- 2) O Clubinho Ambiental Amigos da Mata (fundado em 2003), formado por crianças e jovens da comunidade que tem por objetivo “a proteção e a preservação do meio ambiente, bairro melhor, educação ambiental, lideranças, coleta de lixo (bairro e rios) e monitoramento da qualidade da água” (Ata de Constituição, 21/06/2003).

Este tripé organizacional denota alto grau de amadurecimento gerencial e sócio-político presente no bairro.

A partir dos documentos consultados, participação em reuniões e entrevistas realizadas, tem-se os seguintes princípios de vida e de trabalho: ecodesenvolvimento, inclusão social, economia solidária, agroecologia, democracia participativa, ecocidadania e auto-gestão.

As lideranças do bairro enfatizam que após nove anos da criação da AGUA, estão conseguindo implementar projetos com resultados significativos⁴⁹, havendo, contudo, muitas dificuldades e críticas de alguns que valorizam o sistema de agronegócios. O relatório de atividades de 2005 da AGUA atesta resultados significativos, por meio dos projetos e ações socioambientais no bairro (Anexo 1).

Fica clara a opção das lideranças pela produção orgânica da banana, pupunha e palmito jicara em SAFs - sistemas agroflorestais na Mata Atlântica, a redução nos padrões de consumo e o sistema de trabalho fundamentado no cooperativismo. O depoimento de Gilberto Ohta exemplifica esta opção ideológica e de vida no bairro:

⁴⁸ Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (www.imaflora.org)

⁴⁹ Um exemplo de projeto bem sucedido seria o de agroecologia, iniciado em 1999, com redução de 95% do uso de agrotóxicos nas lavouras de banana, nas 30 famílias vinculadas a COOPERAGUA (Bernini, op cit).

Tudo isso é processo. Se você já tem visão social, começa a ligar a questão ambiental e começa a trabalhar em comunidade [...] Já fui socialista, eu não gosto mesmo da questão econômica, mas dentro de um processo fui absorvendo isso [...] Eu não gostava, por exemplo, de estar no grupo de bananicultores, os caras só falavam em comprar. Aquilo me deixava frustrado [...] Daí você começa a decidir “Pra que lado você vai? O grupo de consumo, da vaidade, do acúmulo?”. Então decidi jogar no time mais fraco porque a gente tem que lutar mais [...]. Acho que foi quando eu estava como executivo dessa empresa de aviação que comecei a balancear “Você está jogando agrotóxico, o bananal começou a dar um monte de doença. Eu vi o impacto do gengibre, destruímos o rio. E o Guapiruvu tinha droga, todo mundo sem emprego e qual é a sua responsabilidade?” Daí tive que decidir, aí sai da empresa e fui mais para o lado da sociedade civil (Gilberto Ohta, 2006).

As estratégias da AGUA incluem, além dos projetos ligados a terra e produção e de construção da “ecocidadania” e disponibilidade de fundos de investimento para projetos: o Fuvines [fundo rotativo para a Cooperativa e atividades de ecoturismo] e o “Fraterno” [empréstimo a juros baixos para 20 famílias].

A crítica explícita ao sistema de agricultura convencional e o modelo hegemônico do “agronegócios” é feita de forma veemente pelas lideranças e que, ao contrário das práticas sustentáveis, são dependentes de insumos [sementes, defensivos e tecnologias de alto custo] e voltam-se para o aumento da produtividade e maximização de lucros [a qualquer custo]. Verifica-se que os pequenos produtores, adeptos ao sistema de agricultura convencional vem perdendo espaço, por necessitarem cada vez mais de recursos [materiais, humanos e financeiros], a fim de manterem o nível de produção e qualidade, exigidos pelo mercado.

Esta matriz de identidade organizacional e política das lideranças foi adquirida através de longo processo de participação e aprendizagem. A realização dos projetos se dá num processo contínuo e permanente, assim como a participação e promoção de cursos e intercâmbio com outras comunidades/instituições. Além desse envolvimento regional, a AGUA está engajada em projetos e movimentos sociais [regionais], em nível estadual [feiras de mercado solidário] e na esfera global [participação no Fórum Social Mundial, em 2005].

Capítulo 5 – Relações entre o PEI e o bairro Guapiruvu: Conflitos e possíveis diálogos

Nos interessa aqui entender o contexto geral e as particularidades dos conflitos e esforços de cooperação entre: (i) Funcionários e gestores do PEI e projetos no entorno (vinculados a Fundação Florestal); e (ii) moradores (especialmente “palmiteiros” e “ex-palmiteiros”) e lideranças do bairro Guapiruvu (em parte vinculados a AGUA).

Oliveira, I. (2005) nos traz algumas definições sobre conflitos em UCs, parcialmente empregados aqui:

[...] os conflitos são fenômenos da vida de relações e são gerados a partir dos interesses sociais (p. 61)

[...] a escolha dos caminhos de ação baseia-se nas relações de poder entre os atores envolvidos (Morgan, 1996 apud Oliveira, 2005: 61)

Os conflitos podem ser conceituados como forma de enfrentamentos sociais, sendo causados pelas mais diversas maneiras [...] As variáveis que imputam movimento num conflito, possuem desdobramentos e mudanças espaço-temporais no âmbito da esfera pública, derivando ações coletivas organizadas e tendo como resultantes diferentes valores. Percepções e significados, com dinâmica de oposição. (Burton e Dukes, 1990 apud Oliveira, *op cit.*:61)

Fagundes (2001: 35), em seu livro “Aprendendo valores éticos”, traz significado para o termo cooperação:

Podemos entender a COOPERAÇÃO como uma ação que se realiza em conjunto com uma ou mais pessoas visando o mesmo objetivo. Algumas vezes esta ação beneficia um membro do grupo mas, na maioria dos casos, ocorre de todos serem beneficiados. Esta ação só pode ser considerada cooperação se existir reciprocidade, senão é apenas uma simples ajuda [...] A cooperação está relacionada de maneira muito próxima a outros valores como a solidariedade, o companheirismo, a amizade, a generosidade e o respeito.

A seguinte reflexão de Bensusan (2006: 132-133) se insere na busca de um objetivo comum, entre Parque e comunidade, conciliatório, portanto de superação de conflitos e cooperação de esforços:

[...] a conservação da biodiversidade adquiriu uma nova dimensão: a de agente de transformação social. Os esforços de conservação passaram a ter que identificar e promover os processos sociais que permitem às comunidades locais conservar a biodiversidade como parte de seus modos de vida [...] a participação passou a ser compreendida como envolvimento das populações locais no manejo das áreas protegidas.

• Relações de Conflito

Os conflitos entre o bairro Guapiruvu e o Parque são motivados, essencialmente, pelas atividades clandestinas de extração e comercialização de produtos florestais [corte do palmito jiçara], animais [caça de animais silvestres] e minerais [garimpo de ouro, em menor escala]. Também se destacam os conflitos resultantes das dificuldades para implementação de atividades na base Guapiruvu, tais como o uso público, as pesquisas e outras atividades de manejo do Parque.

A extração clandestina do palmito jiçara, denominação regional da palmeira *Euterpe edulis* Martius, constitui o principal conflito presente da área de estudo. Envolve parte significativa dos moradores do bairro Guapiruvu e também de moradores provenientes de outras localidades, como veremos a seguir.

Uma breve análise do problema de extração ilegal de palmito do Parque Estadual Intervalles demonstra participação significativa no que se refere ao percentual de “unidades de palmito in natura” apreendidos no PEI, em relação aos dados totais registrados pelo PAmb (Policciamento Ambiental), na área da abrangência de 23 municípios abrangidos [pertencentes ao Vale do Ribeira e Alto Paranapanema]. Os dados atestam um aumento significativo das apreensões, por parte da equipe de proteção do PEI e a PAmb, entre os anos de 2001 (19%), 2002 (29%) e 2003 (22,3%), visualizados na Figura 6.

Figura 6 – Unidades de palmito in natura apreendidos no PEI, em relação a 23 municípios do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema

Fonte: PAmb - 2ª Cia. de Registro: 1º Pelotão de Registro e 2º Pelotão de Jacupiranga; 3ª Cia de Sorocaba: 3º Pelotão de Itapetininga; Relatórios das equipes do Programa de Proteção do PEI/FF (Organizado por Lídia Jorge – estagiária do PEI)

ANO	Total	PEI	%
2000	25000	1074	4,3
2001	26980	5083	19
2002	19087	5545	29
2003	20862	4662	22,3
2004	16452	1372	8,3
2005	20880	1847	8,8

A tabela 4 demonstra que um total de 49% de ocorrências de danos ambientais, registrados pela equipe de proteção do PEI, entre os anos de 2000 e 2006 [até o mês de setembro] são específicas da área compreendida pela base Guapiruvu/PEI e entorno imediato, bairro homônimo.

Tabela 4 – Ocorrências de danos ambientais/patrimoniais no setor Guapiruvu em relação ao PEI – Período de 2000 a 2006

(Fonte: Relatórios do Programa de Proteção do PEI/FF. Organizado por Lídia Jorge – estagiária do PEI)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Ocorrências registradas no PEI e entorno	11	29	70	58	38	44	22	272
Ocorrências Guapiruvu	4	11	27	28	24	31	9	134
Autoria conhecida	3	1	16	16	16	26	5	83
Autoria desconhecida	1	10	11	12	8	5	4	51
Autor reside no Guapiruvu	2	1	13	15	11	15	3	60
Autor reside em outras localidades	2	1	9	8	4	12	2	38
Qualificação Ocorrências – Guapiruvu								
Extração de Palmito Jiçara	2	7	22	25	16	11	6	89
Dano Patrimônio do Parque	1	3	2		1			7
Morte Palmiteiro (legítima defesa)		1						1
Ameaça a guarda-parque		1						1
Caça de fauna silvestre			2	2	2	2	2	10
Garimpo de ouro rio Forquilha	1							1
Desmatamento no entorno do PEI			1	1	5	18	1	26

Das ocorrências registradas no Guapiruvu, 70% são de autoria desconhecida (Tabela 4), com um total de 98 pessoas autuadas no referido período, sendo 60 residentes no bairro e 38 residentes em outras localidades, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Residência de infratores autuados no Guapiruvu (Parque e entorno)

(Fonte: Relatórios do Programa de Proteção do PEI/FF. Organizado por Lídia Jorge – estagiária do PEI)

Ano	Residentes no bairro Guapiruvu	Residentes em outras localidades	
2000	2	2	Bairro Santo Amaro (São Paulo)
2001	1	1	Bairro Formosa (Sete Barras)
2002	13	9	Bairro Itaguá (Sete Barras) e Registro
2003	15	8	Cidade Sete Barras e São Roque
2004	11	4	Cidade Sete Barras e Miracatu
2005	15	12	Miracatu, Pariquera-Açu, São Vicente e São Paulo
2006	3	2	Jd. Nossa Sra. Aparecida e cidade (Sete Barras)
Total	60	38	04 municípios do Vale, 02 da região metropolitana SP e 01 da Baixada Santista

De acordo com informação dos encarregados do Programa de Proteção do PEI, o principal fator que justifica esta expressiva participação do Guapiruvu, no tocante aos danos ambientais, se relaciona a facilidade de acesso dos infratores, a partir de diversas picadas e trilhas, algumas utilizadas pelas próprias equipes de proteção do PEI. A partir do bairro Guapiruvu podem ser alcançadas as bases Saibadela e Funil, na escarpa da Serra de Paranapiacaba, a Fazenda Nova Trieste (latifúndio vizinho com áreas de manejo sustentável de palmito jiçara) e a base do São Pedro. Esta base, incendiada em 2004, se localiza em área estratégica e ponto de partida para o setor nordeste do Parque e áreas externas, na vertente do rio Conchas, afluente do rio Paranapanema⁵⁰.

Conforme depoimento de “ex-palmiteiro”:

Além do pessoal daqui tinha pessoal de Jacupiranga, de Cajati e veio só pra cortar palmito. Eles vinham de madrugada e já se afugentavam pro mato e quando se viam eles já saiam com carro do palmito. Depois nós fomos se encontrando no mato e fazendo contato. Como a distância foi ficando grande, os palmiteiros tendo que ir cada vez mais longe e então foi diminuindo.

Os impactos ambientais foram extremamente significativos nesse período. Segundo depoimento de vigia do Parque:

Tinha uma faixa de umas quinhentas pessoas cortando entre 2002 e 2004 [...] Os três ônibus do Guapiruvu andavam lotados de palmiteiros, ia gente a pé e de carro [...] Se o Parque pudesse ser dividido em quatro partes calculo que uma parte foi cortada nesse período⁵¹.

Em menor magnitude⁵² tem-se a caça de animais silvestres para consumo local e comercialização, atividade essa que pode ou não estar associada a extração do palmito. A atividade de caça é mais significativas nas áreas vizinhas da parte setentrional do Parque [região do Alto Paranapanema].

De um relatório elaborado pela equipe da FF⁵³, responsável pela administração da Fazenda Intervalles, colhemos o seguinte depoimento do primeiro registro de

⁵⁰ De acordo com relatos de moradores da localidade da Prainha (Alto Guapiruvu), um grupo de palmiteiros provenientes do Guapiruvu se encontrou com outros grupos de extratores, na Fazenda Sakamoto, provenientes de Capão Bonito. A área se encontra a mais de dez horas de caminhada.

⁵¹ Cerca de 10.000 hectares de área

⁵² Aqui não analisamos a dimensão dos impactos e sim os aspectos quantitativos em termos de números de ocorrências e autuações registradas pela equipe de proteção do PEI, em atividades preventivas e nas operações conjuntas com o Policiamento Ambiental.

⁵³ Relatório “Fazenda Intervalles: Projetos prioritários/89”, elaborado por Cristiane Leonel e Cyro de Camargo Braga - Diretoria de Assistência Técnica e Conservação/FF, janeiro de 1989 (documento interno).

atividade de caça, na base do Saibadela, área não muito distante da base do Guapiruvu/PEI:

Ate poucos meses atrás, não havia notícias de qualquer tipo de invasão na área da Fazenda Intervalos, quer por posseiros, palmiteiros, caçadores e outros. Entretanto, recentemente, no Vale do Ribeira, mais especificamente na região de Saibadela foi encontrado acampamento clandestino de caçadores de animais silvestres. Entre os animais apreendidos foi detectado a presença de 01 fêmea prenha de mono-carvoeiro, jacutingas e macucos, todos ameaçados de extinção. (p. 9)

Também ocorrem, de forma esporádica, as atividades de garimpo de ouro na área conhecida como “Mina do Cavalo Magro”, no interior do PEI em área alcançada pelas a partir dos bairros Guapiruvu e Saibadela.

Por último, têm-se os desmatamentos no entorno da Unidade, um total de 37,26 ha autuados nos últimos cinco anos (entre 2002 e 2006), cerca de 10,51 ha somente no bairro Guapiruvu, totalizando 28,2%. (Figura 7).

O expressivo aumento, em 2005, relaciona-se a desmatamentos de 15,01 ha em área limítrofe (em Guapiara, norte do PEI) e 8,04 ha na estrada de acesso a base Funil, nas proximidades do Gaupiruvu.

Figura 7 – Desmatamentos no entorno do PEI – Período de 2002 a 2006
(Totais em hectares)

Fonte: Relatórios das equipes do Programa de Proteção do PEI/FF (Organizado por Lúcia Jorge – estagiária do PEI)

Desmatamento no entorno do PEI (em hectare)					
ANO	Guapiruvu	Q.	Outras áreas	Q.	TOTAL
2002	0,12	1	1,62	7	1,74
2003	0	0	0,40	1	0,40
2004	6,18	5	0,45	1	6,63
2005	3,66	5	24,28	8	27,94
2006	0,55	1	0,00	0	0,55
TOTAL	10,51	12	26,75	17	37,26
	28,2%		71,8%		100%

Q – quantidade de ocorrências

Os desmatamentos no bairro Guapiruvu estão, na maioria das vezes, relacionados a abertura de roças para plantio de banana e pupunha, em pequenas áreas (entre 0,4 a 1,2 ha), sendo as ocorrências registradas na localidade da Prainha - no alto Guapiruvu -, e no Assentamento Alves, Pereira & Teixeira.

No Assentamento foram iniciados em 2004, coincidindo, portanto, com a desapropriação pelo INCRA e posterior emissão da posse em junho de 2005. Nestes dois últimos anos também ocorreram desmatamentos em propriedade particular dentro do Assentamento, perfazendo um total de 8,04 ha ou aproximadamente 80% das áreas desmatadas no bairro. Tratou-se de supressão de mata nativa tendo como finalidade de criação de gado e cultivo de bananana. Estas propriedades foram reintegradas ao Assentamento, através de uma decisão judicial.

Um fator que deve ser considerado, quando analisarmos os dados referentes ao Programa de Proteção do PEI é o fato de que os registros de ocorrências representam uma diminuta parcela dos danos ambientais e patrimoniais ocorridos nos últimos anos. De fato, a vulnerabilidade do Parque aumentou, juntamente com maior pressão de moradores de comunidades e municípios vizinhos às UCs [e até de outras cidades/estados], espelhando o agravamento da situação social, em nível regional. Esta problemática se agrava quando tratamos da “Rede Clandestina de Palmito”, retro-alimentada pelos atravessadores e pela própria exclusão social.

Os seguintes fatores, intrínsecos ao Programa de Proteção do PEI e ao sistema de controle ambiental do Estado, contribuem para limitar a efetividade da proteção da Unidade e porque não de outras UCs da região [principalmente as UCs com população adulta do palmito jicara]:

- a) Limitação de número de vigias do PEI para realização de rotinas de proteção na Unidade, atualmente com uma equipe fixa (base Bulha D'água) e três equipes móveis de proteção, sendo uma na região da sede e duas no Vale do Ribeira, trabalhando em turnos semanais, portanto, efetivamente, uma equipe trabalhando para atender este setor sudeste do Parque, nas bases de apoio Saibadela, Quilombo, Funil e Guapiruvu. Dos quinze vigias pertencentes ao quadro funcional do Parque, cinco são aposentados e apenas seis possuem condições plenas para realizar longas caminhadas, cruzando serras e rios que caracterizam o território do Parque;

- b) Realização média de uma a duas operações conjuntas semanais entre a equipe do PEI e Policiamento Ambiental para o Parque como um todo. Este trabalho envolve as Companhias de Registro (pelotões de Registro e Jacupiranga) e Sorocaba (pelotão de Itapetininga). Soma-se o fato de que os destacamentos de policiais também estão limitados, quanto a disponibilidade de efetivo (atendimento de demandas externas e nas demais UCs da região) e de recursos, principalmente para combustível e manutenção de veículos (em parte suprida pelas UCs, com recursos do PPMA).
- c) A maior parte das operações conjuntas entre PEI e PAmb é de 12 horas, fator que compromete a plena efetividade das atividades, uma vez que não são concluídas em tempo suficiente para possibilitar flagrantes que necessitam de operações mais longas, de 24 horas e 36 horas de duração;
- d) Esquema de comunicação de moradores do bairro, com o uso de “rojões” para avisar que o policiamento ambiental e equipe de proteção do PEI estão se dirigindo para o Parque, o que possibilita a paralisação da atividade extrativista e fuga rápida dos infratores. Alguns “palmiteiros” utilizam telefones celulares e, inclusive rádio-comunicação para apoio nas atividades;
- e) Desautorização, desde o início de 2004, para que os vigias das UCs tenham porte de arma de fogo, medida necessária para segurança pessoal e efetividade das atividades preventivas e operações conjuntas com a PAmb. Tal fato se deve a necessidade de ato normativo ou regulamentação específica legal. Esta limitação causou desmotivação e insegurança dos vigias, além da desmoralização da equipe. Na maioria das vezes, os palmiteiros e caçadores andam armados e os policiais ambientais acabam tendo que resguardar a segurança dos vigias além de garantirem a rotina da fiscalização em si. Este problema afeta todas as UCs do Estado, sendo objeto de processos administrativos e tentativa de formalização de instrumento conjunto entre a SMA e a Secretaria da Justiça.

❖ A problemática do extrativismo clandestino do palmito jicara (*Euterpe edulis*)

De acordo com Conte, Fantini e Guerra (2002: 103-4),

O palmito proveniente da palmeira *Euterpe edulis* Martius (palmitreiro) tem se constituído ao longo dos anos como um dos mais importantes produtos não madeiráveis explorados na floresta Atlântica [...] Por ser um produto de elevado valor econômico, a espécie tem sofrido uma expressiva redução na área de sua ocorrência por conta da exploração predatória praticada pelo homem.

A utilização comercial da espécie teve início de forma intensa no século XX [...] a pressão da produção industrial de palmito introduziu a extração intensiva e em larga escala já na década de 30, segundo por Cervi.⁵⁴

Segundo Silveira (1950, citado por Yamazoe *et al.*, 2000:90), a exploração comercial do palmito na região do Vale do Ribeira “ocorre desde longa data” e “a partir de meados da década de 60 o *E. Edulis* tornou-se a espécie mais importante para o mercado brasileiro de palmito” (Galetti & Fernandez, 1998 *apud* Yamazoe *op cit.*). Este período está associado a incorporação econômica do Vale, referida anteriormente.

A partir da década de 1980 a atividade começou a ser reprimida pelo policiamento ambiental e as UCs de forma mais sistemática, com o fortalecimento do sistema ambiental do Estado e a definição de legislação mais rigorosa. Entretanto, mesmo com a diminuição significativa da espécie e sua ocorrência restrita em algumas unidades de conservação, ou melhor, em algumas porções destas áreas, a extração clandestina ainda representa uma das principais atividades econômicas da região.

Nogueira (2003) utiliza o termo “rede clandestina de palmito” para designar a cadeia produtiva ilegal da espécie e que será empregado no presente estudo. Esta rede abrange desde o extrator e o consumidor, incluindo compradores da região [os “atravessadores”], pequenas e médias indústrias de beneficiamento do palmito em conserva, estabelecimentos comerciais da região e no eixo São Paulo – Paraná e diversos outros segmentos da sociedade. Por ser uma atividade altamente lucrativa e que, em parte, minimiza a carência de trabalho e renda na

⁵⁴ CERVI, C. E. *O mercado do palmito*. Relatório para o Conselho Britânico (São Paulo, 1996), citado por CONTE; FANTINI & GUERRA, 2002 p. 104)

região, a atividade é, muitas vezes, respaldada ou mantida sob a convivência de alguns vereadores, prefeitos, advogados e outros segmentos da sociedade.

O atravessador lucra cem por cento a mais [...] eles compram palmito como se fosse empregado [...] Tem vereador eleito pelos palmiteiros que é advogado e defende os palmiteiros, tem o atravessador, o próprio prefeito defende. Eles pensam assim..Eu não vou ganhar a eleição na próxima campanha [...] o palmito acaba movimentando a economia de cidades, como Sete Barras.

Como visto, a extração do palmito jiçara constitui é mantida por uma “rede clandestina do palmito”, envolvendo moradores de populações vizinhas às UCs, cidades do Vale e de fora, incluindo outros Estados. As equipes de extratores de palmito adentram nas áreas serranas das UCs, nas áreas com maior densidade da espécie, a cada dia mais e mais distantes.

Esta atividade constitui, sem dúvida, um “conflito permanente” e que requer “ação permanente”, por parte das UCs do Vale do Ribeira, no que refere a proteção e conservação da biodiversidade, pois a jiçara constitui base da cadeia alimentar para muitas espécies de aves e pequenos mamíferos da Mata Atlântica.

❖ O aumento da atividade de extração do palmito jiçara e da violência: Do conflito para o diálogo

No período compreendido entre os anos de 1996 e 2004 ocorreu o agravamento dos conflitos no setor Vale do Ribeira, como resultado direto do aumento da atividade da “rede clandestina de extratores de palmito” e do enfrentamento entre grupos de “extratores” e vigias/policiais ambientais.

Segundo depoimento de vigia do PEI, mais de dez confrontos ocorreram nesse período, envolvendo lesões físicas, para ambas as partes, causadas pelo uso de “armas brancas” e “armas de fogo”, resultando, enfim, em três mortes, somente na área do Contínuo de Paranapiacaba⁵⁵.

O relato de um dos vigias encarregados do PEI esclarece como era a atuação da equipe, ainda nos tempos da Fazenda Intervalos e sob a administração da FF:

⁵⁵ Segundo depoimento de vigias do PEI foram 02 mortes entre 1998 e 1999, inicialmente um vigia do PECB (Parque Estadual Carlos Botelho), morto em “tocaia” em 13/03/1998, dentro da Unidade; um palmiteiro de Eldorado, em confronto com a PAmb, dentro da Fazenda Nova Trieste e, por fim, um palmiteiro de Sete Barras, em confronto com vigia do PEI, em fevereiro de 2001.

Começaram a cortar palmito, à noite, de 1990 para cá. Naquela época tinha o pessoal da Fundação Florestal e da Fundepag e depois veio a Coopervales que ajudava e depois ficou só nós de vigia. Em 99 mudamos a nossa forma de trabalho e começamos a registrar as atividades e trabalhar junto com a Polícia Ambiental [...] Quando forçou o corte de palmito foi de 2000 para cá e começou a invadir a 'palmiteirada' no Saibadela e Guapiruvu [...] Naquele tempo a gente não tinha diálogo com eles, não podia ter segundo a orientação nossa [...] foi indo e indo e tinha ameaça até que aconteceu essa morte em fevereiro de 2001, aí para cá desandou tudo.

Cumpre registrar que o período de intensificação de conflitos coincidiu com mudanças na equipe gerencial do PEI e também na direção da FF, o que contribuiu para aumentar a vulnerabilidade do Parque, diante da dificuldade de garantir o acompanhamento e orientação adequada das atividades de proteção, isso sem contar com as mudanças constantes de prioridades.

Após fevereiro de 2001, quando ocorreu o confronto que culminou em morte de um "palmiteiro"⁵⁶, intensificaram-se as ameaças, por parte de diferentes grupos de "palmiteiros" atuando na região, fato que resultou na saída das equipes de vigias e prestadores de serviço nas bases do PEI, no setor Vale do Ribeira.

Conforme depoimento de um "ex-palmiteiro":

A gente cortava de noite porque a vigilância do Parque era mais rigorosa e a gente não invadia. Depois foi abrindo espaço, os vigia foram saindo, aí a turmada foi entrando, em ; 2001, 2002, 2003.

Além do pessoal daqui tinha pessoal de Jacupiranga, de Cajati e veio só pra cortar palmito. Eles vinham de madrugada e já entravam pro mato e quando se via eles já saíam com carro do palmito. Depois nós fomos se encontrando no mato e fazendo contato. Como a distância foi ficando grande, os palmiteiro tendo que ir cada vez mais longe e então foi diminuindo.

Uma nova equipe de encarregados assumiu as atividades de proteção [02 equipes e plantão], tendo utilizado, como base estratégica o núcleo Sete Barras, no Parque Estadual Carlos Botelho, até o final de 2001, quando retornaram para a base Saibadela.

Entre 2001 e 2002 a equipe do PEI realizou uma série de operações conjuntas com a PAmb e vigias do PECB. As apreensões eram constantes, diante do

⁵⁶ Segundo consta os autos do processo criminal, o palmiteiro teria ameaçado o vigia do PEI, encarregado da operação, partindo em sua direção com um facão, motivando o vigia a utilizar seu revólver, calibre 38 para se proteger, antes que fosse atingido. O desfecho do processo deu ganho de causa para o vigia, por legítima defesa.

expressivo aumento numérico de “palmiteiros” atuando na região [conforme dados apresentados anteriormente].

Como resposta direta das autuações, começaram os atos de vandalismo de “palmiteiros”, inicialmente com pequenos danos materiais nas bases e, por fim, o incêndio, sucessivo, de alojamentos de alvenaria nas bases Funil e Guapiruvu [04 alojamentos incendiados], inclusive, corte de palmito ao lado da base Saibadela [principal base de fiscalização do PEI], entre 2001 e 2002, ambas nas imediações do bairro Guapiruvu.

Estas ocorrências, em geral, eram realizadas após cada operação bem sucedida, por parte dos vigias e policiais ambientais, envolvendo prisões em flagrante e apreensão dos seguintes produtos e materiais: (i) desmonte de acampamentos no meio da floresta; (ii) feixes de palmito in natura [transportados quando possível ou destruídos na floresta]; (iii) vidros vazios e com palmito em conserva; (iv) destruição de fabriquetas clandestinas; (v) apreensão de muares [mulas e burros utilizados para transporte de cargas de palmito]; (vi) apreensão de “armas brancas” [facões e foices]; (vii) apreensão de “armas de fogo” [espingardas com cartuchos ou balas] e (viii) veículos automotores a até bicicletas [utilizados para transporte do palmito in natura e industrializados].

Nesse período, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou uma série de reportagens, denunciando a problemática da atividade de extração de palmito nativo na região do Vale do Ribeira e também as alternativas de manejo sustentável. Destaca-se a matéria “Abandono ameaça Parque Intervales”, redigida pelo jornalista José Maria Tomazella e que retrata o problema da saída de vigias das bases e conseqüente depredação.

[...] Fuga em desabalada carreira. É a imagem que vem logo à mente diante do estado das instalações da vigilância do Parque Estadual Intervales, depois que foram abandonadas pelos zeladores e depredadas por seus invasores, os palmiteiros. E a imagem corresponde aos fatos [...] a fundação decidiu, em fevereiro de 2001, pela retirada dos zeladores dessas instalações hoje destruídas, depois que seguidos confrontos entre guarda-parques e invasores resultaram em duas mortes – de um guarda e de um palmiteiro -, criando tensão entre os funcionários e as comunidades vizinhas. (OESP, 02/11/2002)

Foi no natal de 2001 que ocorreu uma mudança de postura dos vigias do parque com os “palmiteiros”. A decisão de buscar um diálogo direto com os “palmiteiros”

partiu da iniciativa de uma das equipes do programa de proteção do Parque que resolvi conversar com os palmiteiros do bairro Ribeirão da Serra. Foi a partir desse momento que ficou mais claro para os vigias, a necessidade de promover o diálogo com a comunidade.

Hoje é o dia da gente decidir. Vamos no bar pra ver qual é a reação do povo pois hoje os palmiteiros estão todos no bar [...] se for verdade isso que tão falando de matar algum de nós a gente vai embora [...] aí chegamos e cumprimentamos eles [...] falaram que nosso trabalho não tinha problema, o deles era clandestino, eles não tinham outro meio, a opção deles era cortar o palmito pois não tinham emprego, não tinham nada [...] A partir daquele momento mudou a mentalidade, nossa e a deles também.

Com o distanciamento para realizar o corte e o transporte do palmito, nos últimos anos, diminui muito a presença de “palmiteiros” de fora, mas ainda muitas famílias vivem desta atividade. A questão central se dá na possibilidade ou não de conseguirem trabalho, a única saída para minimizar este problema.

• **Relações de cooperação: Possíveis Diálogos**

As relações de cooperação entre a FF e o bairro Guapiruvu [AGUA] envolvem, fundamentalmente, o trabalho de promoção de práticas sustentáveis no entorno, contratação de pessoal do bairro [principalmente ex-palmiteiros], e apoio técnico para elaboração de projetos.

Em 1998, a Fundação Florestal, em parceria com o Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental realizou o “Curso Básico de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema” e que formou o primeiro monitor ambiental do bairro e que integra a equipe de lideranças da AGUA, o Alceu Júlio Alves [descendente de uma das famílias tradicionais do bairro].

Em 1999, o técnico da Gerência de Desenvolvimento Sustentável/FF, Wagner Gomes Portilho, sediado em Registro⁵⁷ participa de reunião da AGUA, apresentando as técnicas do manejo sustentável do palmito jicara, tendo por base a experiência acumulada, desde a equipe da Fazenda Intervalos e que resultou na portaria normativa e que define o manejo da espécie. Em 2003, juntamente com o técnico Fábio Marques de Oliveira [atualmente afastado da FF], efetivaram

⁵⁷ Biólogo e técnico agrícola, responsável por atividades de extensão rural em uma série de comunidades vizinhas ao PEI, PEJ (Parque Estadual de Jacupiranga) e outras áreas do Vale do Ribeira.

o cadastramento de 32 pequenos proprietários de terras, identificando e mapeando 82 (oitenta e duas áreas) aptas para manejo. Algumas destas áreas já estavam colonizadas pela espécie⁵⁸, em parte compondo SAFs com palmito, banana, pupunha e ervas medicinais.

Hoje são mais de 300.000 pés de palmito, além da produção de mudas, venda de sementes e aproveitamento da polpa da jicara [manufatura e venda de geléia e doces de jicara, muito parecidos com o açaí.

Posteriormente, em 2001, quatro novos monitores ambientais se formam em segundo ciclo de capacitação, sendo um dos módulos do curso, realizado na sede da Associação, com oferta de “hospedagem solidária” dos participantes em residências de moradores do bairro.

No ano de 2001, como reflexo do agravamento de conflitos entre “palmiteiros” e o Parque, é aberto um processo administrativo que trata especificamente da parceria entre a AGUA e o PEI/FF (Processo FF nº 740/2001) e que foi aberto após envio de carta da AGUA, datada de 22/08/2001.

A referida carta, justificada pela ação clandestina e ilegal do palmito juçara e caça de animais silvestres, solicita:

- a) “Criação de um pacto de intenções para a gestão participativa Comunidade/Parque”
- b) “Decidirmos uma política estratégica de ação que coopte os moradores do entorno do Parque para um novo paradigma cultural, aquele que preconiza a sustentabilidade ambiental, social e econômica”.

No início de 2003, conforme ata de assembléia da AGUA tem-se a seguinte observação:

Também foi citado por [...] as dificuldades de relacionamento com a Fundação Florestal na estratégia de gerenciamento do Parque Intervalos”

⁵⁸ Hoje são mais de 300.000 pés de palmito, além da produção de mudas, venda de sementes e aproveitamento da polpa da jicara [manufatura e venda de geléia e doces de jicara, muito parecidos com o açaí. Está em detalhamento o estudo das propriedades nutricionais da “polpa de juçara”, tendo por finalidade promover a comercialização da espécie [agregação de valor]

É nesse ano que se forma o “Conselho Consultivo de apoio a gestão do PEI”, ao mesmo tempo em que ocorre a mudança no corpo diretivo da Unidade e o encerramento dos contratos de prestação de serviços para manutenção das bases.

No final de 2003, já como responsável pelo PEI, participei de reunião com a AGUA, juntamente com vigias do programa de Proteção do PEI. Essa primeira reunião foi ‘marcante’. Mais de trinta pessoas participaram de reunião. Uma lousa constava uma tabela que apresentava todas as reuniões realizadas com o PEI Intervalles/Fundação Florestal. Da tabela constava data, assunto tratado em cada reunião e resultados de cada reunião, ou seja, ‘se houve ou não algum encaminhamento posterior’. Esta tabela, ainda que parcial [até fevereiro de 2006] é apresentada no Anexo.5 e ilustra um pouco da estratégia organizacional e política da entidade.

Em 2004 é realizada reunião do Conselho Consultivo na sede da AGUA, proposta aprovada em assembléia da entidade. Pouco tempo depois, são selecionadas doze vagas para prestadores de serviço, resultando na contratação de ex-palmiteiros, por meio de ação conjunta entre o PEI e a AGUA.

Em junho de 2005, a AGUA realiza “lançamento” de mais de 300 kg de plamito jicara na base Guapiruvu, em conjunto com os vigias do Parque, em comemoração aos 10 anos de criação do Parque e a “semana do meio ambiente”. Também representam a associação com produtos artesanais, comercializados no evento comemorativo dos “10 anos do PEI”, realizado na sede do PEI.

Em abril de 2006, é realizada uma reunião entre a equipe do PEI e os moradores do bairro Prainha (ou Taquarinha), localizado no alto Guapiruvu (município de Eldorado). Trata-se da localidade que concentra a maior parte das famílias que sobrevivem da extração do palmito jicara oriundo do Parque. A reunião teve como objetivo iniciar o trabalho de aproximação dos moradores com o Parque, buscando soluções e alternativas para minimizar o problema do extrativismo. Foi enfatizada a responsabilidade do Parque e seu papel como facilitador para apoiar iniciativas e também a importância de organização social da comunidade.

Como visto, as atividades de cooperação são múltiplas, porém ainda não permanentes e contínuas, estando longe ainda de uma parceria duradoura entre Parque e comunidade.

Considerações Finais

• Reflexão geral

Pimbert & Pretty (2000) destaca que:

O desafio profissional para o manejo de áreas protegidas é substituir as práticas impostas de cima para baixo, padronizadas, simplificadas, rígidas e de curto termo pela diversidade das práticas locais de manejo dos recursos, complexas, flexíveis, não regulamentadas e de longo termo.

Esta última afirmação se orienta na contramão da ideologia, legislação e as políticas que envolvem as UCs no Brasil. E é, portanto, na utopia de uma transformação de valores, resgate de princípios éticos que avançou o presente estudo.

Cumprir com os objetivos das UCs (Unidades de Conservação) implica não somente entender o significado e função socioambiental das mesmas, mas fundamentalmente criar espaços de diálogo e decisão entre os especialistas, gestores, populações locais promotores públicos, visitantes, empreendedores e municipalidades.

Venho acompanhando os rumos das UCs há duas décadas e constato o quão pouco avançou esse diálogo, o “não olhar para o outro”, o não sair das esferas de decisão de gabinete, definindo rumos e políticas centralizadas e não participativas.

A visão hegemônica de conservação ambiental e a função designada as UCs, explicam, em parte, esse distanciamento, especialmente entre gestores e populações camponesas, residentes ou vizinhas as UCs.

Não se trata apenas de melhorar a efetividade de manejo, criar corredores ecológicos e zonas de amortecimento, efetuar a regularização fundiária, integrar a gestão de UCs a políticas regionais e tantos outros objetivos em voga que permeiam a esfera da conservação ambiental.

Antes de tudo, o território das Unidades de Conservação impõe uma abordagem, através de políticas públicas proativas, includentes e atribuidoras de poder. O

que adianta investir na fiscalização e não trabalhar o desenvolvimento humano e social e as práticas sustentáveis?

Essa abordagem se traduz, portanto, na mudança necessária do fazer a gestão e na revisão das políticas, dentro de um processo gradual e que viabilize instâncias de consulta e decisão, especialmente os conselhos consultivo das UCs e seus respectivos planos de manejo. Uma mudança que se faz necessária para possibilitar aos moradores e comunidades assumirem o futuro, gerando parcerias e alianças para a conservação.

Apesar dos diversos estudos envolvendo a relação entre UCs e populações humanas, em especial as chamadas populações tradicionais, poucos trabalhos possuem uma visão integradora entre conservação e sustentabilidade. Em geral predomina a visão legalista que vê o impedimento da presença humana nestas áreas ou então se impõe uma tendência polarizada entre sociedade *versus* natureza.

• O caso do Guapiruvu e o PEI

A análise da relação entre o Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu, entre funcionários e gestores do Parque e os moradores e lideranças do bairro demonstra a presença histórica de aspectos divergentes e convergentes.

Os conflitos estão fundamentalmente relacionados com a extração clandestina do palmito jicara, diretamente afetada pela situação social das famílias de moradores vizinhos. São conflitos permanentes.

A ação do Estado, e nesse caso de uma unidade de proteção integral, requer, portanto, uma ação permanente, não se contendo apenas as atividades de proteção, tanto preventivas ou corretivas.

Trata-se de fato de viabilizar atividades sócio-educativas que busquem construir e fortalecer o trabalho, a renda e os elos construtores da cidadania. Dentre estas atividades, além do ecoturismo [ou melhor turismo sustentável], estão a observação da fauna e avifauna, a coleta de sementes e produção de mudas nativas, o repovoamento do palmito jicara e o manejo de essências nativas e

porque não o manejo sustentável do palmito jicara em áreas pré-definidas no interior do Parque?

Essa proposta já foi objeto de proposição no Plano de Gestão Ambiental, elaborado em 1998. No entanto, o Estado não teve “pernas” para efetivar este tipo de intervenção.

Mas conforme ressalta Soares, Bensusan e Ferreira Neto (2002), no trabalho “Áreas de Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCs)”:

Não tapar o sol com a peneira! Situações complexas como o caso das unidades de conservação onde há moradores dentro de seus limites ou onde há comunidades no entorno que não são os habituais parceiros de atividades de conservação, como assentados de reforma agrária, devem ser consideradas em sua totalidade. Só o trabalho que envolve todos os atores sociais pode ter êxito.

Sem dúvida, o Assentamento Alves, Teixeira e Pereira, com área de 3.072 ha [72 famílias/moradores legitimados] constitui hoje o principal desafio que venha a integrar os esforços de cooperação entre Estado e sociedade civil.

A geração de práticas sustentáveis nos parece um caminho promissor. A ‘cooperação’ surge como uma necessidade e argamassa de uma política pública. Para viabilizar esta cooperação, os agentes de estado e lideranças comunitárias precisam estar mais “abertos às mudanças”, sem receio de ousarem, de proporem alternativas e tecnologias e buscarem respostas [dentro e fora de UC de proteção integral].

Por fim, deixo aqui registrado, o depoimento de Geraldo Xavier de Oliveira que retrata, de forma contundente a necessidade do diálogo possível e mais do que isso, da parceria possível.

Eu ainda acredito e aposto no ser humano, na consciência, investir na educação que é o que vai nos salvar, a consciência de cada um. Investir no nosso jovem, nas nossas crianças. Num futuro próximo eles já não vão ter mais coragem de fazer isso, eles vão achar a saída, não é possível que continue dessa forma...A educação é primordial nisso tudo, por isso é que eu bato muito firme nessa coisa que os superiores, a Secretaria tem que pensar em investir no Parque sim, mas também alguma coisa fora. Porque se investir lá dentro, pode por o exército lá, você sabe disso, pode botar um tanque lá, mas se o cara precisa está morrendo de fome ele vai passar por debaixo do tanque, vai correr risco, ele vai lá, não tem jeito. Eu acho que a consciência vai falar muito alto e através da organização nós temos procurar a saída pra essas pessoas.

Bibliografia

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Degradação da natureza por processos antrópicos, na visão dos geógrafos.* – Inter-Facies escritos e documentos, São José do Rio Preto, IBILCE-UNESP, nº106. 1982.
- ADAMS, Cristina. *Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa Científica X Planejamento e Gestão Ambiental.* São Paulo: Ed. Annablume/ FAPESP, 2000, 336p.
- ANDRIETA, Antonio Joaquim. O Vale do Ribeira: Realidades locais de seu desenvolvimento. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, 2002, v.32, n.1.
- ÂNGELO, Sueli. 1990. Picinguaba: Três décadas numa vila de pescadores do litoral norte de Estado de São Paulo. In: *Boletim Paulista Geografia*, São Paulo: AGB, nº 69,1990, p. 61-73.
- AMARAL, Eduardo Antonio R. *Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no P.E. da Serra do Tabuleiro.* Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- ARRUDA, Rinaldo S.V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: Diegues, Antonio Carlos (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.*, São Paulo: Ed.Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p.273-290.
- BARBOSA, L. M. Zoneamento agroecológico da Fazenda Intervalles. In: *Anais Simpósio sobre Pesquisas Científicas em Intervalles*, Capão Bonito, 1991, 1: 1990.
- BERNINI, Carina Inserra. Guapiruvu (Sete Barras – SP): *Um encontro contraditório entre ambientalismo e luta pela terra.* Trabalho de Graduação Individual (Orient. Marta Inez Medeiros Marques: Depto. Geografia/FFLCH/USP, São Paulo , 2005.
- BLASIS, Paulo A.D. Pequena História do Vale do Ribeira de Iguape, estado de São Paulo antes da chegada dos europeus. In TENÓRIO, M.C. & FRANCO, T.C. (orgs.) *Seminário para implantação da temática pré-história no ensino de 1o, 2o e 3o graus.* UFRJ, Rio de Janeiro,1994, pgs. 121-126.
- BECKER, Bertha K. e COSTA GOMES, Paulo C. da. Meio Ambiente: Matriz do Pensamento Geográfico In: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs.) *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade.*, Belém: APED e UFPa , 1993, 298p.
- BECKER, Howard. 1977. De que lado estamos? In: *Uma teoria da ação coletiva.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1997, p.122-136.
- BEDUSCHI FILHO, Luiza Carlos. *Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na região do Pontal do Paranapanema.* Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002 , 97p.
- BENSUSAN, Nurit. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- BERNARDES, Maria Tresinari & MARTINS, Maria Claudia Camurça. *Orientações e estratégias para formulação e implantação de educação ambiental para as comunidades vizinhas às Unidades de Conservação*, Brasília, IBDF/COPLAN, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000*. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Brasília, DF: Senado, 2000.
- BRASIL. *Decreto nº 004340 de 22 de agosto de 2002*. Regulamentação Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Brasília, DF: Senado, 2000.
- BRITO, Maria Cecília W. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, 230 p.
- BRANDON, Katrina. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. In: *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1999, 2 ed.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001, 376p.
- CAMPOS, Fausto Pires de. O Parque Estadual Intervales e o Serviço de Áreas Protegidas. IN: *"Intervales"*. São Paulo: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. 2001, 240 p.
- CJAIKOWSKI, Sílvia. *O Parque Nacional do Superagüi e alternativas para o planejamento de unidades de conservação de proteção integral*. Tese (doutorado em Geografia Física). Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, 2004.
- CONTE, Maurício S. R.; FANTINI, Alfredo, C. & GUERRA, Miguel P. O Palmitreiro (Euterpe Edulis) como Recurso da Mata Atlântica. IN: *Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais* / Luciana Lopes Simões, Clayton Ferreira Lino (organizadores). São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- COLCHESTER, Marcus. Resgatando a Natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos* (org. Antonio Carlos DIEGUES) São Paulo: Ed.Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p.225-256.
- CONSEJO DE LA TIERRA. *Planificación de sostenibilidad integrada incluyendo los mecanismos de amplia participación multisectorial: Hacia un desarrollo turístico*. San José, Costa Rica, 2000.
- CUNHA, Lucia Helena de O. *Conhecimento e práticas tradicionais*. Texto apresentado no ciclo de Seminários Interdisciplinares: Paisagem e Cultura Caiçara (NUPAUB/USP), 2001.
- CUNHA, Lucia Helena de O.; ROUGEULLE, Marie Dominique. Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos: o caso de Guaraqueçaba (Paraná). In: *Estudo de Caso nº2*. São Paulo: PPCAUB/IOUSP/F.FORD/IUCN, 1989, 78 + anexos.
- DIEGUES, Antonio C. *Etnoconservação: Novos Rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

- DIEGUES, Antonio Carlos S. 1994. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP. 163p.
- DIEGUES, Antonio Carlos S., Viana, Virgílio M. (orgs.). 2000. *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo, NUPAUB-USP. 273p.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.; NOGARA, Paulo José. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo, Brasil, NUPAUB-USP, 1994.
- FAGUNDES, Márcia Botelho. *Aprendendo Valores Éticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. *A Floresta Intransitiva: Conflitos e Negociações na Mata Atlântica, SP*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 1996.
- FERRETTI, Orlando Ednei. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: território institucionalizado e lugar de vivência*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- FOOTE-WHITE, Willian. *Treinando a observação participante In: Desvendando máscaras sociais* (org. Alba Zaluar Guimarães). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 2ª ed., 1980, p. 77-86.
- FURLAN, Adriana Aparecida. *As Comunidades caiçaras na Ilha do Cardoso: uma leitura geográfica da paisagem*. Dissertação (mestrado em Geografia Física). São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2001.
- FURLAN, Sueli Ângelo. *Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP)*. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- FURLAN, Sueli Ângelo. *Unidade de conservação insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996: 114-36.
- GJORUP, Guilherme Barcellos. *Planejamento participativo de uma unidade de conservação e do seu entorno: O caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Viçosa, 1999.
- ING-ONG. *Relatório Síntese do Projeto de Capacitação de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira: 1998-2000*. Instituto ing-ong de Planejamento Socioambiental: São Paulo, 2000.
- ING-ONG. *Programa de Monitoria Ambiental: Relatório Técnico- Financeiro de Jan a Out 2001*. Instituto ing-ong de Planejamento Socioambiental: São Paulo, 2001.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira – Anexo 2: olhares cruzados, visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira*. Relatório, 1998.

- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira – Anexo 1: Documento síntese*. Relatório, 1998.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Diagnóstico socioambiental do Vale do Ribeira – Anexo 4: referências bibliográficas do Vale do Ribeira*. Relatório. 1998.
- IUCN . Forests and Protected Areas: Guidance on the use of the IUCN protected area management. World Commision on Protected Areas (WCPA). IUCN, UK , 2006.
- IUCN. *Guidelines for Protected Area Management Categories*. IUCN, Cambridge, UK and Gland, Switzerland, 1994.
- LACOSTE-DUJARDIN, Camille. A relação de pesquisa. In: *Herodete nº 8 – 4º trimestre*. Paris-França, Editora Maspero. (tradução preliminar Profa Maria Regina C.T. Sader),1997.
- MACEDO, Toninho. Homem e natureza, harmonia ou agressão? In: *Cadernos Curupira*, Abaçai-SGSC, 1988.
- MARETTI, Cláudio C.; RAIMUNDO, Sidnei; SANCHES, Rosely A.; MARTUSCELLI, Paulo & MENDONÇA, Ana Lúcia. A Construção da Metodologia dos Planos de Gestão Ambiental para Unidades de Conservação em São Paulo. In: *Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação* (1.:1997: Curitiba). Anais. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997 2 v: 234-247.
- MARQUES, M. I. M. *Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH/USP: São Paulo, 2004.
- MENDONÇA, Ana Lúcia F. *A Ilha do Cardoso: O Parque Estadual e os moradores*. Dissertação (mestrado). Piracicaba: Esalq, 2000, 163 p.
- MARETTI, Cláudio. Comentários sobre a Situação das Unidades de Conservação no Brasil.UICN-CMAP-Brasil. (relatório s/data)
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso*. São Paulo: Editora Hucitec,1996.
- MORAES, Antonio Carlos R. 1997. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec. 100p.
- MULONGOT, Kalemani Jo & CHAPE, Stuart. *Protected areas and biodiversity: Na overview ok key issues*. UNEP World Conservation Monitoring Centre, 2004
- NOGUEIRA, Maria Claudia. *Educação ambiental e extração clandestina de palmito juçara (Euterpe edulis): o caso do Parque Estadual Carlos Botelho*. Dissertação (mestrado). Piracicaba: Esalq, 2003.
- NUNES, Dorisvalder Dias. *Gestão Ambiental em Rondônia (políticas públicas em unidade de conservação: o caso Cunia*. Dissertação (mestrado em Geografia Física). São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP.
- NUNES, Márcia. *Do Passado ao Futuro dos Moradores Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2003.

- OLIVA, Adriana. *Programa de manejo fronteiras para o Parque Estadual Xixová-Japuí*. Dissertação (Mestrado). Piracicaba: Esalq, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura Brasileira. Transformações Recentes. In: *Geografia do Brasil*, (org. Jurandyr L. Sanches Ross). São Paulo: Edusp, 2000, cap. 8: 465-534.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Geografia Agrária e as Transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: *Novos caminhos da geografia*, (org. Ana Fani Alessandri). São Paulo: Contexto, 2001^a.
- OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. In: Instituto de *Estudos Avançados. Dossiê Desenvolvimento Rural*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2001, v. 15 n.43.
- OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. *Turismo, Território e Identidade: Um estudo dos povos indígenas Krahô*, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira). Relatório de Qualificação (Doutorado). Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- OLIVEIRA, Cléia de. *Gestão Ambiental e Arranjos Institucionais: Os Parques Ecológicos Paulistas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Engenharia civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004. 226 p.
- PETRONE, Pasquale. A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana. In: *Boletim da FFLCH nº 283*, USP, São Paulo, 1966.
- PIMBERT, M.P. & PRETTY, J.N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo "Participação" no Manejo de Áreas Naturais Protegidas. In: *Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- PISCIOTTA, Kátia & MARETTI, Cláudio C. Parque Estadual Intervales: Plano de Gestão Ambiental – Fase 1: Principais Conflitos. In: *São Paulo (Estado) Coletânea de Trabalhos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo no I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. São Paulo: SMA, 1997.
- PRIMACK, R.B. *Essentials of Conservation Biology*. Sinauer Ass., Sunderland, Massachusetts: 1993, 564p.
- PRIMACK, R.B. Biologia da Conservação. (org. Richard B. PRIMACK/Efraim RODRIGUES). Londrina, 2001, 328 p.
- PISCIOTTA, Kátia. *Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista*. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, 2003.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. *Bairros rurais paulistas*. Livraria Duas Cidades, 1973.
- RESENDE, Roberto U. *As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, 160p.

- RODRIGUES, Carmen Lucia. *Os Limites do Consenso: Territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2001.
- RODRIGUES, José Eduardo Ramos. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): uma análise à luz da legislação vigente (lei federal 9.985, de 18 de julho de 2000)*. Dissertação (mestrado) São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, 2002.
- ROPER, Monika. Geografia Social e Unidades de Conservação: Reflexões Teóricas e exemplos da bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso), In: *Geosul*. Florianópolis, 1999, v.14, n.27.
- SANCHES, Rosely A. *Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins: uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem – meio ambiente*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997. 209p.
- SANSON, Fabio Eduardo De Giusti. *As unidades de conservação ambiental como vetores do ordenamento territorial*. Dissertação (mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2001.
- SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e Novos Direitos: Proteção Jurídica à Diversidade Biológica e Cultural*, 2005.
- SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. *Turismo e Saúde Comunitária: Intervenção e Pesquisa no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SANTOS, Milton. 1982. *Pensando o Espaço do Homem: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997, 124 p.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- SÃO PAULO (Estado). *Fórum de Desenvolvimento do Vale Do Ribeira. Caminhos do Futuro: uma proposta sustentável*. Registro/SP, 2000.
- SÃO PAULO. FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Projeto Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental*. Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade – PICUS. FUNBIO, 2005.
- SÃO PAULO. FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Intervales*. Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo: São Paulo, 2001.
- SÃO PAULO. FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Parque Estadual Intervales: plano de gestão ambiental – fase 1*. Fundação para Conservação e Produção Florestal. Secretaria do Meio Ambiente – São Paulo: SMA, 1998
- SÃO PAULO. FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Fazenda Oriente – Intervales: Análise Emergencial para exploração do turismo*, 1987 (relatório)

- SHANIN, T. *La classe incomoda*. Madrid : Alianza Editorial, 1993.
- SILVA, Simone Rezende da. *Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara: transformações de uma população tradicional camponesa*. Dissertação (mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2004.
- SIMÕES, Luciana Lopes. *Políticas Proativas e Processos Participativos: Necessidades para o bom manejo florestal na Mata Atlântica*. In: Sustentável Mata Atlântica: A exploração de seus recursos naturais. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- SOARES, Maria Clara Couto; BENSUSAN, Nurit; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. *Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de Proteção Integral*. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.
- SCHWARTZMAN, Stephan. *Florestas Cercadas: lições do passado, propostas para o futuro*. In: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos (org. Antonio Carlos DIEGUES). São Paulo: Ed.Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p.257-272.
- TAYRA, F. *Vale do Ribeira, SP: subdesenvolvimento e estagnação – Estilos de desenvolvimento e perspectivas*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998, 158p.
- VIANNA, Lucila Pinsard. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. Dissertação (mestrado em Antropologia) FFLCH-USP, São Paulo, 1996, 217p.
- VIANNA, Lucila Pinsard; ADAMS, Cristina; DIEGUES, Antonio Carlos S. *Conflitos entre populações humanas em unidades de conservação em mata atlântica*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994, 425 p. (relatório de pesquisa)
- VIEIRA, J.M. & MARINHO, M.A. *Monitores Ambientais do Vale do Ribeira*. São Paulo: Revista do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Tema: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 1998.
- VIEIRA, J.M. & MARINHO, M.A. *2º Curso Básico de Monitores Ambientais de Iporanga-SP*. São Paulo: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Programa MAB – UNESCO, 1998.
- VITAE CIVILIS & AGUA. *Agenda 21 do Bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)*. Sete Barras: Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz & Associação de Amigos e Moradores do Bairro Guapiruvu, 1998. 41p.
- UICN/PNUMA/WWF. *Cuidando da Terra: Estratégia para o futuro da vida*. 1991
- TERBORGH, John & PERES, Carlos A. *O Problema das Pessoas nos Parques*. In: *Tornando os Parques Eficientes: Estratégias de conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.
- TILDEN, F. 1983. *The National Parks*. New York, Ed. Alfred A. Knopf. 586p.

- ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas. In: *A aventura antropológica – teoria e pesquisa* (org. Ruth C. L. Cardoso), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 107-123.
- ZAN, Jose Roberto. *Conflito de terra no Vale do Ribeira: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra do município de Sete Barras*. Dissertação (mestrado) São Paulo: FFLCH, 1987, 177p.